



SECRETARIA de Análise
S. F.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXX — Nº 82

QUINTA-FEIRA, 7 DE AGOSTO DE 1975

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 96ª SESSÃO, EM 6 DE AGOSTO DE 1975

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Comunicações da Presidência

— Convocação de sessão extraordinária do Senado Federal, a realizar-se hoje, às dezoito horas e trinta minutos, com Ordem do Dia que designa.

— Referente ao recebimento das seguintes Mensagens do Senhor Presidente da República, submetendo ao Senado Federal propostas do Sr. Ministro de Estado da Fazenda para que seja levantada a proibição contida na Resolução nº 58/68, do Senado Federal:

Nº 144/75 (nº 236/75, na origem), a fim de que seja autorizada a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP) a elevar o montante de sua dívida consolidada, para o fim que especifica.

Nº 145/75 (nº 237/75, na origem), a fim de que seja autorizado o Governo do Estado de São Paulo a elevar o montante de sua dívida consolidada e possa viabilizar a execução de projetos de elevada importância social e econômica, em perfeita coerência com as diretrizes definidas no II Plano Nacional de Desenvolvimento.

1.2.2 — Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 121/75, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que institui a licença-especial para os empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

1.2.3 — Requerimentos

Nº 328/75, de autoria do Sr. Senador João Calmon, solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº 104/75, que proíbe a vivissecção de animais em estabelecimentos de ensino de 1º e 2º Grau e Projeto de Lei da Câmara nº 12/75, que estabelece normas para prática didático-científica da "vivissecção de animais", e determina outras providências.

Nº 329/75, subscrito pelo Sr. Senador Mauro Benevides, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do editorial do jornal *Tribuna do Ceará*, intitulado "Financiamento para o Algodão", no qual são oferecidas importantes sugestões à Comissão de Financiamento da Produção.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR RUY SANTOS — Instalação, em Brasília, da V Conferência Nacional de Saúde Pública. Pronunciamento do Presidente Geisel proferido por ocasião da abertura desse conclave.

SENADOR BENJAMIM FARAH — Reportagem publicada na revista *O Cruzeiro* referente à revisão do Código de Ética Odontológica.

SENADOR DANTON JOBIM — Aspectos da crescente estatização no País.

1.2.5 — Requerimento

Nº 330/75, subscrito pelo Sr. Senador Benedito Ferreira e outros Srs. Senadores, solicitando a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Jales Machado. **Aprovado.**

1.3 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 288/75, do Sr. Senador Domicio Gondim, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, dos artigos publicados na Revista *Visão* e no *Jornal do Commercio*, do último mês de junho, intitulados, respectivamente, "Cadeia de Equívocos", "Colúmbia Perde US\$ 100 milhões em Petróleo" e "Aumento da OPEP não Chega a 30%". **Aprovado.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 31/75 (nº 8-B/75, na Casa de origem), que altera o § 1º do art. 22 da Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, que transformou o DNOCS em autarquia. **Aprovado, à sanção.**

— Projeto de Lei do Senado nº 31/74, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que dá o nome de "Edison Carneiro" ao Museu do Folclore. **Aprovado, em segundo turno. À Comissão de redação.**

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR ORLANDO ZANCANER — Considerações sobre o discurso do Senhor Presidente da República proferido no dia 1º de agosto. Necessidade de uma campanha dirigida pelo Presidente Geisel, visando conscientizar a população para adoção de uma política realista em prol do nosso desenvolvimento econômico.

SENADOR OSIRES TEIXEIRA — Necrológio do ex-Deputado Federal Jales Machado.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Apelo ao Senhor Presidente da República em favor da instalação, no Estado do Ceará, do 3º Pólo Petroquímico.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — ATA DA 97ª SESSÃO, EM 6 DE AGOSTO DE 1975

2.1 — ABERTURA

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Diretor da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER

Diretor da Divisão Industrial

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00

Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3.500 exemplares

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Mensagem do Senhor Presidente da República

— Submetendo ao Senado a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

Nº 146/75 (nº 238/75, na origem), referente à escolha do Sr. Braulino Botelho Barbosa, Embaixador junto a República do Zaire, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa.

2.3 — ORDEM DO DIA

Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 104/75 (nº 144/75, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. Paulo Henrique de Paranaguá, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Emirado do Coveite. *Apreciado em sessão secreta.*

2.4 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO:

3 — TRANSCRIÇÃO

— Matéria constante do 1º item da Ordem do Dia da sessão ordinária.

4 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Senador Marcos Freire, proferido na sessão ordinária de 4-8-75.

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 96ª SESSÃO, EM 6 DE AGOSTO DE 1975

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. MAGALHÃES PINTO E WILSON GONÇALVES

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — Evandro Carreira — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — José Sarney — Helvidio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Paulo Guerra — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Roberto Saturnino — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 48 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há Expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Através da Mensagem nº 104, de 1975 (nº 144/75, na origem), de 22 de maio do corrente, o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. Paulo Henrique de Paranaguá, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Emirado do Coveite.

Com vistas à apreciação da matéria, a Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às dezoito horas e trinta minutos, neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A Presidência recebeu as seguintes Mensagens, pelas quais o Senhor Presidente da Re-

pública, nos termos do disposto no art. 42, item VI, da Constituição, submete ao Senado propostas do Sr. Ministro da Fazenda para que seja levantada a proibição contida na Resolução 58/68, do Senado Federal:

Nº 144/75 (nº 236/75, na origem), de 5-8-75, a fim de que seja autorizada a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP) a elevar em Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, mediante a colocação paulatina de letras e apólices reajustáveis do Tesouro Municipal, e possa atender a compromissos não previstos no Orçamento do exercício em curso, relacionados com desapropriações, subvenção a empresa municipal e pagamento de dívida contraída no exterior;

Nº 145/75 (nº 237/75, na origem), de 5-8-75, a fim de que seja autorizado o Governo do Estado de São Paulo a elevar em Cr\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, mediante a colocação de títulos públicos do Tesouro do Estado, e possa viabilizar a execução de projetos de elevada importância social e econômica, em perfeita coerência com as diretrizes definidas no II Plano Nacional de Desenvolvimento.

As matérias serão despachadas às Comissões de Economia e de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 1975

“Institui a licença-especial para os empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Após cada decênio de trabalho efetivo, ao segurado do Instituto Nacional de Previdência Social que a requerer, conceder-se-á licença-especial de três meses, com todos os direitos e vantagens atribuídos à sua categoria na empresa.

Parágrafo único. O benefício de que trata este artigo somente será concedido pelo Instituto Nacional de Previdência Social aos segurados que tiverem ocasionado, no mínimo, cento e vinte das contribuições mensais previstas no art. 2º desta lei.

Art. 2º Para os fins previstos nesta lei, as empresas sujeitas à Consolidação das Leis do Trabalho ficam obrigadas a recolher, ao Instituto Nacional de Previdência Social, juntamente com as demais contribuições devidas àquele órgão, cinco décimos por cento (0,5%) da remuneração paga, no mês anterior, a cada empregado.

Art. 3º No prazo de noventa dias o Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A licença-especial (férias-prêmio) já é instituto consagrado no âmbito do serviço público de modo geral.

Não obstante tenha sido, até aqui, objeto, apenas, de estatutos de funcionários públicos federais, estaduais e municipais, a licença-especial não perdeu, jamais, a sua condição de instituto trabalhista por excelência.

Assim, se é uma medida que se mostrou benéfica e aconselhável aos que trabalham no âmbito do serviço público, da mesma forma deve ser entendida relativamente aos que produzem sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Mais: dadas as condições de trabalho nas empresas particulares, a licença-especial seria muito mais aproveitável ao empregado do que o é ao funcionário público estatutário.

Depois, raciocinando sob a inspiração do consagrado princípio de isonomia, alçado, inclusive, à condição de preceito constitucional (art. 153, § 1º), entendemos que não devemos continuar a

agasalhar, em nossa legislação trabalhista, dispositivos responsáveis por desnivelamentos entre setores de trabalho ou categorias profissionais.

Quanto mais equânimes formos na atenção que dispensarmos aos problemas básicos de política social, mais estaremos garantindo a paz, o equilíbrio e a justiça sociais.

A proposição que ora apresentamos procura instituir, no âmbito da previdência social, a licença-especial para os trabalhadores.

Entretanto, face ao dispositivo constitucional que veda a criação, majoração ou extensão de benefícios compreendidos na previdência social, sem a correspondente fonte de custeio total, previmos, para o atendimento às despesas que a medida ocasionaria, a contribuição de 0,5% sobre a remuneração de cada empregado, a cargo da empresa.

Tendemos para este sistema de contribuição mensal, a cargo da empresa, porque consideramo-lo o mais adequado às condições de trabalho nas empresas privadas: se a licença-especial é um prêmio à dedicação ou à produtividade que o empregado ofereceu à empresa, é natural que o seu pagamento fique sob o encargo desta; entretanto, considerando que é comum, entre os empregados, a sua transferência de um para outro emprego, e que a empresa somente deve responsabilizar-se pelo pagamento da parcela correspondente ao período em que o empregado para ela produziu, observamos que o sistema de recolhimento mensal da quota de 0,5% evitará a ocorrência de situações injustas para as empresas.

O cometimento, ao Instituto Nacional de Previdência Social, dos encargos de recolher e administrar as contribuições e de conceder o benefício, previstos neste projeto, não deve ser entendido como ofensivo ao item V do art. 81 da Constituição.

É que não estamos a alterar as atribuições do INPS. Este órgão já possui a atribuição genérica para prestar benefícios da natureza do ora estipulado. O projeto apenas lhe propõe mais um encargo administrativo.

Se determinássemos atribuição nova ao INPS ou encargo estranho às suas atribuições, então, sim, estaríamos assumindo iniciativa privativa do Presidente da República.

Assim, convictos da viabilidade desta proposição, sob os aspectos constitucional e de técnica legislativa, trazemo-la à análise e julgamento dos ilustres pares do Congresso Nacional, na esperança de que esta Casa se pronuncie favoravelmente ao mérito e conveniência da medida, enriquecendo-a e a aperfeiçoando através dos procedimentos que forem considerados necessários.

Sala das Sessões, em 6 de agosto de 1975. — Senador Nelson Carneiro.

(Às Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — O projeto de lei que acaba de ser lido será publicado e remetido às comissões competentes.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura de requerimento encaminhado à Mesa.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 328, DE 1975

Nos termos do art. 282 do Regimento Interno, requero tenham tramitação em conjunto os seguintes projetos: Projeto de Lei do Senado nº 104, de 1975, do Senador Benjamim Farah, que proíbe a vivissecação de animais em estabelecimentos de ensino de 1º e 2º Grau e Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1975, que estabelece normas para a prática didático-científica da “vivissecação de animais”, e determina outras providências.

Sala das Sessões, em 6 de agosto de 1975. — Senador João Calmon

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Este requerimento será publicado e incluído na *Ordem do Dia*, de acordo com o disposto no art. 279, II, c, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.
É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 329, DE 1975

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal:

O Senador infra-assinado, com fundamento no art. 233 do Regimento Interno, requer a V. Exª, após audiência do Plenário, que seja transcrito no *Diário do Congresso Nacional*, para que conste dos Anais, o Editorial do jornal *Tribuna do Ceará*, intitulado **Financiamento para o Algodão** no qual são oferecidas importantes sugestões à Comissão de Financiamento da Produção.

Sala das Sessões, em 6 de agosto de 1975 — **Mauro Benevides**

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — De acordo com o Art. 233, § 1º, do Regimento Interno, este requerimento será submetido ao exame da Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Santos, como Líder.

O SR. RUY SANTOS (Bahia) (Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero fazer à Casa uma ligeira comunicação.

Instalou-se, ontem, em Brasília, no auditório do Ministério das Relações Exteriores, a V Conferência Nacional de Saúde Pública, com a presença de técnicos os mais categorizados dos Ministérios da Educação, da Saúde, da Previdência Social e do Trabalho, com a participação da Organização Pan-americana de Saúde e elementos, ainda, da Organização Mundial de Saúde.

A Conferência tem por finalidade o estudo e a organização de planos para enfrentar os problemas de saúde pública no Brasil.

Entre os itens a serem estudados, o mais importante é o problema de assistência à maternidade e à infância. E justifica-se plenamente este item, ante os altos índices de mortalidade infantil que se verificam no País.

A sessão de instalação foi presidida pelo eminente Presidente Geisel, que pronunciou discurso em que fez relato das providências que o seu Governo vem adotando para atender às exigências da saúde pública em nosso território. Sua Excelência destacou, mesmo, em fato inédito na vida da República, o montante de recursos que serão aplicados em projetos da área de saúde, no valor de cento e dez bilhões de cruzeiros. Sua Excelência ainda destacou, com propriedade, o êxito que o Governo obteve — êxito ainda parcial, vale dito, porque não está coberto todo o território nacional — no que toca à vacinação contra a meningite. Mas, o importante, em saúde pública é enfrentar os problemas com ordenação, com planejamento, para que sejam atendidas todas as áreas do território nacional, para que possamos evitar os índices de morbidade que ainda encontramos por todo o País e a fim de que possamos elevar ainda mais o nível médio de vida do brasileiro.

Claro, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que isto só se resolve com a solução principal, ou primeira, que é a eliminação da pobreza nacional. Enquanto estivermos com pobreza nacional, enquanto tivermos áreas como as do Nordeste, da Amazônia, ainda carentes de elementos para melhoria do bem-estar do seu povo, não poderemos pensar em soluções definitivas para os problemas de Saúde e elevação do nível de vida.

Ao fazer esta comunicação ao Senado e ao congratular-me com o Sr. Ministro da Saúde, Paulo de Almeida Machado, pela obra que vem realizando na Saúde e pelo plano que estabeleceu para esta Conferência, faço integrar ao meu discurso o pronunciamento feito, ontem, no Itamarati, pelo eminente Chefe da Nação. (*Muito bem!*)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. RUY SANTOS EM SEU DISCURSO:

GOVERNO APLICARÁ 110 BILHÕES EM PROJETOS NA ÁREA DE SAÚDE

BRÁSILIA (O GLOBO) — O Presidente Geisel, ao abrir ontem no Palácio Itamarati, a V Conferência Nacional de Saúde, destacou a importância que o Governo dá à política social e disse que “os projetos e atividades vinculados à proteção e recuperação da saúde, entre eles o saneamento básico e a nutrição, contarão com aportes da ordem de cento e dez bilhões de cruzeiros durante o quinquênio de 1975 a 1979”.

A solenidade de instalação reuniu 320 participantes e contou com a presença dos Ministros da Saúde, Paulo de Almeida Machado; Relações Exteriores, Azeredo da Silveira; Educação e Cultura, Ney Braga; Trabalho, Arnaldo Prieto; Interior, Rangel Reis; Planejamento, Reis Velloso; Previdência Social, Nascimento e Silva.

Estiveram presentes ainda o Governador do Distrito Federal, Elmo Serejo Farias, e o diretor da Organização Pan-Americana de Saúde, Professor Hector Acuna.

Na íntegra, o discurso do Presidente Geisel foi o seguinte:

“A preocupação central com o bem-estar do homem brasileiro que reiteradamente tenho destacado como diretriz do esforço de planejamento e de realização do Governo, concretizou-se num conjunto de medidas que terão grandes repercussões no quadro institucional, nos mecanismos operativos e no comportamento funcional do sistema público de serviços de saúde”. Essas medidas subordinam-se à estratégia aplicada ao setor mais geral do desenvolvimento social, que tem como ponto de convergência, de ações coerentemente integradas, a valorização dos recursos humanos da Nação”.

Recursos e resultados

“A importância da política social do Governo traduz-se concretamente na atribuição a essa área de elevada dotação de recursos financeiros, no programa de investimentos previsto no II PND.

“O resultado da aplicação de dispêndios tão elevados será, ademais, aumentado em consequência do melhor desempenho do setor, por influência das medidas mencionadas. Assinalo, a propósito e com destaque, a recente constituição do Sistema Nacional de Saúde, um dos temas desta Conferência.

“Nos últimos decênios caracterizou-se a insuficiência de coordenação e de entrosamento entre entidades e agentes de saúde como causa responsável, em parte, pela baixa produtividade global do setor. O reconhecimento dessa falha orientou o Governo no sentido de fixar, prioritariamente, uma nítida definição do quadro institucional vigente. Para tanto foi encaminhado ao Congresso Nacional projeto hoje transformado na Lei nº 6.229, de 17 de julho último.

“A natureza esclarecedora da nova lei não implica na adoção pelo Governo, de uma atuação institucional compartimentada. Na realidade, a ação eficiente da defesa da saúde supõe medidas na prevenção e proteção, bem como de cura e reabilitação, que configuram um espectro difuso. Daí a concepção de integração do sistema, cujos contornos são explicitados para facilitar e estimular a tomada de decisões e iniciativas, inclusive, se necessário, em nível superior através de mecanismos coordenadores, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Social”.

Responsabilidades e deveres

“Por outro lado, também cabe ressaltar que as funções de saúde, envolvem responsabilidades e deveres que abrangem a sociedade como um todo. A ação do poder público, nas três esferas governamentais em que se desdobra, combinar-se-á, portanto, com a atuação da comunidade, num fecundante processo de interação que levará ao aperfeiçoamento crescente do sistema.

“Como exemplo recente desse modelo operacional pode ser destacada a Campanha Nacional de Combate à Meningite, que autorizei em fins do ano passado. Mobilizaram-se contra a moléstia re-

curso materiais e humanos da União, dos Estados e dos Municípios, assumindo a autoridade federal, como era do seu dever, o planejamento e a supervisão das operações, bem como o ônus financeiro principal. A população atendeu em massa à convocação do Governo, demonstrando, em grau significativo, virtualidades de consciência e disciplina sanitárias.

"A viabilidade de mecanismos operacionais integradores, como esse que venho de mencionar, com maior apelo à mobilização social, abre um vasto potencial de trabalho para as ações de saúde em todas as suas modalidades. É possível, assim, acreditar-se no êxito de projetos semelhantes ou ainda mais ousados, que estão sendo implantados ou em estudo.

"Entre eles, cito o Plano Nacional de Saneamento, cuja reformulação foi aprovada em abril último e pelo qual serão mobilizados recursos e mecanismos capazes de proporcionar, em cinco anos, o atendimento de mais de oitenta por cento da população urbana com água potável e parcela substancial com serviços adequados de esgoto. Esta considerável redução do déficit nacional de saneamento básico importará na correspondente eliminação de um dos mais influentes fatores de morbidade em nosso País".

Projetos

"A constante ampliação e melhoria do atendimento médico individual está sendo realizada no campo da Previdência Social. A complexidade do problema justifica a meticulosidade dos atuais estudos para dar maior envergadura ao programa existente.

"No campo da saúde pública, a inovação tecnológica para o combate às grandes endemias; a dinamização e diversificação do programa de imunizações em massa; a organização de um sistema nacional de vigilância epidemiológica; a interiorização da ação sanitária, são alguns temas representativos desta nova atitude dos responsáveis pela política da saúde, que tem na cooperação instrumento fundamental de atuação.

"Ainda há pouco autorizei a aplicação de trezentos milhões de cruzeiros, adicionais, a conta dos Encargos Gerais da União, para projetos especiais coordenados pelo Ministério da Saúde, na linha acima sumariada. Quinze projetos, selecionados pela repercussão que deverão produzir, agrupam-se em quatro áreas classificadas como: Serviços Básicos de Assistência Sanitária a Populações Periféricas; Programa Estratégico de Controle de Grandes Endemias; Controle de Ondas Epidêmicas Cíclicas; Infra-estrutura Técnico-científica para Embasamento das Ações de Saúde Pública".

Problemas antigos

"A atualização da pesquisa, que constitui o último item citado, representa o traço de união com a política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico, para a indispensável modernização do aparelho produtor de serviços de saúde. Combinam-se neste programa a dinamização da investigação médico-científica, a mobilização experimental de tecnologias inovadoras para o combate de doenças e a capacitação em alto nível de recursos humanos especializados. A recuperação da Fundação Oswaldo Cruz, instituição de prestígio internacional, representa ao mesmo tempo pré-condição e consequência deste programa.

"Em que pese aos êxitos alcançados e esperados, sei que persistem problemas antigos, muitos dos quais esperamos solucionar. Endemias rurais, geograficamente circunscritas, tendem a difundir-se em outras regiões e mesmo em certas áreas urbanas. Males carenciais, na imensa maioria identificados como de subnutrição, debilitam uma parcela ampla da população, facilitando a ação mórbida de agentes mais virulentos. Fatores ambientais perniciosos agravam este perfil sanitário desfavorável que tem, nos ainda elevados índices de mortalidade infantil, o corolário mais pungente.

"Estes dramáticos reflexos de pobreza social e individual estão sendo enfrentados com os meios que a experiência e a imaginação criadora podem oferecer. O grande desenvolvimento econômico que temos usufruído, na sucessão dos últimos seis anos, elevou a renda

nacional a níveis que facultam disponibilidade financeira para um programa de investimentos sociais envolvendo cerca de setecentos e sessenta bilhões de cruzeiros em cinco anos e sem o maior risco de limitação imprudente nos investimentos diretamente produtivos. Este mesmo crescimento da economia elevou a renda per capita dos brasileiros a um valor que nos aproxima progressivamente do chamado mundo desenvolvido, colocando ao alcance de segmentos cada vez mais amplos da coletividade a possibilidade de se beneficiarem, sem paternalismo, dos resultados daqueles investimentos sociais. E, assim, de absorverem plenamente as novas conquistas tecnológicas e científicas no campo médico-sanitário, e de se integrarem ativamente no modelo operacional que se estabelece para o setor.

"Acompanharei com interesse os estudos e conclusões desta Conferência. O enriquecimento do acervo de conhecimento que proporciona ao Governo um equacionamento mais esclarecido da problemática nacional de saúde, é o que espero dos trabalhos iniciados com esta solenidade".

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Benjamim Farah.

O SR. BENJAMIM FARAH (Rio de Janeiro) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ao ensejo do IV Congresso Brasileiro da Federação Nacional dos Odontologistas, uma revista tradicional do Rio, *O Cruzeiro*, publicou as opiniões de vários e eminentes membros da classe, juntamente com a opinião do Dr. Sérgio Marques da Cruz, Presidente reeleito da Associação dos Advogados de São Paulo e do Dr. José Rolim Valença, técnico de Comunicação de projeção em toda a América Latina.

Das opiniões de abalizados profissionais da laboriosa e grande classe, o que se conclui é que o seu Código de Ética não está mais correspondendo aos anseios e necessidades dos dentistas. Precisa de uma revisão. Pois tem sido, segundo esses informes, uma camisa de força, que não permite a difusão de programas educativos, a manifestação de pensamento, a pregação, pelos órgãos de comunicação, para orientação aos pais, sobre a conduta que devem ter em relação aos filhos.

O público, enfim, necessita de informações, sobretudo dos profissionais, pois sérios problemas patológicos podem advir dos dentes, com reflexo no organismo em geral, quando o povo não é esclarecido.

Creio que se faz mister uma revisão do Código de Ética dos Dentistas, por isso que os que falaram nessa reportagem grande e minuciosa, de Afrânio Brasil Soares, com Robson de Freitas e Irineu Barreto Filho, não devem ser ignorados nem pelo Senado, nem pelas autoridades do Executivo. Daí porque chamamos a atenção do ilustre Ministro do Trabalho, para que tome conhecimento do clamor da Classe, manifestado através de líderes autênticos e profissionais, que merecem a melhor atenção. Eles propugnam uma revisão do Código de Ética.

Os países de alta cultura permitem que os profissionais falem, divulguem e eduquem o povo.

E o Brasil não deve impedir que os costumes e iniciativas de outros povos se implantem aqui, é claro, desde que isso possa trazer benefícios à nossa gente.

Não se há de permitir um duro silêncio a essa classe digna, eficiente e útil.

Integro ao meu discurso a oportuna reportagem de *O Cruzeiro*. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. BENJAMIM FARAH NO SEU DISCURSO:

Por ocasião da realização do IV Congresso Brasileiro da Federação Nacional dos Odontologistas, o mais importante e maior evento odontológico até hoje realizado no Rio de Janeiro, que congregou mais de 5 mil dentistas de todo o País, nossa reportagem, ao

fazer a cobertura, ouviu, nos bastidores, um sem-número de queixas, reclamações e manifestações de descontentamento contra a atuação do Conselho Federal da classe. A revolta generalizada se voltava, em particular, contra o Código de Ética Odontológica. Considerado, pelos descontentes, um instrumento com o qual o Conselho Federal de Odontologia exorbita as suas funções, perseguindo, pressionando e semeando o terror entre a classe, esse código está sendo responsável pelo tremendo mal-estar que se apossou da quase totalidade dos 40 mil cirurgiões-dentistas brasileiros. O medo das sanções — às vezes mesmo o pânico —, que lhes poderiam ser impostas (podendo chegar até à cassação do registro profissional), fez com que os manifestantes se recusassem a identificar-se para a reportagem, razão por que tomamos a iniciativa de ouvir as personalidades mais representativas da classe nos dois maiores centros do País: S. Paulo e Rio. Como o problema se insere também na área jurídica e da comunicação, além das autoridades odontológicas, foram ouvidos o Dr. Sérgio Marques da Cruz, reeleito presidente da Associação dos Advogados de S. Paulo e um dos mais conceituados juristas brasileiros, e o dr. José Rolim Valença, um dos maiores técnicos de Comunicação da América Latina; recentemente eleito o Homem de Relações Públicas do Ano. O *currículum vitae* dos entrevistados, selecionados entre a elite da classe, assegura-lhes a idoneidade. São eles os porta-vozes da angústia, do pânico e desespero reinantes na comunidade odontológica brasileira, ansiosa por dizer um "basta" à opressão do Conselho Federal e à tirania de seu código de ética.

"Somos uma classe desprestigiada", "não podemos falar porque nos processam", "por um dá-cá-essa-palha, somos advertidos", "dentista é considerado, no Brasil, muito inferior ao médico", "o Conselho, além de não divulgar a classe, ainda proíbe que o façamos", "estabeleceu-se uma verdadeira oligarquia no Conselho", "eles se valem de um regulamento defeituoso para se perpetuarem no poder", "é um grande negócio ser presidente do Conselho: para cada dia de viagem há uma ajuda de custo no valor de 1 salário-mínimo", "existe funcionário que há um ano andava de ônibus e hoje tem carro do ano, com chofer", "os funcionários, com salários elevadíssimos, são quase todos parentes e amigos", "dos 22 conselhos regionais existentes no Brasil, 17 estão sob intervenção, com interventores nomeados pelo Presidente do Conselho Federal", "o ministro do Trabalho precisa fazer uma devassa completa", "estamos amordaçados", "o povo brasileiro precisava tomar conhecimento do manifesto "Nem Enfarte Nem Renúncia", lançado pelos dentistas de Brasília contra o presidente do Conselho Federal" — são algumas das inúmeras manifestações colhidas nos bastidores do IV Congresso Brasileiro da Federação Nacional dos Odontologistas, coletadas por nossa reportagem, visando a figura central do Dr. Newton Bueno Bruzzi, presidente, há 5 anos, do Conselho Federal de Odontologia.

A indagação de como se estabeleceu esse verdadeiro caos entre a classe e o porquê que determinou os ilimitados poderes do Conselho Federal, a unanimidade dos entrevistados se referiu ao Código de Ética dos Odontologistas, que delega esses poderes ao Conselho e limita toda e qualquer ação ou atitude dos membros integrantes da classe no sentido de uma libertação.

Foi ainda no âmbito do Congresso que procuramos ouvir os líderes, de lá partindo para outros representantes da classe no Rio e em São Paulo. E são esses depoimentos, pela idoneidade e importância de seus autores, que levamos ao conhecimento dos nossos leitores, que por si só falam da dura, triste, desesperadora situação vivida pelos cirurgiões-dentistas brasileiros, coagidos por um Código de Ética "tirano e superado nos dias atuais", como a quase totalidade a ele se refere.

A proibição de dar entrevistas sobre assuntos científicos sem a prévia autorização do Conselho se constitui na mais generalizada revolta dos cirurgiões-dentistas contra seu código, uma vez que se sentem, com esta limitação, desmoralizados profissionalmente.

Quando um profissional da imprensa os procura, não raro o repórter ouve evasivas, ao mesmo tempo que constata um certo cons-

trangimento acompanhado de um sentido de humilhação. No fundo, o cirurgião-dentista pressente que o repórter desconfia da sua capacidade profissional, uma vez que a resposta sobre o assunto científico só pode ser publicada depois do "aprove-se" dos senhores do Conselho. Sua idoneidade profissional não parece ser suficiente para a satisfação do grande público. Carece de uma assessoria.

Enquanto são sonegadas as informações científicas de odontologia, as demais profissões liberais, em dia com a nossa época, por excelência da comunicação, tornam públicos seus avanços e suas conquistas, dando, ao mesmo tempo, uma expressiva contribuição para a formação do povo, que é, em última análise, a maior vítima do silêncio imposto à classe odontológica.

Na intimidade das associações da classe, em todo o território brasileiro, essa revolta sempre foi tema de discussão e debate, sem que ninguém se atrevesse a encetar uma campanha para por fim a esse estado de coisas. Enquanto isso o Conselho Federal de Odontologia, com seu código em punho, vai processando e ameaçando profissionais, estabelecendo um generalizado pânico entre a classe.

E é sobre esta temática que se manifestam líderes da classe, a começar do

Dr. Paulo Frankel

(Presidente do Sindicato dos Odontologistas do Rio de Janeiro, presidente do IV Congresso Brasileiro da Federação Nacional dos Odontologistas e presidente do Conselho Nacional da Associação Brasileira de Odontologia)

— Já de há muito vimos achando que esse código tem que ser mudado por que não se pode conceber a proibição da divulgação no bom sentido, já que ela é útil à população e nunca prejudicial. Achamos que todo mundo é responsável pelo que fala. Aquele que infringir o código de ética, assume as consequências dos seus atos. Já solicitamos ao Conselho Federal a atualização desse código. Quando eles fizeram o código de ética, parece que achavam que o dentista não tinha condição de falar diretamente com o público. Eles acham que a divulgação só deve ser feita dentro da imprensa especializada e nunca através da imprensa leiga. Assim, a informação só tem acesso a quem menos precisa. Os conselhos são fechados de uma tal maneira que dificilmente as pessoas alheias a eles conseguem mudar alguma coisa no momento. De forma que a gente não se sente muito animada a ficar fazendo uma luta quando se sabe que, lá dentro, a situação não é propensa a se fazer essa modificação. A rigor, o Conselho é uma entidade todo-poderosa dentro da classe. Acho que a classe se omite quando vai escolher os seus representantes. Com votação direta, o panorama mudaria.

Dr. Joaquim Ottoni Jr.

(Presidente da Federação de Odontologia, ex-presidente da Associação Brasileira de Odontologia (nacional), ex-secretário do Conselho Regional de Odontologia da Guanabara, ex-presidente do Sindicato dos Odontologistas)

A minha opinião é exatamente a mesma do dr. Paulo Frankel e quero crer que seja a mesma opinião de 95 por cento dos cirurgiões-dentistas do Brasil. Achamos que em todo lugar como em toda lei deve haver liberdade com responsabilidade. Não vejo por que deve existir uma lei que impeça pura e simplesmente o profissional de bem orientar a população. Se ela existe, deve ser mudada. Esse código deve ser mudado porque vem prejudicando enormemente o nosso desenvolvimento e dificultando muito a comunicação do cirurgião-dentista com a população. Temos necessidade de orientar os pais, as crianças, ensinar os cuidados de higiene. Mas para que possamos fazer isso, temos de escrever isso mesmo e pedir autorização ao Conselho para falar. Ora, muitas vezes as coisas vêm de supetão, como é caso de um repórter que nos procura, e não podemos perder a oportunidade de bem educar a população. Na escola em que trabalho, dentista escolar que sou, é minha função, minha obrigação, divulgar

para os pais, para as crianças, esses cuidados. Então eu faço esta divulgação. Pois esta divulgação que se faz para uma escola, num ambiente fechado, devia ser permitida também ao profissional fazê-la aí fora, pela imprensa leiga, pela televisão, pelo rádio, e que cada um assumisse a responsabilidade daquilo que disser de errado. Se o profissional se excede nas suas responsabilidades, será responsável pelo que fizer. Gostaria de fazer uma ressalva: acho que o código de ética deve ser mudado, embora não o considere totalmente errado. Alguns itens devem ser mudados e outros mantidos. Por exemplo: evitar que o profissional, ao fazer a divulgação, faça promoção pessoal. Mas com a finalidade de orientação, de educação, acho que é um ponto pacífico, desde que não seja com o objetivo de angariar clientes e sim de colaborar com a comunidade. Eu acho que essa mudança no código de ética odontológica é mais do que necessária e deve ser feita com urgência.

Dr. Sérgio Marques da Cruz

(Presidente reeleito da Associação dos Advogados de São Paulo, membro do Conselho da Seção de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil, autor de vários livros de Direito, Catedrático da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e, entre outros títulos, Acadêmico Titular da Cadeira nº 24 da Academia Paulista de Direito, de que foi fundador)

Em várias ocasiões, tenho me referido às incongruências do Código de Ética Odontológica, que considero muito defeituoso. Vejamos algumas incongruências. No seu art. 22, diz: "É vedado ao cirurgião-dentista: a) oferecer seus serviços profissionais através do rádio, televisão e imprensa volantes; b) servir-se de meios de comunicação tais como rádio, televisão e publicações em jornais ou revistas, leigos, para promover-se profissionalmente; e na letra f) anunciar mais de duas especialidades". No artigo 22 diz que é vedado oferecer serviço e isso é um ponto muito delicado porque a Lei 5.081 fala em anunciar imoderadamente. Na letra f do mesmo artigo diz que ele não pode anunciar mais de duas especialidades, quando na letra a não pode anunciar de jeito nenhum. Ou pode anunciar ou não pode anunciar. Então eis a perplexidade do dentista. O que está faltando ao seu código de ética, portanto, é lógica. Esse código tem de ser modificado. Dei apenas alguns exemplos. Há outros. Eles não proibem o mais grave e proíbem coisas banais. Por exemplo: se o dentista quiser anunciar terá, segundo o seu código de ética, de primeiro levar o texto ao Conselho Regional para conseguir aprovação. Ora, ninguém na vida deve ser punido a não ser depois da prática do ato. Eu posso amanhã anunciar imoderadamente. Seria um absurdo, mas eu poderia, em tese, anunciar onde quisesse e como quisesse. Então eu poderia ter um luminoso aqui na frente do meu escritório, cheio de espalhafato. A Ordem, a posteriori, pode criticar-me. Agora, eu ter de levar os desenhos do luminoso e suas dimensões antes à Ordem, seria até subornar a Ordem em convivência comigo a uns reflexos da minha publicidade. Se passasse, eu teria o direito garantido. No caso, o código de ética odontológica subordina a publicidade à prévia autorização do Conselho, o que é errado. Deve o Conselho condenar, reprimir, isto sim, a publicidade exagerada, descontrolada, abusiva. Mas aquilo que deveria estar condenado em todas as letras do Código de Ética Odontológica era o dentista associar-se a leigos na exploração da odontologia. Os dentistas, infelizmente, estão vivendo numa atmosfera de mercantilismo sob as vistas complacentes do Conselho Federal de Odontologia, que cassa o registro de um odontólogo por motivos inexpressivos. Nesse código foram colhidos, ao deus-dará, alguns delitos e para os demais ficou uma reincidência específica curiosíssima.

O Código de Ética é inconstitucional naquilo que impede o livre exercício da odontologia porque a Constituição permite o trabalho honesto. A liberdade de trabalho é consagrada em todas as constituições, com uma ressalva: ressalvada a capacitação de cada cidadão, isto é, Fulano ter um diploma, registrado, certinho, preencher os re-

quisitos, não ter nenhum impedimento, não estar impossibilitado de exercer a profissão. Então, desde que sejam preenchidos os requisitos legais, a todo indivíduo é livre o trabalho. Já o trabalho do odontólogo é sob tal forma fiscalizado em termos desse código vigente que isso tem um sabor medievo, dá a impressão que estamos na Idade Média e que os Conselhos Federal e Regionais da Odontologia se transformaram em verdadeiros tribunais inquisitoriais do tempo de Torquemada, com a agravante de que, para as coisas graves, não há nenhuma sanção e, para as pequeninas, enormes sanções. Em cada conselho regional devia haver um movimento de revisão do Código de Ética Odontológica, tornando-o mais rigoroso naquilo que ele precisa de ser rigoroso e mais compreensivo naquilo que ele precisa de ser compreensivo. A classe deve conscientizar o Conselho Federal. Sei que mexer num Código de Ética é uma espécie de tabu. Desde 1933, existe o Código de Ética dos Advogados, intacto, mas ele é um monumento de beleza. É uma estátua clássica, o que não acontece com o dos odontólogos, que é um aleijão. Se nós temos como símbolo ético da odontologia esse código defeituoso, nós temos obrigação de substituí-lo por algo de que se orgulhem nossos pósteros. E não há mal nenhum em corrigir os erros. Ao contrário: é uma necessidade, um imperativo. O Código de Ética dos odontólogos pode e deve ser aprimorado e é imprescindível que seja aprimorado para que não contenha deformações como as que existem no atual. O Código de Ética dos odontólogos precisa de uma cirurgia plástica. Melhor dizendo: está precisando de um trabalho de prótese. O Código de Ética dos odontólogos não separa nitidamente relações com o público, com o cliente, com o colega, com fornecedores, com as sociedades de classe. Código de ética é código de comportamento e comportamento está sempre em termos de relação quando se fala em grei, em grupo, em vida societária. Então vamos pegar, no caso, os círculos concêntricos. Começar de dentro do gabinete do dentista, a organização a que ele pertença, da organização para outro círculo que é a associação da classe, antes mesmo da associação de classe os fornecedores de materiais do dentista, o relacionamento com o público em geral. Ora... problema de publicidade! Ninguém hoje pode impedir que o profissional liberal diga que é o José da Silva, Rua Tal, Nº Tal — Advocacia Trabalhista. O que tem de impedir é que ele diga que é o melhor do mundo. Fulano de Tal, o Rui Barbosa do Pinheiro. Não dá, isso avacalha, desprestigia. No caso dos odontólogos há certos slogans que têm realmente de ser condenados, sob pena de se mercantilizar a odontologia. A mercantilização da profissão é o seu próprio fim. Em recente Simpósio em que tive contato com a classe eu disse: o Odontólogo precisa despertar para a auto-suficiência de sua profissão e para a dignidade de seu mister porque ele aceita enganar-se, atrelar-se às organizações médicas nos convênios com a Previdência Social. Não vi até hoje nenhuma portaria da Previdência Social cuidando de convênio direto com as organizações odontológicas, mas acho que só poderá haver esses convênios no dia em que as organizações odontológicas sejam só de odontólogos, sob pena de o próprio Ministério da Previdência Social estar jogando com a própria responsabilidade governamental, permitindo convênio com sociedade que não seja só de profissionais de odontologia. É para isso que o Conselho deve olhar.

Cabe ao Conselho supervisionar e é dever do cirurgião-dentista, conforme o artigo 2º letra I e o artigo 23, colaborar por todos os meios para a melhoria do nível da educação sanitária. Mas como ele vai colaborar, sem falar? Como é possível alguém em silêncio, amordaçado, cumprir o dever dessa colaboração?"

Dr. David Serson

(Diretor cultural da Associação Paulista de Cirurgia Dentária e presidente da Associação Paulista de Implantologia Oral)

— Eu sempre fui um homem de ciência, desde o tempo de estudante. Naquela época não existia o Conselho. Nem Regional

nem Federal. Nós é que propugnávamos por um Conselho porque achávamos que deveria haver uma entidade que cuidasse da classe, que a promovesse, que desse o destaque que a classe merece. Hoje, a profissão do cirurgião-dentista encontra-se numa situação em que precisa ser divulgada porque há muito o que divulgar. Na realidade, o povo, a coletividade, têm ainda aquele velho conceito arraigado de odontologia de 30 anos passados, de que o cirurgião-dentista serve apenas para obter e extrair dentes. Hoje, se fazem coisas espetaculares na odontologia e ninguém sabe disso. Além de o Conselho não promover a classe, ele ainda inibe, coíbe e constrange aqueles que fazem alguma coisa que poderia mostrar o que realmente é feito na profissão. Para dar um exemplo, reporto-me à área da implantologia. Temos aqui uma associação onde nós congregamos implantologistas das diversas técnicas numa entidade só. São técnicas, todas elas válidas, que precisam ser discutidas. E o leigo também precisa saber o que está acontecendo porque a idéia que se tem aqui é que no Brasil não se fazem implantes. Ele sai do Brasil para procurar profissionais no exterior e é justamente lá fora que ele vai ter conhecimento que aqui se faz implante e, ainda mais, que nós estamos em absoluto ponto de igualdade com os centros mais adiantados do mundo em implantologia. A implantologia brasileira não deve nada à americana nem à européia. No que na realidade eles estão na nossa frente, 5 ou 10 anos, é na questão da divulgação. Lá se divulga e aqui não se divulga. Então não se tem idéia do que se faz aqui. Nós não vemos por que evitar a imprensa, porque o contato do profissional com o público só pode ser feito através da imprensa, falando em questão de massa e não de um público reduzido. Por que terá o entrevistado de passar por uma censura prévia do Conselho? A título de que? Se ele, no seu consultório, é responsável pelos seus atos, pelo seu trabalho, por que não pode ser responsável pela sua palavra também? Então seria um absurdo se, toda vez em que tivesse de intervir em qualquer situação, eu precisasse de ir à faculdade, expor o problema, dizer de que maneira eu pretendia intervir para que eles dissessem **amém** e assinassem o **aprove-se**. Não é justo que haja um Conselho que funciona como uma censura. Porque cada um é responsável pelos seus atos. Já que no próprio ambiente de trabalho, profissionalmente, ele é responsável, se-lo-á em palavras também. O Código de Ética é necessário, deve existir. Ele apenas deve ser reformulado e se colocar na condição atual. Nós achamos que tudo o que existe de bom numa profissão deve ser divulgado. Aliás, o é, em qualquer parte do mundo e em qualquer profissão. Se nós fôssemos ver a divulgação que se dá à odontologia nos Estados Unidos, por exemplo, ficaríamos boquiabertos. É impressionante. E a imagem do profissional de lá é muito valorizada e muito boa. Por que? Porque eles divulgam o que faz o profissional. Do que mais carece o Código de Ética Odontológica é a atualização. Não existe nada neste mundo que possa ser bem feito, sem ser divulgado.

Dr. Alfredo dos Reis Viegas

(Presidente, por 2 vezes, da Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas, presidente, por 2 vezes, da Associação Brasileira de Odontologia, membro do Comitê de Perícia e Saúde da Boca da Organização Mundial de Saúde, Professor Titular da Universidade de São Paulo, chefe do Departamento de Prática de Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública, com inúmeros trabalhos publicados no mundo e vários livros sobre odontologia)

— Para mim, o impedimento de não se dar entrevistas sem prévia autorização do Conselho de Odontologia é totalmente antibiliário. Quando o profissional dá uma entrevista é responsável pelo que diz. Mesmo que ele incidisse em falhas, caberia ao Conselho, posteriormente, verificar essas falhas e aí, sim, punir o profissional. Por erros! Pode até chamar a atenção, mas nunca proibir que se dê uma entrevista. Mesmo porque a entrevista vem de imediato, não é preestabelecida. A população necessita de ser instruída, portanto esta proibição está totalmente errada. Estamos na era da comuni-

cação, na era da educação, precisa-se instruir o povo. Imagine só se agora, na campanha da poliomielite, os médicos, o secretário de Saúde, precisassem de pedir licença à Associação Paulista de Medicina para poder dar entrevista sobre poliomielite. Mas isso não acontece porque o Conselho de Medicina é aberto, não cerceia em seu código de ética. Essas limitações não constam ali. Aliás, que eu conheça, essas limitações não devem constar em nenhuma profissão, nem no Brasil nem no exterior. E também esse negócio de só permitir entrevistas por escrito ou só fornecer informações nos órgãos técnicos científicos só existe no código dos odontólogos. Esses são os que menos necessitam dessas informações gerais. Eles devem ser capacitados pelos cursos que já possuem. Se nós olharmos para o prisma da Universidade no Brasil, três coisas são básicas: ensino, pesquisa e extensão dos serviços à comunidade. E quando se fala em extensão de serviços há uma coisa que é primordial em saúde que é educação em saúde. E quando estamos educando estamos transmitindo conhecimentos. Quando estamos dando uma entrevista, nós não estamos fazendo nada mais do que transmitindo conhecimentos para serem divulgados. Como é que se pode cercear uma coisa dessas? É totalmente incoerente. Eu tenho a impressão de que quem organizou o código de ética, bem como o grupo que o aprovou, são grupos não capazes. Cientificamente e eticamente. Porque isso é antiético, querer cercear a palavra de um indivíduo. Em suma: o código de ética dos cirurgiões-dentistas é antiético. Os presidentes e diretorias das associações odontológicas devem tomar posição. Não é o odontólogo em si que pode tomar posição. Para isso, ele designa representantes que são as diretorias das suas entidades. Elas devem tomar esta defesa e, se não o estão fazendo, cometem uma falha. E deviam fazê-lo energeticamente. Acho que o Conselho está extrapolando. O Conselho está querendo legislar e não cabe a ele isso. O Conselho é para supervisionar o exercício da profissão odontológica e não para se preocupar com entrevistas. Exercício da profissão é boca. O que é que ele, o dentista, faz na boca? Ele está atendendo bem ao cliente? Isso é que é exercer a odontologia. É isso o que o Conselho tem de supervisionar. Verificar os que não estão legalmente formados, mas não cercear a atividade do cirurgião-dentista. Nenhum cidadão do Brasil é proibido de dar entrevistas, em qualquer área, especialmente na que ele conhece, que domina. O Ministro do Trabalho precisa exercer uma supervisão nos conselhos que existem. O Ministro não toma conhecimento de nenhuma arbitrariedade do Conselho. A culpa, em última instância, é do Ministro do Trabalho. Acho que ele devia nomear uma comissão para analisar o Código de Ética Odontológica, que é feito pelo Conselho Federal de Odontologia, para ver que erros, que falhas existem a fim de que sejam corrigidos. Parece que muitas incongruências ali existem, tais são os clamores de inúmeros cirurgiões-dentistas no País. A única coisa que o Conselho pode fazer é dar normas, estabelecer parâmetros, mas dentro das leis. Eles não podem criar leis e criaram leis errôneas, indevidamente. Aliás, eu sou totalmente contrário a conselhos para profissões liberais. São suficientes as associações. Isso de Conselho é uma coisa brasileira. Na América do Norte, se o dentista fizer um mau trabalho no cliente, este mete um processo no dentista. Aí o juiz cassa. Mas aqui ninguém processa ninguém. Conselho Federal deve ser um órgão fiscalizador, deve fazer a supervisão da profissão, mas não é um órgão técnico-científico. A área científica e cultural pertence às associações odontológicas. Isso não é função de conselho e, se ele está entrando nessa área, está extrapolando. O que os Conselhos de Odontologia têm são ótimas sedes. Significa que eles estão taxando muito os profissionais e não precisariam de taxar tanto. Isso sim. Veja a **big** sede que eles têm no Rio de Janeiro. A sede, aliás, do Conselho Federal devia ser em Brasília. Outra sugestão ao Sr. Ministro: não se perpetuem as direções dos conselhos. Isso é coisa importante, sadia, benéfica. Os caras vivem passeando no País, avião pra cá, avião pra lá, hotel de primeira. E tudo sai do Conselho. Eu não dou satisfação pra Conselho nenhum. Dou entrevista pra quem quero e comigo eles nem mexem.

Dr. Januário Napolitano

(Presidente da Associação Brasileira de Odontologia de Equipe, ex-presidente da Associação Paulista de Odontopediatria, assessor de algumas clínicas paulistas, autor de várias Campanhas Públicas de Saúde Dentária e precursor do Curso de Administração Odontológica no Curso de Administração Hospitalar da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo)

— A filosofia e a política de atuação dos Conselhos Regionais e Federais estão sendo defasadas em relação à comunidade, à profissão e aos odontólogos. Há descontentamento generalizado, mostrando ser necessária sua adequação à dinâmica de nossos dias. Há um abismo entre as necessidades da população e as metas da profissão, ditadas pelos Conselhos. É paradoxal que, quando se fala em "Clínica Popular", os Conselhos entendem que esta é problema de Saúde Pública, afeta exclusivamente ao controle das autoridades sanitárias. Porventura não deveria haver um entrosamento visando não só à atuação cirúrgica, mas, quando necessário, a um "grupo de pressão" orientado para os interesses da comunidade e da profissão? Entretanto, assim não pensa a maior parte dos dirigentes dos Conselhos. Lavam a mão como Pôncio Pilatos. Entendem que a Odontologia vive num vácuo social isolado. A profissão está amordaçada e não pode se comunicar com o público. Os Conselhos, agindo cirurgicamente, estão retirando tecido sã e nobre em quantidade maior que tecido deteriorado. Há homens que estão calados, com medo de algum deslize ético. Não falam e não se comunicam com o povo. Em compensação, por falta de provas concretas, vamos encontrar no interior de várias cidades propaganda de baixo nível, vendendo clínicas populares e organizações menos idôneas de forma a comprometer a imagem da profissão. Entendemos que a única solução para resolver o problema de comunicações adequadas e necessárias seria fazer com que os Conselhos estruturassem uma assessoria de comunicações a serviço da profissão e da comunidade. Entendemos ser necessária uma atuação do Conselho no campo da promoção e da educação em saúde da boca. É o único órgão que reúne compulsoriamente todos os cirurgiões-dentistas, pois pertencer ou não a uma entidade de classe é facultativo, ao passo que integrar o Conselho é obrigatório. Daí decorre esta sugestão que traria indubitavelmente uma soma de benefícios para a comunidade e, em última análise, para o cirurgião-dentista. Comunicação significa primordialmente utilização de veículos de massa tais como televisão, rádio e imprensa. Enfim, nosso posicionamento é crítico mas construtivo, pois nossos objetivos são perfeitamente definidos. Apresentamos problemas e apontamos soluções. Ou os atuais dirigentes entendem e se conscientizam da necessidade de mudança de filosofia e das diretrizes através de demonstrações comedidas, concretas e efetivas, ou então se fará necessária uma "revolução" radical, afastando definitivamente da liderança os homens quadrados, ortodoxos e não esclarecidos. Resta saber apenas qual será a conduta desses homens frente a manifestações não só da base, não só do cirurgião-dentista de Pasárgada, mas também de líderes expressivos da categoria profissional, cujo passado de lutas e ideais por si só é um testemunho inequívoco de que a mudança é necessária.

Dr. José Soares Dutra

(Além de cirurgião-dentista de renome, escritor, economista, é conhecido como o Homem da Cibernética no Brasil)

— Entendemos que o Conselho Federal de Odontologia, ao qual naturalmente estão subordinados os Conselhos Regionais, deva ser essencialmente um órgão normativo e consultivo e, portanto, orientador, e só excepcionalmente deveria ser-lhe atribuída função punitiva, em casos também excepcionais. Jamais, porém, deveria assumir funções fiscalizadoras e coercitivas, num descer a minúcias de rotina profissional, transformando-se num onipotente órgão policiador do exercício profissional, perdendo, assim, sua dignidade normativa, consultiva e decisória. O código de ética do exercício de

odontologia é tão amplo, abrangedor e coercitivo que impede ao profissional até a livre manifestação de opinião técnica em público. Quanto aos direitos, o código entra em redundâncias, assegurando a "inviolabilidade do domicílio", do dentista e garantindo-lhe "prisão especial", além de outras em definições inútuas. Parece omissão no tocante ao dentista, como pessoa jurídica, como proprietário de clínica, que vende serviços. O dentista não pode sequer apresentar-se profissionalmente aos prováveis clientes com liberdade, mesmo dentro de normas de decência, sem expor-se a sanções, face à excessiva limitação existente. Enquanto isso, ainda persiste a existência de práticos em todo o País. Não pode servir-se de veículos de divulgação livremente, nem mesmo para difundir informações de educação sanitária, sem ficar, do mesmo modo, exposto a sanções. A experimentação e a pesquisa profissional, mesmo dentro de margens racionais de segurança, estão cerceadas, dada a generalidade do impedimento de sua aplicação ou experimentação. Por todos esses motivos, parece ser um desejo unânime da classe a reformulação legal das atribuições dos Conselhos Federal e Regionais de Odontologia e do Código de Ética Odontológica, que tem trazido uma sensação humilhante de constrangimento ao exercício da profissão. Até mesmo esta opinião poderá ser considerada, não como bem intencionada contribuição, mas como uma falta ao código de ética, dependendo da interpretação dos Conselheiros. Toda a classe se sente constrangida, ameaçada, não pela ética profissional que todos nós praticamos, mas pelo exorbitante código de ética. Todos se sentem à mercê, não de normas, mas de julgamento humano, investido de superpoderes, extrapolados do plano técnico para o plano da interpretação de cânones exorbitantemente radicais. Toda a classe sente que não há, face ao código de ética, o livre exercício profissional. Todos os dentistas se sentem constrangidos, como considerados pelo estranho código como transgressores contumazes, razão pela qual todos anseiam pela sua urgente reformulação.

Dr. Emil Adib Razuk

(Deputado paulista, eleito maciçamente pela classe odontológica, com votação em 540 dos 572 municípios do Estado. Ex-diretor do Serviço Dentário Escolar de São Paulo e presidente da Associação Brasileira de Odontopediatria)

— O código de ética atual, feito pelo Conselho, é meio, às vezes, contudente. Não há dúvida nenhuma de que há necessidade de uma disciplina. Alguns pontos de vista de alguns artigos devem ser atenuados na sua redação. Eu acho que deve haver alguma reformulação em que participem também algumas entidades de classes. As entidades de classe podem dar, aos conselhos regionais, subsídios que devem ser levados ao Conselho Deliberativo Nacional do Conselho Federal. Numa reunião de conselhos de presidente, foi aprovada uma moção mais de desagravo pela atitude tomada pelo Conselho que realmente tem refletido. O Conselho como autarquia, seus membros pensam que são juizes da classe odontológica, quando eles são os membros integrantes da classe odontológica. Se eles não reformularem, no ano que vem, com as eleições, evidentemente, as entidades de classe tomarão posição. Este Conselho não pode se perpetuar no poder. Devido a este código de ética ter sido hipertrofiado na sua amplitude, na sua ação, eles automaticamente se hipertrofiaram também. Esse código de ética foi enviado, em 1967, para aprovação das autoridades federais e já se passaram oito anos. Algumas coisas que, naquela ocasião, eram viáveis, hoje devem ser modificadas. Ele precisa ser reformulado. Como se trata de uma profissão de saúde, o dentista deve ter um certo cuidado especial ao falar, mas eles foram adiante: quase cerceiam o profissional cirurgião-dentista a dar qualquer declaração. Nós, particularmente, temos dado muitas declarações. Quando fomos diretor do Serviço Dentário Escolar, dávamos declarações. Era um problema administrativo, um problema de saúde pública. Nós tínhamos todo direito, como presidente da Associação Brasileira de Odontopediatria, de dar a nossa opinião e, agora, como homem público, muito mais. Reconheço no Bruzzi o trabalho que ele desenvolveu em prol do Conselho Federal, mas

acho que está na hora da renovação, na hora de colocarmos um novo presidente, como consequência natural da vida, porque, às vezes, a pessoa se acomoda com a posição e hoje, na vida moderna, só se fala em rotatividade. Nós que temos responsabilidade pela classe, vamos tomar uma posição. Eu acho que todos nós temos que tomar uma posição. Deve-se modificar a questão de **quorum** da eleição porque, com isso, eles ficam com o poder na mão, já que a lei estabelece que, se o candidato não tiver a votação de 51 por cento dos inscritos, há intervenção. E são eles que intervêm. O Bruzzi está usando este artifício. Nem sempre na eleição, ganha o melhor ou aquele que representa os anseios da classe. Está na hora de todas as entidades estudarem com profundidade e tomar as medidas cabíveis para a revogação desse dispositivo de eleição, estabelecido pelo Conselho Federal, e que foi aprovado pelo Ministério. Tenho conhecimento do descontentamento geral da classe, mas tenho visto também boas atitudes do nosso conselho regional. Do Federal, não sei, porque quase não temos contato com ele. Sou da opinião que precisa ser modificado este dispositivo eleitoral. Está na hora de o código sofrer uma reabilitação. Uma reabilitação não só oral como escrita. Por ocasião da minha campanha eleitoral, quando visitei 180 municípios, senti que realmente há um descontentamento do problema de ação do Conselho. Uma coisa que já está ultrapassada deve ser renovada ou reabilitada. Para a criação do código de ética, deve ter havido uma assessoria jurídica, mas não foram realmente os elementos mais capazes. Reconheço isso. Todo trabalho depende do problema de assessoramento. Durante dois anos, tivemos oportunidade de dirigir o maior serviço dentário do mundo ocidental e nos saímos bem porque soubemos procurar os assessores e ouvir os colegas. É sabido que uma andorinha só não faz verão.

Dr. Marco Antônio A. Franco

(Um dos pioneiros do transplante dentário no Brasil)

— Em 1960, saiu, uma reportagem nas “Folhas”, que hoje não poderia sair. Era uma entrevista que eu tinha dado a um repórter que me procurou para explicar a técnica que eu estava empregando no implante de dentes. Teve alguma repercussão porque o próprio Presidente do Conselho Regional de Odontologia, o Dr. Fernando de Sousa Lapa, veio ter a mim para se informar dos detalhes e eu lhe disse que já fazia implantes há três ou quatro anos. Depois vieram vários colegas se informar. Todos eles tiveram conhecimento do trabalho através da reportagem. Penso que este exemplo é o bastante para eu traduzir o meu pensamento a favor da divulgação científica.

Dr. Jairo Correa

(Presidente da Associação Paulista dos Cirurgiões-Dentistas, Presidente do Sindicato dos Odontologistas de São Paulo e Vice-Presidente da Federação Nacional dos Odontologistas)

— Não somos contra a existência de um código de ética de maneira nenhuma, seja no militarismo, numa ordem religiosa, nas profissões liberais, no sentido de não serem feridos alguns pontos de conduta. Deve haver até um certo rigor em alguns casos. A odontologia precisava de uma trilha correta para seguir, estabelecidos os direitos e deveres. Mas achamos realmente que o atual código do Conselho poderia ser reformulado no sentido de uma atualização, de modernismo, de modernismo até jurídico, de comunicação. Acredito até que o Conselho Federal, através dos conselhos regionais, e até em conexão com todas as outras entidades de classe odontológica, esteja inclinado a elaborar um novo código visando a dar uma maleabilidade, não diria uma liberdade absoluta, mas dar uma amplitude maior no sentido de uma participação maior do profissional no sentido das suas pregações, entrevistas, desde que este profissional seja identificado e tenha qualificativo para estes pronunciamentos. Estamos sentindo que há uma pequena fumaça em torno disso e onde há fumaça há fogo. É muito justa uma campanha em torno da modificação do código. Há necessidade de um maior entrosamento nesse trinômio — conselho, federação e associações estaduais —

para que se estude, em conjunto, a elaboração de um código capaz de dar uma atuação mais incisiva ao profissional. Cabe às entidades de classe uma maior difusão à chamada educação e saúde em odontologia. A população ainda não foi alcançada nem está bem orientada sobre os problemas de saúde. Acho que devia ser estabelecida uma programação junto às televisões e rádios, enfim toda a imprensa, no sentido de esclarecer o povo sobre esses problemas que afligem o próprio povo. Sabemos que 2 terços da população precisam de tratamento dentário, mas não têm condição financeira. A odontologia não está alheia a este problema. Não sou contra código de ética porque fui um dos responsáveis pelo Código da União Odontológica Brasileira. Acho apenas que, na verdade, nos dias atuais, em que a comunicação avança em todos os campos, e que estamos com governos de alto nível, tanto estadual como federal, governos que pregam a liberdade, que dão plena liberdade à nossa gente no sentido de dar comunicação, não é justo que se cerceie uma classe para que ela se pronuncie junto à população, levando a essa população uma guarida em torno de saúde oral.

Dr. Orlando Meira Cardoso de Oliveira

(Presidente do Comitê Científico da Sociedade Odontológica Latino-Americana de Implantes e Transplantes, membro da Diretoria da Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas e diretor científico da Associação Paulista de Implantologia Oral)

— Nós, que praticamos uma especialidade que existe de fato, mas não de direito, sentimos, na própria carne, a dificuldade que se tem em transmitir isso ao público em geral. Diríamos então que o Conselho, no seu código de ética, devia trazer facilidades para que o grande público tome conhecimento, não somente o que é a implantologia, mas o que é a odontologia. Porque, infelizmente, o público, em geral, não tem o mínimo conhecimento do que seja a odontologia de hoje. Para citar um exemplo do que digo, lembro que qualquer criatura que sofra acidentes, e tenha fratura dos seus maxilares, procura um médico. Nós, dentro da implantologia, sabemos que todos aqueles que perdem elementos dentais em acidentes não sabem o que fazer desse dente e, normalmente, jogam-no fora, sem o mínimo conhecimento de que possam ser reimplantados. Criaturas extraem dentes são que poderiam ser transplantados a outras criaturas. No entanto, esses dentes são abandonados, inclusive pelos próprios dentistas, que se tenha um banco de dentes. E nós não temos a mínima condição de divulgar a odontologia, nem como pessoas, nem como cirurgiões-dentistas e nem, às vezes, em interesse da classe. Então eu acho que esse código de ética devia ser reformulado, não para que pudéssemos fazer promoção pessoal, mas sim para promoção da classe, promoção da odontologia. O brasileiro ainda não sabe que a odontologia é uma especialidade médica. Ele considera dentista uma coisa e medicina outra. Não sabe que, em Portugal, por exemplo, o dentista é um médico estomatologista, que faz seis anos de medicina e mais três de especialização em estomatologia. Não sabe tampouco que, em toda a Europa, o dentista não é separado da medicina. No Brasil não existe ainda este conceito. Dentista é ainda aquele que saiu do cirurgião-barbeiro, que fazia barba, cortava cabelo e arrancava dente. Parece que, ainda, a grande maioria do povo enxerga o dentista como obturador e arrancador de dente. Esquece toda a gama de trabalhos que a odontologia pode apresentar. Então eu acho, sim, que esse código de ética deveria ser reformulado para a promoção e divulgação da odontologia.

Dr. Manoel Ribeiro Souza

(Um dos mais laureados cirurgiões-dentistas do País, com larga experiência da vida sindical da classe na Europa e militante de vários congressos nacionais e internacionais de Odontologia. Um dos mais conceituados odontólogos do Nordeste brasileiro, atualmente radicado no Rio de Janeiro.)

— Penso que toda a problemática da classe odontológica brasileira, nos dias que se passam, em termos de comunicação e divul-

gação, procede indiscutivelmente. Já nem quero discutir o caso de o profissional se valer da divulgação de um tema científico para fazer a sua promoção pessoal, porque seria enveredar numa temática ociosa e por demais óbvia. É mais do que evidente que isso se enquadra no antiético. Mas impedir-se um profissional, portador de um diploma, consciente do cabedal de conhecimentos adquiridos na Universidade, nos cursos de pós-graduação, e ao longo de uma vida de experiências e exercício da profissão, de responder a uma entrevista sem a prévia autorização de um Conselho, ou seja lá o que for, não passa de um absurdo em termos de respeito à sua idoneidade profissional. Antes de mais nada, isso é desmoralizante, aviltante e humilhante. E, quanto ao regulamento que permite ou faculta a uma diretoria se perpetuar no poder de uma entidade, está claro que ele peca na base, uma vez que a renovação de valores, tão cultuada em nossos dias, quando tudo evolui celeremente e novas conquistas aparecem, se torna cada vez mais difícil de ser realizada. Nem quero abster-me no julgamento dos membros que compõem o atual Conselho, se agem ou não certo ou errado, porque o mais importante é que se criem dispositivos que favoreçam uma rotatividade constante nos quadros que dirigem as entidades de classe, sejam elas odontológicas ou outras quaisquer. Voltando a falar em comunicação, não posso deixar de manifestar o profundo pesar em que vive a odontologia brasileira, sobretudo depois de conhecer a realidade européia, onde minha profissão goza de um prestígio invulgar e onde todas suas conquistas são do conhecimento do público. Penso que é chegada a hora de lutarmos pelo justo e patriótico direito e dever de educarmos o nosso povo, tão carente de informações nesse setor. Pensar de outra maneira, julgo, é que é antiético. E mais ainda: impatriótico e desumano.

Dr. José Rolim Valença

(Técnico em Comunicação e formado em Jornalismo pela Faculdade "Cáspier Líbero". Membro Acreditado da Public-Relations Society of America, onde também é membro do Counselor Section. Membro da IPRA — International Public-Relations Association, membro da Sociedade Portuguesa de Relações Públicas, fundador e membro da Associação Brasileira de Relações Públicas, membro da American Chamber of Commerce for Brasil e da American Management Association e do The President's Association e eleito Homem de Relações Públicas do Ano de 1973)

— Noto que certos códigos de ética profissional foram escritos para uma certa época e para uma certa situação. Mas houve uma revolução no campo da comunicação. Hoje, o impacto das comunicações em cima do indivíduo médio é mil vezes maior do que era há 20 anos. Imagine uma época antes do rádio e da televisão. Existia muito menos coisa atingindo o homem da rua. Então, qualquer coisa que se fizesse era o suficiente para comunicar. No caso do dentista ou do médico, era suficiente colocar aquele cartãozinho na porta: "Fulano de Tal — Dentista". E trabalhava-se normalmente dentro do bairro. Hoje, houve uma evolução, não somente no campo dos negócios, como no campo dos transportes. A presença do indivíduo deixou de ser aquela presença de bairro, de viver ali junto àquela comunidade. Por outro lado, considere-se a quantidade de mensagens que se recebe hoje, durante o dia. São Paulo, por exemplo, tem seis canais de televisão, uma grande quantidade de jornais, milhares de cartazes de rua, uma multidão de pessoas gritando, no ouvido da gente, mensagens de todo o tipo. Quem não competir com isso, está fora do mercado, não consegue contar a sua história. Ao mesmo tempo, está acontecendo, em todas as profissões liberais, uma modificação sobre as próprias profissões liberais que não pode se restringir ao homem. Não se pode mais viver sozinho. Hoje, a coisa é cada vez mais associada. Então, os médicos se reúnem em forma de clínica, a odontologia também. Começam a existir organizações, que são negócios, evidentemente, mas que são, ao fim das contas, melhor para o cliente. Por quê? Porque, trazendo uma contribuição de organização de grupo, de equipe, eles conseguem se organizar mais, co-

locar à disposição do público várias técnicas especializadas que nenhum profissional tem sozinho, como nenhum médico pode ser, a um tempo, cardiologista, cirurgião plástico, isso e aquilo. Trazem um benefício ao cliente, no final.

Coloco-me agora, como cidadão, um cidadão que é o homem da rua comum, esquecendo que, por algumas razões profissionais, entende um pouco mais de comunicação que é o meu campo. Eu não sei, como tal, das coisas que acontecem por acaso na odontologia. Na medicina, de um certo modo, eu vejo. Você liga um programa como o "Fantástico", por exemplo, e vê realizações de medicina. Está acontecendo tal na cirurgia plástica, está acontecendo isso na cirurgia cardíaca, está acontecendo isso e aquilo em tais especializações médicas. E a medicina é, hoje, mais do que nunca, notícia de um interesse público tremendo. Da odontologia não se encontra essa divulgação. Eu estive conversando com alguns profissionais amigos meus e eles me falam da dificuldade de contar as coisas sobre odontologia, que são, inclusive, notícias jornalísticas, técnicas novas. Tive ocasião de me encontrar, ainda ontem, com um profissional que está fazendo implantes dentários. Me disse: "Não posso divulgar, eu sou proibido de dizer que estou fazendo isso". E é uma novidade, não só para o homem comum, como para profissionais, que, habitualmente, se interessassem em participar de uma técnica nova ou, mesmo, como curiosidade científica. Há talvez — eu noto —, em certos casos, um exagero de interpretação sobre o que é ético e o que não é ético. Agora, eu acho que eu, como homem da rua, estou prejudicado por essa restrição, uma vez que deixo de saber de coisas. Eu deixo de saber aquilo que vai me beneficiar. Esses códigos, às vezes; dizem que o profissional só pode divulgar para outro profissional ou por meio de revistas especializadas, que só são lidas por um público fechado. Mas um cliente pode contar para o outro. Para mim, é uma incongruência, porque a recomendação de um cliente é a recomendação de um amorador. Este diz: "Aquele profissional é bom". Mas ele não tem capacidade para dizer isso. Acho, apenas, que há uma defasagem. Certos códigos desses foram escritos numa época em que a comunicação quase não existia. Na época de hoje, eles estão meio fora da realidade e o que está acontecendo é, provavelmente, um apagamento da profissão ou falta de presença. Eu não diria que é por má-fé que eles assim agem, mas por uma questão de se ater a um código fechado. Do ponto de vista de homem da rua, eu gostaria de saber mais e não estou sabendo. Estou achando, como analista de comunicação, que os dentistas estão ficando para trás. Todo mundo está contando a sua história como pode. Então eu acho que, a esta altura, a profissão odontológica, como a profissão médica faz, deveria estar dizendo o que está sendo realizado de novo. Há quem diga que a profissão odontológica está na idade da pedra, que o negócio dói pra burro, que não avançou nada nos últimos 50 anos e, no entanto, eu sei que não é nada disso. Por exemplo: quando surgiu aquela agulhinha nova, que dói menos, foi um avanço tremendo na odontologia. Muita gente não sabe disso. Eu conheço gente que diz que não trata de dente de medo, porque está acostumada com aqueles traumas de infância, do dentista de boticão e daquela maquininha que rodava no pé. Não sabe que a técnica avançou, que existem técnicas novas, que existem brocas que não doem mais, que existem novos anestésicos... uma série de novidades que existem e que, por acaso, eu tomo conhecimento por intermédio de amigos. E em medicina eu estou a par da maioria dos avanços. É o caso dos transplantes de coração, que todo mundo sabe. Eu não acho que o Zerbini esteja sendo pouco correto porque divulgou o que fez. O filme dele ganhou 19 prêmios internacionais, passando até em Bruxelas, para homens de negócios. Isso é falta de ética? Não é. Então eu acho que, no caso da comunicação, não se está fazendo justiça ao profissional de odontologia que faz pesquisa, ao profissional que inova, ao profissional que organiza melhor e mesmo ao profissional que tem novas técnicas administrativas que permitem, por exemplo, pagamentos mais fáceis. Parece que a ética proíbe isso também. Tudo isso são coisas que precisam vir ao conhecimento do público. A divulgação odontológica, nesse campo, precisa concor-

rer com o resto da divulgação que existe por aí. Do contrário, fica perdida. Observe a quantidade de papéis que se recebe todo dia aqui. Você liga o rádio do automóvel e sabe mil coisas. Você não vai saber das coisas sozinho. Se você não vier a público contar a sua história, fica esquecido. Então eu noto que a própria classe está perdendo o prestígio em função da falta de contar a sua história. Estão acontecendo coisas maravilhosas no campo da odontologia, tanto no mundo, como aqui no Brasil e o público não sabe. Em alguns países da Europa, eu vi presença bem maior dos cirurgiões-dentistas particulares, mas há a lembrar que, nesses países, há muita socialização. Mas em revistas estrangeiras eu vejo divulgação bem maior dessas notícias do que aqui. Então, não acha que interessa divulgar, por exemplo, que você pode botar um aparelho móvel, recolocar uma dentadura fixa, que se faz implantes e transplantes, e que existem não sei quantos dentistas no Brasil que estão fazendo um novo tipo de coisas? Inclusive, deve ser dito, ainda que para ser discutido. Mesmo que haja pessoas que achem que isso é uma porcária, isso é uma vigarice e tudo o mais, o importante é jogar esse debate na frente do público. Todo mundo tem o direito de saber essas coisas, tem o direito de ter acesso a essas informações. Se o dentista é vigarista, se ele é desonesto e está fazendo uma técnica que não está cientificamente comprovada, isso também deve ser dito ao público. Deve aparecer outro grupo dizendo: "Esse camarada é desonesto, essa técnica não foi comprovada"... até aparecer daí alguma coisa. É assim que acontecem as coisas na ciência. Para dar credibilidade à notícia, você precisa de um nome, de um indivíduo. Então você vai a um profissional, por exemplo, e diz: "Dr. Silva, eu quero que o Sr. me fale sobre o assunto tal e tal". Ele responde: "Eu não posso falar porque estou com medo". Você insiste: "Eu quero que o Sr. me fale sobre tal técnica porque eu sei que é uma novidade". Ele diz: "Eu estou com medo do código de ética porque, se eu falar, posso ser suspenso por 30 dias, depois eu perco a carteira e não posso trabalhar". Você, como jornalista, pode dizer: "Eu fui falar com tal dentista sobre a nova técnica tal e ele ficou apavorado e nada disse". O que eu posso dizer do ponto de vista de minha observação, é que noto que não vejo nada sobre odontologia na imprensa pública, não vejo folhetos bons, bem feitos, de dentistas. Eu gostaria de ter um bom plano odontológico. Eu gostaria de saber essas coisas. Eu por exemplo, faço parte da Golden Cross. Por quê? Porque o sujeito promove, vem aqui, senta três horas diante de mim, me vende o negócio e eu terminei chegando à conclusão que devia ter um seguro médico. E, em odontologia, eu noto esse clima de marasmo, de parada. A conclusão que eu tiro é que o profissional de odontologia é um profissional inferior, é subgente. Sabendo das novidades através de um veículo público, vou ao meu dentista e pergunto: "É verdade que existe agora um negócio que não dói? É verdade que eu posso utilizar a anestesia geral no caso em que eu tenha uma criança traumatizada? É verdade que existem técnicas novas que acontecem nisso ou naquilo?" Então, eu sabendo dessas coisas, através dos órgãos de divulgação, eu vou chegar com o meu dentista. Agora, se eu não tiver acesso a isso, eu vou ao dentista apavorado por um negócio que me é absolutamente desconhecido, uma vez que eu desconheço totalmente o assunto.

Neste momento, eu me coloco em duas posições: como homem de rua e como técnico em comunicação. Na primeira, sinto o impacto em mim, em minha vida particular, de não saber suficientemente o que está acontecendo em odontologia. Eu não tomo conhecimento dessas coisas como homem da rua, a não ser que eu conseguisse acesso a uma revista técnica, inclusive com as limitações que as revistas técnicas têm. Em segundo lugar, como homem de comunicação, como analista de assuntos de comunicação — e para isso temos um certo currículo que me permite falar com certa autoridade sobre o assunto — eu não vejo uma presença pública de odontologia como eu vejo, por exemplo, de medicina e como vejo de todas as outras profissões, inclusive a minha. Em todas as profissões, coisas novas estão acontecendo, coisas maravilhosas no campo da ciência e da tecnologia em geral. E, no meio de tudo isso, eu vejo uma espécie de escondimento das notícias odontológicas.

Tudo o que é código depende de interpretação. Interpretação pode ser levada a um extremo ou outro: um extremo liberal ou a um extremo fechado. Então, o advogado pode dizer se o código está sendo interpretado também com um excesso de rigidez ou mesmo se o código está atualizado ou não. É possível que esteja. Se o código não for muito genérico, se ele for específico, escrito há muitos anos, certamente ele estará desatualizado. Agora, se ele for genérico, não, porque existe o regulamento e o regulamento pode ser adaptado em função das circunstâncias. Aparece um novo meio de comunicação e o regulamento tem que ser modificado.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itálio Coelho. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Danton Jobim.

O SR. DANTON JOBIM PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Esteves — Henrique de La Rocque — Fausto Castelo Branco — Virgílio Távora — Jessé Freire — Domicio Gondim — Marcos Freire — Arnon de Mello — Teotônio Vilela — Amaral Peixoto — Vasconcelos Torres — Gustavo Capanema — Itálio Coelho — Mendes Canale — Mattos Leão.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.^o Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 330, DE 1975

Senhor Presidente:

Requeremos, nos termos dos artigos 242 e 245 do Regimento Interno, a inserção em Ata de nota de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Jales Machado, bem como a apresentação de condolências à família do extinto.

Sala das Sessões, em 6 de agosto de 1975. — Benedito Ferreira — Osires Teixeira — Lázaro Barboza.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Esta Presidência se associa às homenagens prestadas pela Bancada do Estado de Goiás ao ex-Deputado Jales Machado, ilustre parlamentar e homem de grande atuação, como pioneiro, do Estado vizinho.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Está findo o período destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 288, de 1975, do Senhor Senador Domicio Gondim, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, dos artigos publicados na Revista *Visão* e no *Jornal do Comércio*, do último mês de junho, intitulados, respectivamente, "Cadeia de Equívocos", "Colômbia Perde US\$ 100 milhões em Petróleo" e "Aumento da OPEP não Chega a 30%".

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento; será feita a transcrição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1975 (nº 8-B/75, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera o § 1º do art. 22 da Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, que transformou o DNOCS em autarquia, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 253 e 254, de 1975, das Comissões:

- de Assuntos Regionais; e
- de Finanças.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, vou encerrar a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto irá à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 1975
(Nº 8-B/75, na Casa de origem)

De iniciativa do Sr. Presidente da República

Altera o § 1º do Artigo 22 da Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, que transformou o DNOCS em autarquia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º, do art. 22, da Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, acrescentado pela Lei nº 6.084, de 10 de julho de 1974, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 22.

§ 1º O DNOCS poderá alienar bens imóveis integrantes do seu patrimônio, mediante proposta do Diretor-Geral, aprovada pelo Conselho de Administração e homologada pelo Ministro de Estado, e bens móveis na forma que dispuser o Regimento.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 3:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1974, de autoria do Senhor Senador Vasconcelos Torres, que dá o nome de “Edison Carneiro” ao Museu do Folclore, tendo

PARECERES, sob nºs 632 e 633, de 1974, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Educação e Cultura, favorável.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, vou encerrar a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

Encerrada a discussão, o projeto é dado como definitivamente aprovado, nos termos do art. 315, do Regimento Interno.

O projeto irá à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 31, DE 1974

Dá nome de “Edison Carneiro” ao Museu do Folclore.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Passa a denominar-se Museu de Folclore “Edison Carneiro”, o Museu do Folclore da Campanha de Defesa do Folclore do

Ministério da Educação e Cultura, instalado em dependências do Palácio do Catete, na cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Ainda há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Orlando Zancaner.

O SR. ORLANDO ZANCANER (São Paulo) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não fosse o patriótico pronunciamento do eminente Presidente Geisel, um chamamento correto à realidade de quantos ainda supõem que a distensão pode ser confundida com as práticas superadas de um liberalismo anacrônico e ultrapassado; e, neste momento, não viria ocupar esta tribuna.

Por certo, muitos sofreram um certo desencanto. O sonho liberal, em que se embalam sinceros sentimentos cívicos, pode ter-se desfeito ante a severa advertência de que os mecanismos do AI-5 podem ser acionados. Que a distensão, e o propósito leal do Presidente em concedê-la, se processará através de gradativas aberturas, sempre que não ofendam a diretriz superior da linha filosófica revolucionária, ficou bem caracterizada no último pronunciamento presidencial.

Não ficou tipificada, porém, nem poderia ficar, a distensão ao gosto de alguns espíritos liberais, cujos postulados políticos, por errônea visão da realidade brasileira e mundial, ainda se afinam com os da Convenção Francesa de 1789. Essa distensão é impossível, impraticável, irreal, e bem o sabe o Presidente. E por certo conduziria a Nação e todo o seu esforço de debelar a crise econômica que abala todos os quadrantes do planeta, a uma linha político-econômica por todos os títulos caótica, imprevisível e, quem sabe, irre recuperável.

Aplauzo a coragem cívica do Presidente. Aplauzo a austeridade do seu pronunciamento e entendo que, ante a convulsão econômica mundial, em que países de economia muito mais sólida e avançada que a nossa assumem medidas e deflagram proficiências de caráter estritamente rígido, a fala do Presidente serviu para tranquilizar todos quantos percebem que, sem embargo dos esforços da Revolução, desde sua implantação em 1964 até aqui, ainda não foi possível debelar no todo, no global, uma série de erros herdados, males crônicos e outros que a dinâmica da vida sócio-econômica dos dias que correm engendra a cada passo.

A firmeza do Presidente é, assim, para nós que vivemos as condições sociais, políticas e econômicas da região centro-Sul do País, apanágio do homem lúcido e honrado, que pretende levar a bom termo a tarefa difícil de conduzir o Brasil a dias melhores e menos angustiosos, menos delicados que os do tempo presente.

Mesmo assim, e em posição muito diversificada dos defensores do liberalismo a que me referi, entendo que o pronunciamento presidencial foi comedido e mesmo tímido em alguns pontos. Certamente, preocupado em dar uma mensagem oportuna à classe política, a quem honrou pela atenção e dignidade de um pronunciamento leal e sem reservas, omitiu-se, no entanto, de dizer ao povo, naquela oportunidade, tudo quanto este precisa saber e ouvir no tocante à realidade brasileira.

Por certo, à argúcia do Presidente não terá escapado esse detalhe. E, por isso, estamos convictos de que Sua Excelência, a qualquer instante que julgue oportuno, poderá voltar ao vídeo da cadeia nacional de televisão, para complementar a mensagem que teve início com a fala do dia 1º deste mês.

Assim supomos, porque sentimos que o povo não está interessado, em verdade, na problemática, essencialmente política, da distensão e sim nos parâmetros com que o Governo mede a extensa e difícil vida econômica do País, para, em seguida, ministrar os remédios, providências e soluções atinentes aos diversificados aspectos em que se desdobra.

Sinto, em São Paulo, um divórcio entre a euforia de certas mensagens transmitidas por alguns Ministros e a realidade econômica enfrentada pelo povo. Este vem sentindo que, entre os termos dos pronunciamentos eufóricos e a realidade que os circunda, há uma defasagem que só pode prejudicar a imagem que a seguir fará do próprio Governo. Por isso, a distensão ou a não-distensão não chega a impressionar o povo ou os centros de decisão econômica, no campo da iniciativa privada. Um e outro estão vivamente preocupados com a tormentosa crise que abala o mundo civilizado e que tem conotações nitidamente econômico-financeiras, menos que de natureza política ou social.

Só agora o povo vem compulsando dados relativos à falta de alguns produtos, ao sentir, na própria vida, os reflexos que se vêm projetando em sua economia. Um exemplo vivo disso é a situação do petróleo. Não bastasse esse fenômeno, que mexe com toda a economia internacional e nacional, entre nós junta-se agora o espectro dos fenômenos naturais, como a recente inutilização de grande parte das lavouras do Centro-Sul do País e as calamidades que se abateram sobre Pernambuco e Alagoas.

Têm esses fenômenos efeitos muito próximos, imediatos, na linha do processo financeiro e econômico da Nação e do povo. Por certo o Governo, atento a tais problemas, mobilizou e mobiliza todos os esforços e recursos para resolver a bom termo essas dificuldades sobre a economia, que entram automaticamente no somatório de preocupações legítimas de quantos contribuem com o trabalho e a iniciativa para a construção da prosperidade nacional.

Ouvi e li o discurso presidencial, e senti, Srs. Senadores, ser necessário que se diga ao povo, em outra fala oficial, pelos mesmos veículos, aquilo que faltou ser dito: o povo está exigindo muito da Nação e, em contrapartida, dando muito pouco.

Explico o sentido dessa advertência que, fatalmente, em dias futuros, o honrado e austero Presidente, por certo, há de nos fazer a todos, porque o ponto de saturação dos encargos que oneram o Estado, no Brasil, está muito próximo de seu nível máximo.

Não é possível que a Nação continue a gastar mais de três bilhões de dólares anuais com a importação do petróleo, enquanto países mais ricos racionam a gasolina e os derivados e outros reduzem às necessidades vitais da indústria e do comércio a pauta de importação no campo energético.

O Sr. Benedito Ferreira (Goiás) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ORLANDO ZANCANER (São Paulo) — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Benedito Ferreira (Goiás) — V. Ex^a faz muito bem em analisar o pronunciamento do Presidente da República, sobretudo em ressaltar aquilo que deveria ter sido dito. Interfiro no discurso de V. Ex^a para com ele solidarizar-me principalmente para destacar um aspecto curioso. Nós temos visto, aqui, nossos dignos opositores ressaltarem constantemente todas as medidas de caráter social, todas as medidas que beneficiam diretamente a população brasileira, como se fossem um atendimento do Poder Executivo às suas reivindicações da tribuna. Agora, veja V. Ex^a como é difícil atender à Oposição. O Presidente da República, desta feita, ao definir distensão, dando a colocação que deu, na forma correta, isto é, distensão social antes da distensão política, fê-lo quase que atendendo a reivindicação também do MDB. Aqui está uma entrevista do nobre Senador Roberto Saturnino, onde S. Ex^a declara à revista *Fatos & Fotos*, da semana passada, o seguinte: Diz o repórter: "Porque, para ele, a distensão ainda é prematura". Diz o Senador Roberto Saturnino: "Ela só pode existir se as condições de vida do povo criarem um clima propício à paz social". Mais adiante, diz o nobre Senador da Oposição: "Se houver, assim, a abertura sem que se tomem medidas redistributivas, poderão surgir novos conflitos e pôr tudo a perder". Veja V. Ex^a como é difícil a nossa situação, principalmente para o Executivo. Se se atende àquilo que a Revolução vem perseguindo desde 1964, que é gerar riquezas para distribuir riquezas e não misérias, diz-se que se es-

tá atendendo às reivindicações do MDB. Quando se faz uma colocação correta de um problema, o social, a angústia da população brasileira antecedendo as soluções políticas, que pouco interessam, realmente, à grande maioria do povo, que nem sabe o que significa **habeas corpus**, principalmente **habeas corpus** para terroristas, surgem novas críticas. Ainda ontem, em nome da Oposição, o ilustre Senador Lázaro Barboza contestava o Executivo por essa colocação. Mas, na semana passada, vindicava o ilustre Senador Roberto Saturnino que o Governo assim procedesse. Com estas considerações, reiteiro a minha solidariedade ao discurso de V. Ex^a, com sinceros aplausos.

O SR. ORLANDO ZANCANER (São Paulo) — Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senador.

Urge a conscientização do povo, no sentido de maior poupança. E para citar alguns exemplos, lembro que é de se evitar, a qualquer preço, que os nossos caminhões continuem a trafegar pelas nossas rodovias transportando gado, madeira, sucata de ferro, café e outros produtos, num vai-e-vem constante; que os nossos aviões executivos cruzem os nossos céus constantemente; que os nossos carros oficiais e particulares continuem as suas caminhadas pelas nossas rodovias, num prejuízo imenso para a Nação. Concomitantemente, urge, sim, que o Governo — e dela não pode se furtar — inicie uma política de transporte, no sentido de maior aproveitamento ferroviário e fluvial.

Mas, antes, é necessário conscientizar o produtor e o consumidor nesse sentido.

O espectro da importação petrolífera não é o único que causa apreensões fundadas, pois é o povo, afinal, quem paga por tudo, mas é preciso dizer-lhe que deve, agora mais que nunca, adotar uma conduta que raia o sacrifício e a renúncia.

Tudo nos leva a crer que a pauta de importação de produtos supérfluos deve ser revista, com o fito de abolirem-se itens que, por liberdade, continuam permissivos.

As inundações, as geadas e as secas que, simultaneamente, neste ano, reduziram enormemente nossa produção — tudo indicando que nos forcem a importar maior quantidade de trigo, arroz, carne e outros produtos essenciais à vida do povo, e, por isso, vindo a encarecê-lo ainda mais, levando para as cidades e para os campos níveis imprevisíveis de carestia — tem que sensibilizar a consciência cívica do brasileiro, do homem simples da lavoura ao empresário das metrópoles, do operário ao capitão de indústria, do estudante ao professor universitário, da dona de casa ao intelectual, porque se apresenta com a objetividade de um fato, com o realismo que só a economia é capaz de infundir.

Mas, entendo que só um homem, neste País, pela sua retidão e austeridade, pela lucidez e energia, é capaz de conscientizar o povo de que, infelizmente, por força das circunstâncias internacionais e fenômenos climáticos, não vamos bem; de conscientizar as massas, por pronunciamentos incisivos, como sempre tem feito, de que é hora de renúncia, de sacrifício e de severidade no trato da economia.

Este homem não é outro senão o eminente Presidente Ernesto Geisel.

O Sr. Roberto Saturnino (Rio de Janeiro) — Permita-me um aparte, Senador?

O SR. ORLANDO ZANCANER (São Paulo) — Com satisfação, nobre Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Rio de Janeiro) — Acabo de ouvir um aparte do Senador Benedito Ferreira, onde fui citado em virtude de entrevista concedida à revista *Fatos & Fotos* e queria prestar um esclarecimento breve. Recebi, segunda-feira, uma carta do jornalista Paulo Branco, autor da entrevista, na qual ele me pede desculpas, exatamente pelas distorções com que as minhas palavras foram traduzidas, em última análise, pelo **copy desk** da Revista. A distorção era precisamente esta: eu teria dito que a distensão era prematura, quando eu não o disse, absolutamente! Eu gaguei exatamente o paralelismo, a necessidade de que a distensão política fosse acompanhada da distensão no campo social, o que veio a ser até a tese principal do dis-

curso do Presidente Geisel. Nunca afirmei que a distensão fosse um fenômeno prematuro. Acho que a distensão não tem nada de prematuro; ao contrário, ela já vem um pouco tarde, já deveria ter sido iniciada antes, porque só através da distensão se chegará, realmente, à paz social, ao atendimento de interesses de todos os grupos, de todas as classes sociais deste País. Era apenas esta retificação que eu desejava fazer, em vista de ter sido citado nominalmente pelo Senador Benedito Ferreira.

O SR. ORLANDO ZANCANER (São Paulo) — Muito obrigado a V. Ex^a

O Sr. Benedito Ferreira (Goiás) — Pediria que V. Ex^a me permitisse mais uma ligeira intervenção, para esclarecer melhor ao nobre Senador Roberto Saturnino.

O SR. ORLANDO ZANCANER (São Paulo) — Pois não.

O Sr. Benedito Ferreira (Goiás) — Para que o Senador Roberto Saturnino fique melhor com os seus pares, que vindicam, urgentemente, que reivindicam, insistentemente, a reforma constitucional, é bom que esse jornalista também esclareça outro ponto, pois S. Ex^a, na revista que tenho em mãos, comparece preconizando reforma constitucional só em 1978.

O Sr. Roberto Saturnino (Rio de Janeiro) — Já que sou chamado a debate, citado nominalmente, volto a dizer que, realmente, as expressões por mim usadas foram interpretadas de forma completamente diferente. Eu disse apenas que seria uma hipótese, quer dizer, uma reforma constitucional a partir de uma Constituinte em 1978, mas que, a tese do MDB, a nossa bandeira, era a revogação imediata de todos os atos de exceção. Se essa revogação vier acompanhada de uma reforma constitucional, tanto melhor. Mas o que nós consideramos realmente imprescindível, premente e urgente, é a revogação dos atos de exceção, para restabelecer, não o "chamado estado de direito", mas o estado de direito como nós sempre pregamos.

O SR. ORLANDO ZANCANER (São Paulo) — Obrigado a V. Ex^a

E por que é necessário fazer o sacrifício em prol da economia? O povo não anda, já, reclamando muito? Não tem sobre seus ombros vários encargos? Certamente os tem, mas não na medida exigível para que a Nação consiga vencer a batalha do desenvolvimento.

O preço a pagar-se pela paz futura representada, entre nós, pela ascensão a estágio econômico superior, é o que deve ser pago, de agora em diante, pela nossa geração.

Não poderemos nos furtar desse compromisso histórico para com a Pátria e o futuro, impedindo que nossas divisas sejam consumidas nas crescentes importações. Se necessário, realiza-se o racionamento interno a fim de colaborar com o Governo e permitir que os recursos, por este retidos e economizados pelo povo, possam abrir novas frentes de produção interna, ao mesmo passo que a nossa seriedade e estabilidade sirvam para atrair capitais de investimentos e de empréstimo; assim o povo e o Governo estarão afinados com o compromisso a que aludimos.

É preciso que as empresas consigam, através de política de crédito decorrente de substancial poupança, resguardar, em definitivo, o seu capital de giro.

Igualmente, na agricultura, os financiamentos e as facilidades de crédito só serão levadas a níveis compatíveis com suas reais necessidades se, efetivamente, as medidas a que fizemos alusão forem concretizadas.

É evidente que o Governo, na conjuntura presente, não poderá atender, com o volume de recursos desejáveis, a todos quantos tenham sido atingidos pela crise econômica, infiltrada em nosso País de fora para dentro e, agora, pelos que foram duramente castigados com as intempéries deste inverno e pelas calamidades do Nordeste.

É claro que, se não tivéssemos tais percalços a se juntarem à crise energética, não haveria como e por que pedir ao povo mais sacrifícios. Parece-nos, porém, chegada a hora de, realisticamente,

através de análise precisa, deixar a Nação informada da previsível e gravosa situação econômica dos meses vindouros, se não houver estrita cooperação desta com o Governo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Se em tempo de guerra, uma Nação empenha a sua juventude, suas lideranças, seu patrimônio na luta contra o invasor, porque defende a inviolabilidade do que lhe é mais caro, o território, semelhante a isso se nos afigura quando a guerra não é travada contra exércitos armados, mas contra forças desagregadoras de sua economia, externas ou internas, pois, depois do território e dos símbolos cívicos que a representam, vêm, pela ordem de importância, o patrimônio moral e o patrimônio material. O primeiro dependente do civismo e o segundo ligado estreitamente à moeda. Quando se avilta a moeda de um país, corre-se o risco de aviltar-se tudo o mais, pois a experiência histórica ensina que uma Nação economicamente fraca ou vencida é uma presa fácil e dócil perante as demais.

Se pretendemos levar a sério e, sem desfalecimentos, a luta pelo desenvolvimento definitivo, sem nos permitir atrasos históricos, é necessário conscientizar-nos de que chegamos ao extremo, isto é, ficamos na dependência de nós mesmos, de nossa capacidade de renúncia e de sacrifício.

O Presidente nos declarou que a distensão deverá ser gradual. É claro que está implícito, e foi este o meu entendimento, que a distensão não poderia ser aberta e abrupta, porque a situação de dificuldades em que nos achamos não permitiria a última hipótese. Sabemos que uma abertura excessivamente liberal, sonhada por tantos, redundaria na permissibilidade a que grupos extremistas viessem tirar partido da crise, pescando, pois, em águas turvas, para provocar, primeiro, um retorno aos tempos idos, e depois, à baderna, à convulsão, à pregação revolucionária terrorista, que acabaria, como indica a experiência do nosso século, pondo fim ao próprio liberalismo, tão ansiadamente esperado...

Parece-nos, sim, Sr. Presidente, aqui, oportuna uma advertência aos homens da Oposição neste País: não cobrem do Presidente, nas câmaras legislativas, do Município, do Estado e da Nação, mais do que aquilo que efetivamente pode dar. A distensão gradual é exatamente aquilo que a situação permite e o Presidente honestamente reconhece e dará.

Que o desencanto do sonhador, portanto, não sirva de pretexto para o estabelecimento de uma política agressiva da parte do político realista. E sabemos que este enfileira a oposição em maior número que aquele.

Filho de emigrantes, homem do povo, que lavrou a terra na agricultura dos cafezais paulistas, por isso profundamente arraigado ao patriotismo militante que quer uma Nação forte e respeitada, não poderia este Senador fugir ao dever de dizer, desta tribuna, ao Presidente do meu País, que não vamos bem e que só a sua honrada palavra poderá iniciar um período de austeridade na vida econômica nacional, sem qualquer outro precedente na nossa História. **(Muito bem! Palmas.)**

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itálio Coelho. **(Pausa.)**

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Osires Teixeira.

O SR. OSIRES TEIXEIRA (Goiás) (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ainda há pouco, a Casa aprovou, com os aplausos da Presidência, um voto de pesar pela morte de Jales Machado Siqueira.

Jales Machado Siqueira, como Deputado Federal, foi realmente um autêntico representante do povo goiano. Entusiasta de Brasília, foi também o autor do projeto de lei que criava, ou melhor, que previa a implantação da Belém—Brasília, hoje concretizada, asfaltada, espinha dorsal do desenvolvimento nacional e, inquestionavelmente, uma das grandes obras dos Governos brasileiros.

Homem probo, inteligente, com mente aberta aos grandes problemas do povo, pioneiro de grandes empreendimentos, Jales Macha-

do sempre foi um homem de vanguarda. Daí porque a iniciativa do nobre Senador Benedito Ferreira, que contou com a nossa assinatura e a do nobre Senador Lázaro Barboza, é um preito de real justiça.

Mas, queria também, Sr. Presidente e Srs. Senadores, trazer à Casa o pesar do povo goiano pelo falecimento de outro grande pioneiro: Licardino de Oliveira Ney.

Licardino de Oliveira Ney, homem simples, o último prefeito da tradicional Campinas; um homem que lutou, bravamente, pela construção de Goiânia. Num memorável encontro de prefeitos do meu Estado, verificado, salvo engano, no ano de 1933 ou 1934, propôs Licardino de Oliveira Ney que a área adjacente a sua cidade, a tradicional Campinas, viesse abrigar a nova capital do Estado de Goiás. Venceu. Foi implantada, naquela região, Goiânia. O então Interventor e ex-Senador Pedro Ludovico Teixeira pôde quebrar as reações da Oposição e realmente implantar Goiânia, com o respaldo dos prefeitos, motivados e liderados por Licardino de Oliveira Ney, e Goiânia, sem dúvida alguma, floresceu, se desenvolveu e abriu novas fronteiras para o progresso e desenvolvimento de Goiás.

Merece, pois, que se registre...

O Sr. Nelson Carneiro (Rio de Janeiro) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. OSIRES TEIXEIRA (Goiás) — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Nelson Carneiro (Rio de Janeiro) — O nobre Senador Lázaro Barboza, ao assinar o registro de pesar pelo falecimento do saudoso Deputado Jales Machado, manifestou o ponto de vista do Movimento Democrático Brasileiro. Agora, por delegação expressa do meu eminente líder, Senador Franco Montoro, eu o faço, e com imenso pesar, porque tive oportunidade de conviver durante longos anos com Jales Machado, na Câmara dos Deputados, e posso, como V. Ex^a bem afirmou, declarar que foi das melhores expressões, dos mais eficientes parlamentares, dos mais dedicados homens públicos que conheci nestes quarenta e tantos anos de atividade política. É com tristeza que me associo ao pesar de todo o povo de Goiás, já agora, também, de todo o Senado Federal, pelo falecimento de quem, modesta, mas permanentemente, tantos serviços prestou ao seu Estado, ao Parlamento e ao País.

O SR. OSIRES TEIXEIRA (Goiás) — Agradeço a V. Ex^a a manifestação, em nome da sua Bancada, e que traduz, assim, a posição de todo o Senado Federal, face ao ocorrido, que, sem dúvida alguma, constituiu e constitui, para Goiás, perda tremendamente lamentável, não só do eminente e ilustre ex-Deputado Federal Jales Machado, como do eminente ex-Prefeito de Goiânia e também pioneiro, Licardino de Oliveira Ney.

O Sr. Lázaro Barboza (Goiás) — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. OSIRES TEIXEIRA (Goiás) — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Lázaro Barboza (Goiás) — Senador Osires Teixeira, neste aparte eu me associo às homenagens póstumas que V. Ex^a presta, muito merecidamente, ao Cel. Licardino de Oliveira Ney, autêntico pioneiro, a cujo apoio Goiás muito deve na implantação de Goiânia, ao lado do grande ex-Senador Pedro Ludovico, que travou, com o auxílio de Licardino de Oliveira Ney, memoráveis lutas para a criação da maravilhosa cidade, capital do nosso Estado. É muito oportuna essa homenagem que V. Ex^a presta, e a ela me associo, eminente Senador.

O SR. OSIRES TEIXEIRA (Goiás) — Agradeço o aparte de V. Ex^a Sem dúvida alguma, se coube à História colocar o ex-Senador Pedro Ludovico Teixeira em posição altaneira, face à sua bravura e à sua coragem, em transferindo a capital do meu Estado, antes colocada na velha e tradicional Vila Boa, para implantá-la no Planalto, abrindo novos horizontes para o meu Estado, encontrou

homens da cepa de Licardino de Oliveira Ney, que o ajudaram, dando-lhe cobertura e, sobretudo, criando condições para que pudesse, realmente, realizar essa obra, reconhecida por todos os goianos como uma das maiores obras executadas por todos os governos que por lá passaram.

O Sr. Saldanha Derzi (Mato Grosso) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. OSIRES TEIXEIRA (Goiás) — Concedo, com prazer, o aparte ao nobre Senador Saldanha Derzi.

O Sr. Saldanha Derzi (Mato Grosso) — Nobre Senador Osires Teixeira, a Bancada de Mato Grosso, no Senado, vem, por meu intermédio, associar-se às homenagens póstumas que V. Ex^a presta a este grande brasileiro, nascido em Goiás, que foi o ex-Deputado Federal Jales Machado. Conheci-o muito bem e privei da sua intimidade. Fomos colegas, por muitos anos, na Câmara dos Deputados e somos testemunha da dedicação e do alto espírito público do ex-Deputado Jales Machado. Realmente, era um homem que amanhecia conosco na Comissão de Orçamento, lutando pelas verbas para o seu Estado, assim como pela solução de todos os problemas. E, hoje, Goiás, para felicidade do Brasil, é um Estado florescente e de grande desenvolvimento. Mas, é justo que se diga: o Brasil perde um grande homem público, que foi o ex-Deputado Jales Machado. Portanto, nossas homenagens póstumas a Goiás por essa perda que classifico irreparável, pois um homem como Jales Machado poderia ainda, por muitos anos, prestar grandes serviços ao seu Estado.

O SR. OSIRES TEIXEIRA (Goiás) — Muito obrigado a V. Ex^a

Sr. Presidente, minhas pálidas palavras, que foram enriquecidas pelos apartes dos nobres Senadores Saldanha Derzi, Nelson Carneiro e Lázaro Barboza, dão a nota exata da validade da homenagem póstuma que se presta, nesta tarde, a Jales Machado e a Licardino de Oliveira Ney.

Muito obrigado (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Tem a palavra o nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (Ceará) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A instalação de mais um Pólo Petroquímico no território brasileiro vem sendo reivindicado por vários Estados, desejosos de contar com uma indústria de base que venha a impulsionar o desenvolvimento de cada um deles.

Do Ceará, têm sido enviados apelos ao Presidente da República pelas classes empresariais, desde quando o Chefe da Nação esteve em Fortaleza, no mês de fevereiro, ocasião em que lhe foi entregue um circunstanciado memorial, contendo as aspirações mais urgentes das classes produtoras cearenses.

Dentre tais aspirações, constou, em primeiro lugar, o Pólo Petroquímico, defendido, com ampla argumentação, pelas várias entidades representativas do comércio, da indústria e da agricultura de nossa terra.

A imprensa, por seu turno, tem oferecido oportunidade a que o palpitante tema seja objeto de apreciação por jornalistas e estudiosos, num meritório trabalho de conscientização da opinião pública do Estado.

Há, assim, uma expectativa em torno da decisão do Governo quanto à localização do Terceiro Pólo, registrando-se da parte de cada Unidade da Federação a natural preocupação em apresentar aos setores técnicos competentes os dados que impliquem na viabilização do notável projeto, de extraordinário alcance sócio-econômico.

Na região nordestina, há uma grande esperança de que a localização ali se efetue, especialmente agora quando a SUDENE constatou, através de relatório amplamente divulgado, que o crescimento da área não atingiu sequer a previsão estabelecida, situando-se na faixa de apenas 3%.

Num dos itens do relatório, foi acentuado pelo Superintendente do Órgão, Engenheiro José Lins de Albuquerque:

"Os estudos, com base em dados bastantes preliminares, indicam que a economia nordestina registrou pouco dinamismo em consequência de uma relativa estagnação do setor agropecuário, de um lento crescimento do setor industrial, o que provocou também uma reduzida expansão no setor de serviços."

E mais adiante, ressalta o documento:

"O Produto Interno Bruto — Nordeste, nos termos da previsão, com base nos dados do primeiro semestre, apresenta indícios de crescimento na ordem de 3%."

No dia 1º de agosto, reportando-se à matéria, em artigo publicado em *O Povo*, o jornalista Lustosa da Costa defende a idéia do Pólo Petroquímico para o Ceará, acentuando:

"O Governo Federal deveria localizar, no Ceará, o terceiro Pólo Petroquímico do País. Primeiro porque estamos próximos aos mananciais petrolíferos do Rio Grande do Norte, que poderão superar os de Garoupa, ao gás natural, além do sal-gema de Alagoas, do potássio de Sergipe, componente clássico da fórmula NPK de fertilizantes. Seria uma política descentralizadora que reduziria os fundos desequilíbrios intra-regionais que nos afligem, além de atentar para a contabilidade de custos."

E conclui o reconhecido homem de imprensa:

"Vamos passar da Fábrica de asfalto para a refinaria e da refinaria para a petroquímica, diversificando nossa economia, multiplicando empregos e salvando uma área-problema do País de pobreza cada vez mais aguda e ameaçadora."

O Pólo Petroquímico significará um ponderável investimento direto da União, concorrendo, se acolhida a reivindicação, para que o Ceará se liberte do subdesenvolvimento.

Se assim não ocorrer, entende-se que o projeto global de desenvolvimento brasileiro terminará por comprometer-se fundamentalmente.

No último número da revista *Veja*, acham-se relacionadas, entre as cidades mais pobres do País, Sobral e Juazeiro do Norte, exatamente duas das mais importantes comunas cearenses.

Espera-se, assim, que atento a todas estas implicações de natureza econômica e social, o Governo delibere, afinal, quanto à fixação, no Nordeste, do novo Pólo Petroquímico, escolhendo o Ceará para sede da grandiosa obra, cuja concretização representará, sem dúvida alguma, um vigoroso impulso no progresso da região.

Este o apelo que dirijo, neste instante, ao próprio Presidente Ernesto Geisel e a todos quantos, na área governamental, estão incumbidos de oferecer solução ao magno problema. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Está esgotada a lista de oradores.

Nada mais havendo que tratar, designo para a sessão extraordinária, anteriormente convocada, a realizar-se hoje às 18 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 104/75 (nº 144/75, na origem), de 22 de maio do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do Senhor Paulo Henrique de Paranaguá, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Emirado do Coveite.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 16 horas e 15 minutos.)

ATA DA 97ª SESSÃO, EM 6 DE AGOSTO DE 1975

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

PRESIDÊNCIA DO SR. MAGALHÃES PINTO

Às 18 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — Evandro Carreira — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castello Branco — Helvídio Nunes — Petrólio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domício Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 63 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário vai proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM Nº 146, DE 1975

(Nº 238/75, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o art. 42 (item III) da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Bráulio Botelho Barbosa, Embaixador junto à República do Zaire, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa, nos termos do Decreto nº 56.908, de 29 de setembro de 1965.

Os méritos do Embaixador Bráulio Botelho Barbosa, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 6 de agosto de 1975. — Ernesto Geisel.

INFORMAÇÃO

Curriculum Vitae:

Embaixador Braulino
Botelho Barbosa.

Nascido em Balsas, Maranhão, 1º de junho de 1916. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, 1943. Diplomado nos Cursos de Supervisão e Gerência dos Serviços Públicos, 1943. Professor de Formação Cívico-Política da Escola de Aprendizagem da Imprensa Nacional, 1944. Membro da Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico, 1953. Diplomado em Direito Comparado e Internacional, pela Academia Internacional de Direito Comparado de Havana, 1956.

Cônsul de Terceira Classe, por concurso, 1945.

Vice-Cônsul em Milão, 1947 a 1949.

Vice-Cônsul em Glasgow, 1949 a 1952.

Encarregado do Consulado em Glasgow, 1949 a 1952.

Encarregado do Consulado em Cardiff, 1952.

Promovido a Cônsul de Segunda Classe, por antigüidade, 1952.

Auxiliar no Setor do Temário do V Período de Sessões da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), Rio de Janeiro, 1953.

Auxiliar do Secretário-Geral da Delegação do Brasil ao V Período de Sessões da CEPAL, Rio de Janeiro, 1953.

Secretário-Executivo da instalação da IX Reunião do Comitê Jurídico da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), Rio de Janeiro, 1953.

Membro da Comissão de Estudos sobre Seguros Marítimos, 1954.

Delegado do Brasil nas Negociações com autoridades aeronáuticas de Portugal, França, Alemanha, Grã-Bretanha, Itália e Suíça, 1954.

Representante do Ministério das Relações Exteriores junto à Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional (CERNAI), 1954.

Segundo-Secretário da Embaixada em Havana, 1955 a 1958.

Encarregado de Negócios em Havana, 1955 a 1956.

Membro da Delegação do Brasil às reuniões das Partes Contratantes do Acordo-Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), Genebra, 1958.

Segundo-Secretário da Embaixada em Londres, 1958 a 1961.

Membro da Delegação do Brasil à XVII Sessão Plenária do Comitê Consultivo Internacional do Algodão (CCIA), Londres, 1958.

Representante do Brasil no Comitê de elaboração do Regimento do Conselho Internacional do Açúcar e Comitê Preparatório da Conferência de Revisão do Acordo Internacional do Açúcar, 1958.

Delegado do Brasil às I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, e X Sessões do Conselho Internacional do Açúcar, Londres (IV, em Tânger; VIII, no México), 1959 a 1961.

Promovido a Primeiro-Secretário, por antigüidade, 1961.

Primeiro-Secretário da Embaixada em Londres, 1961.

À disposição do Presidente do Instituto do Açúcar e Alcool, 1961 a 1962.

Chefe da Divisão de Política Comercial, 1962 a 1963.

Representante do Ministério das Relações Exteriores no Conselho de Política Aduaneira, 1962.

Membro da Delegação do Brasil nas negociações do Acordo Comercial entre o Brasil e URSS, 1963.

Chefe, interino, da Divisão do Pessoal, 1963.

Chefe da Divisão do Pessoal, 1963.

Representante-Suplente do Ministério das Relações Exteriores junto à CERNAI, 1963.

Conselheiro, 1963.

À disposição do Ministro da Fazenda, 1963.

Primeiro-Secretário da Embaixada em Paris, 1964 a 1965.

Chefe do Serviço de Propaganda e Expansão Comercial (SEPRO) em Paris, 1964.

Primeiro-Secretário da Delegação em Genebra, 1965 a 1969.

Chefe da Delegação do Brasil à I Sessão do Comitê de Invisíveis e Financiamento da UNCTAD, Genebra, 1965.

Delegado do Brasil à XXIII Sessão do GATT, Genebra, 1966.

Observador do Brasil à XLI Reunião do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), Genebra, 1966.

Promovido a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, 1967.

Delegado do Brasil à Sexta Rodada de Negociações Comerciais do GATT, Genebra, 1967.

Delegado do Brasil à XXIV Sessão do GATT, Genebra, 1967.

Encarregado da Delegação em Genebra, 1965, 1966, 1967, 1968 e 1969.

Chefe, em exercício, da Delegação do Brasil às negociações para a recomposição da Lista III "Brasil", Genebra, 1969.

Ministro-Conselheiro da Embaixada em Bruxelas, 1970 a 1972.

Encarregado de Negócios em Bruxelas, 1970, 1971 e 1972.

Embaixador em Kinshasa, 1972 a 1975.

O Embaixador Braulino Botelho Barbosa, nesta data, encontra-se no exercício de suas funções junto à República do Zaire.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 29 de julho de 1975. — **Sérgio de Queiroz Duarte**, Chefe da Divisão do Pessoal.

(À Comissão de Relações Exteriores.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — O Expediente lido vai à publicação.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 104/75 (nº 144/75, na origem), de 22 de maio do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do Senhor Paulo Henrique de Paranaguá, Ministro de Segunda Classe, da carreira de diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Emirado do Coveite.

A matéria constante da Ordem do Dia da presente sessão, nos termos da alínea h do art. 402 do Regimento Interno, deve ser apreciada em sessão secreta.

Solicito dos Srs. funcionários as providências necessárias a fim de ser mantido o preceito regimental.

(A sessão torna-se secreta às 18 horas e 35 minutos e volta a ser pública às 18 horas e 50 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Amanhã, dia 7, não haverá sessão no Senado, tendo em vista convocação anteriormente feita pela Presidência, de sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se nesta data, às 15 horas, destinada a comemorar o transcurso do nascimento do Presidente Arthur da Silva Bernardes.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a ordinária do dia 8 do corrente, sexta-feira, a seguinte.

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do requerimento nº 306, de 1975, do senhor Senador Henrique de La Rocque, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 77, de 1975, de sua autoria, que altera a Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, e dá outras providências.

— 2 —

Votação, em turno único, do requerimento nº 307, de 1975, do senhor Senador Petrônio Portella, solicitando a transcrição, nos anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, em 1º de agosto de 1975.

— 3 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 1975 (nº 6-B/75, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que autoriza a doação, à Universidade de São Paulo, do domínio útil dos Terrenos de Marinha que menciona, situados no município de Ubatuba, tendo

Pareceres Favoráveis, sob nºs 258 e 259, de 1975, das Comissões:

— De Educação e Cultura; e

— De Finanças.

— 4 —

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do artigo 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1975, de autoria do senhor Senador Paulo Guerra, que autoriza a incorporação do Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A (BNCC) ao Banco do Brasil S/A, e dá outras providências, tendo

Parecer, sob nº 189, de 1975, da Comissão:

— De Constituição e Justiça, pela injuridicidade, com voto vencido, em separado, do senhor Senador Leite Chaves.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se às 18 horas e 55 minutos.)

ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA VISÃO E NO JORNAL DO COMÉRCIO, DO ÚLTIMO MÊS DE JUNHO, INTITULADOS, RESPECTIVAMENTE, "CADEIA DE EQUIVOCOS" E "COLÔMBIA PERDE US\$ 100 MILHÕES EM PETRÓLEO" E "AUMENTO DA OPEP NÃO CHEGA A 30%", QUE SE PUBLICAM NOS TERMOS DO REQUERIMENTO Nº 288/75, DE AUTORIA DO SR. SENADOR DOMÍCIO GONDIN, APROVADO NA SESSÃO ORDINÁRIA DE 6 DE AGOSTO DE 1975:

Cadeia de equívocos

(HENRY MAKSOUD)

O fenômeno da estatização que assola o país não é uma novidade. Recrudescer nos últimos anos, mas de longa data é registrado na história econômica brasileira. Embora a Constituição estabeleça o primado da iniciativa privada, a ação estatizante no país se desenvolve quase inconscientemente. Nossa sociedade parece não ter ainda adquirido uma noção perfeita do significado da democracia nem uma compreensão bem definida do regime econômico que se baseia na iniciativa privada. Essa timidez do espírito democrático e privatista do povo brasileiro é, na verdade, a grande abertura por onde se esgueiram ou se avolumam as ondas menores ou maiores do estatismo.

Essas ondas são formadas pelo movimento dos que se dizem objetivos, pragmáticos e que justificam a ação do Estado com a suposta falta de iniciativa de empreendedores privados. Se a empresa privada não se faz presente, o Estado deve tomar a frente. A esses vêm somar-se os nacionalistas xenófobos. Para eles, ainda que democratas e privatistas, melhor é a estatização da economia do que o seu domínio pelo capital estrangeiro. Este, por seu turno, não se preocupa com o processo estatizante, enquanto não é atingido diretamente, e até tira proveito da estatização, pois muitos homens responsáveis geralmente desprezam a idéia de estimular, para novos

projetos, o surgimento de empreendedores brasileiros ou apoiar a empresa nacional que se desenvolve, preferindo o caminho simplista de lançar mão de organizações alienígenas. As manifestações de empresários brasileiros, do setor da indústria de bens de capital, nesta edição, sugerem a existência dessa outra modalidade de ação predatória contra a iniciativa privada.

E, nos momentos em que as empresas privadas nacionais atravessam crises, o empresário estrangeiro imediatamente se apresenta para absorvê-las, oferecendo capital ou facilidades tecnológicas. Exemplo típico é o da indústria automobilística, em torno da qual floresceu inicialmente todo um parque fabril nacional de autopeças, posteriormente absorvido numa ocasião de crise. Extinguiu-se um rico veio do capitalismo nacional que poderia vir a constituir um dos esteios do privatismo no país e, mesmo, da longevidade privada da indústria-núcleo estrangeira. Desnacionalizando, o capital estrangeiro aguçava ainda mais aquilo que, na aparência, é nacionalismo sadio, mas que na essência é estatismo.

A onda a favor das empresas do Estado é engrossada, assim, pelo próprio desempenho da empresa estrangeira, que não está preocupada com a doutrina econômica dominante no país, mas apenas com os proventos que possa tirar de um mercado que julga crescente e que procura tornar cativo através de proteções aduaneiras e outros favores governamentais.

Estatização e desnacionalização, caminhando juntas, vão alijando a empresa nacional do mercado, desestimulando o empreendedor nacional, que se retrai, vendo riscos acima dos que pode correr e sentindo o clima que não lhe é propício. Poderá chegar o dia, então, do confronto final entre as empresas estatais e as transnacionais ou multinacionais. Quando esse confronto ficar bem caracterizado, é óbvio que a empresa estatal predominará, inclusive devido a razões nacionalistas fáceis de entender. A desnacionalização acabará em total estatização.

A onda estatizante é avolumada, ainda, por outros que também agem equivocadamente. São parcelas expressivas das chamadas esquerdas que contestam os regimes fortes, propugnam por liberdade de expressão, condenam a censura, defendem a democratização ou socialização dos benefícios, clamam pela melhor distribuição de renda e, simultaneamente, defendem a estatização total da economia, uma posição de economia fechada que sempre vem acompanhada de uma situação política fechada, totalitária. Essas mesmas forças também se equivocam quando, ao tomar a defesa do nacionalismo, confundem empresa estatal com empresa privada.

Para os que não se equivocam, pois militam ideologicamente, seu objetivo maior é realmente, através do estatismo, a implantação de um regime político exótico que nem a sociedade brasileira nem seus governantes estão buscando. E uma minoria, utilizando o diversionismo, oferece o flanco da subversão para ser combatido, desviando a atenção do plano econômico, que vai sendo paulatinamente conquistado dentro de uma estratégia global.

Equívoco maior comete outra expressiva parcela da sociedade brasileira que, condenando a pobreza e a injustiça, termina por engrossar as fileiras dos que lutam contra a empresa privada, buscando um regime socialista utópico que acaba sendo um passo para uma situação política incompatível com suas aspirações, princípios e idéias.

Neste emaranhado de equívocos, produzido ao longo dos anos, vive hoje o Brasil. Essa cadeia de equívocos precisa ser desfeita para que não tenhamos a iniciativa privada nacional atacada pelas forças de esquerda, pelo capital estrangeiro e pelo próprio Estado.

Colômbia perde US\$ 100 Milhões em Petróleo

BOGOTÁ (AFP — JC) — Uma grave crise energética é prevista na Colômbia com uma possível guerra da Empresa Nacional de Petróleo (Ecopetrol) e uma estagnação na produção de hidrocarbonetos, é a opinião do especialista e economista, em Bogotá. O ex-ministro das Minas, Gerardo Silva Valderrama, disse à **France Presse** que a Ecopetrol perderá em 1975 mais de três bilhões de pesos

(cem milhões de dólares), como consequência das importações para atender o consumo interno.

No ano passado, a empresa estatal, obteve, ao contrário, lucros de dois bilhões de pesos, (cerca de setenta milhões de dólares). Segundo o Centro de Informação da Indústria Petrolífera, a Colômbia exportou, no ano passado, 480 mil, 208 barris de petróleo, o que constituiu uma diminuição importante frente às cifras de exportação nos anos anteriores (25 milhões de barris em 1971).

Enquanto isso diminuiu a produção de petróleo na Colômbia, de forma simultânea a exploração se reduziu ao mínimo por falta de estímulos às companhias investidoras estrangeiras e, por uma crescente campanha nacionalista segundo Silva Valderrama. Nos anos 61, 62 e 63, respectivamente, foram perfurados entre 50 e 60 poços por ano e em 1975 as companhias somente trabalharam em cinco poços. Segundo as empresas investidoras, é necessário intensificar a atividade de perfuração a cem poços por ano para conseguir uma produção rentável que justifique o investimento.

Além disso, a produção diminuiu a um ritmo acelerado e os consumos de combustíveis aumentam em 7 por cento anual. A produção, que em dezembro do ano passado alcançou a cifra dos 160 mil barris diários, diminuiu a uma taxa de 75 por cento, até chegar em 1985 a 59 mil barris e os consumos calculados para esse serão então da ordem dos 265 mil barris diários.

Combustível mais caro

Segundo o ex-presidente Carlos Lleras Restrepo, a Colômbia terá que elevar o preço dos combustíveis, como única medida para frear os altos consumos internos. Atualmente, a Colômbia cobra por barril de petróleo um dólar e sessenta e cinco centavos, sendo o mais barato do mundo. Lleras afirma que o governo do presidente Alfonso Lopez Michelsen terá que buscar novas medidas que equilibrem os investimentos da Ecopetrol e se supere, assim seja com a participação de todos os colombianos, sua possível quebra.

O ex-mandatário visitou no fim da semana, Barranca Bermeja, principal centro petrolífero colombiano, situado a 500 quilômetros ao norte de Bogotá. No centro petrolífero várias companhias estrangeiras abandonaram os locais, antes produtivos, e, a refinação de petróleo diminuiu sensivelmente. A situação pode ser medida pela dispensa constante de trabalhadores nas minas e o aumento do desemprego no porto sobre o Rio Magdalena.

O ex-presidente Carlos Lleras acusou a Texas Petroleum Company de abandonar os investimentos na Colômbia, especialmente no campo de Orito, o maior produtor de petróleo cru ao sul do país na fronteira com o Equador, para dedicá-la a este último país onde fizeram grandes descobertas. A mudança de posição da Texas ocorreu em poucos meses durante seu governo (1966-1970) depois de anunciar à companhia que ampliaria a capacidade do oleoduto para a produção em aumento constante dos petróleos de Orito.

A falta de investimentos obrigou, pouco depois, o governo a diminuir a produção para evitar que caísse a pressão e se perdesse o petróleo.

O governo anunciou no domingo que está adiantado nos estudos para reajustar os preços dos combustíveis a níveis que os tornem mais rentáveis. As companhias solicitam aumentos a 11 dólares por barril de petróleo, no mínimo. A indústria petrolífera colombiana estaria em situação favorável se, desde o início da década dos anos sessenta, tivesse prestado atenção às vozes de alerta que se lançaram para intensificar o trabalho exploratório e aumentar suas reservas.

Ajuda do BIRD

A reunião do Grupo de Consulta do Banco Mundial que se iniciou ontem em Paris, onde a Colômbia solicitará pela primeira vez, num tribunal mundial, elevado financiamento para seu desenvolvimento sócio-econômico, foi destacada nas esferas econômicas em Bogotá. A respeito da apresentação de "um esforço próprio, são e disciplinado", o ministro da Fazenda, Rodrigo Botero, pedirá a

esse organismo do Banco Mundial, um empréstimo no valor de dois bilhões e 200 milhões de dólares, dentro do programa de dívida externa colombiana para 1975-1977.

A luta contra a inflação e a expansão do comércio exterior, no marco de um sano nacionalismo são as principais metas pretendidas por essa dívida, considerada imprescindível pelo chefe de Estado, Alfonso Lopez Michelsen.

O ministro Botero, ao submeter à consideração do Grupo de Consulta o financiamento externo do país (190 projetos), dará ênfase aos seguintes objetivos do governo Lopez: estabilidade, crescimento, pleno emprego, distribuição da renda e autonomia nacional. Quanto à estabilidade, o Executivo adotou recentemente uma reforma tributária para corrigir as irregularidades que originaram a inflação. Essa reforma, é orientada na procura de maior justiça na distribuição dos encargos fiscais e de melhor canalização dos recursos.

O desemprego, outro dos grandes problemas do país, assim como a política de rendas e salários decidida por Lopez figuram também nos projetos que Botero exporá ao Grupo de Consulta.

Aumento da OPEP não chega a 30%

KUWAIT, CARACAS (AFP-JC) — O ministro iraniano do Interior, Jamchit Amuzegar, declarou estar seguro de que a OPEP aumentaria, em setembro próximo, os preços do petróleo. Em declarações publicadas ontem pelo jornal do Kuwait *Al Siassa*. Amuzegar expressou também a esperança de que a Arábia Saudita se convenceria do fundamento desse aumento. O ministro salientou todavia, que a alta não alcançaria 30 por cento — porcentagem da redução das rendas petrolíferas decorrentes da baixa do dólar desde setembro de 1974 — posto que a economia mundial não poderia suportar um aumento súbito de tal envergadura.

"No caso de que os preços do petróleo continuem estabilizados o poder aquisitivo real do preço de um barril não ultrapassaria cinco dólares, o que seria inaceitável para todos nós", frisou o ministro iraniano.

Por outro lado, o jornal atribuiu a Amuzegar a afirmação de que o Irã se pronunciaria, na Conferência da OPEP de setembro, contra a adoção dos Direitos Especiais de Saque (DES) e que proporia uma fórmula que levasse em conta a taxa de inflação a baixa do poder aquisitivo das rendas petrolíferas e as consequências positivas e negativas da flutuação do dólar. Mas, posteriormente, do Teerã, o Ministro desmentiu que tivesse formulado tal propósito.

O Irã apóia totalmente a decisão da OPEP de substituir o dólar pelo DES como moeda de referência nos contratos petrolíferos, assegurou Amuzegar. Lembrou a respeito que a decisão de mudar a unidade de referência do dólar pelo DES foi tomada já pela OPEP na Conferência realizada em Gabão no início deste mês e, que somente faltava decidir a data da entrada em vigor da medida.

Venezuela: Duplo Sistema

O ministro das Minas e Hidrocarbonetos da Venezuela, Valentin Hernandez, disse que "a Venezuela continua mantendo reservas com respeito à criação de um duplo sistema de preços para o petróleo". Hernandez formulou este comentário ao referir-se a um telegrama procedente de Beirute, o qual assinala que a "Argélia está auspiciando a criação de um sistema que eximiria os países em desenvolvimento de ter de pagar os novos aumentos nos preços do cru".

Tanto a Argélia como a Venezuela são membros da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Esta alternativa, salientou o ministro venezuelano, presta-se a irregularidades, porque os que comprem a preços baixos podem se converter depois em negociadores de petróleo e vendê-los aos preços de referência.

"Esta situação cria um mercado de competição", sublinhou. Hernandez mostrou-se partidário de que o "Estado financie os crus, fazendo negociações de governo para governo". Sobre a suposta proposta argelina, disse que "estranha" as informações e, nesse sentido, sublinhou que "as notícias internacionais sobre petróleo, nos últimos

dias, foram muito delicadas e existe acentuado interesse em manipulá-las”.

Palme-Perez

O Primeiro-Ministro da Suécia, Olof Palme, chegará, hoje, a Caracas, procedente do México, para uma visita oficial de quatro dias à Venezuela, durante a qual serão discutidos projetos de investimento entre os dois países. Durante sua permanência, o “premier” sueco se entrevistará com o presidente Carlos Andres Perez, com o chanceler Ramon Escobar Salom e outros ministros do gabinete venezuelano.

Outrossim, viajará a Porto Ordaz, a 700 quilômetros de Caracas, onde percorrerá a siderurgia do Orinoco, visitará a sede do Partido Governamental Ação Democrática, na capital assinará uma entrevista à imprensa. Nos meios oficiais transpirou que as conversações entre Palme e o Presidente Perez se concentrariam no petróleo.

A Suécia importou em 1974 petróleo venezuelano no valor de 50 milhões de dólares, enquanto vendeu a este país equipamentos mecânicos num total de 16 milhões de dólares. O Primeiro-Ministro sueco, acompanhado de sua esposa e uma comitiva oficial de doze pessoas, irá a Havana sábado próximo, às 8,20 (12h20 GMT), onde concluirá seu período latino-americano.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MARCOS FREIRE NA SESSÃO DE 4-8-75 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Recife nasceu entre águas. À beira dos rios e do mar. Simples colônia de pescadores, cresceu e se firmou sobre ilhas — a do Recife, a de Santo Antônio, a da Boa Vista. Banhado pelo Atlântico, recortado pelo Capibaribe e Beberibe, cruzado por canais, infestado de mangues, a água faz parte substancial do seu todo, a exemplo do que ocorre com o próprio corpo humano.

Dai o nosso amor pelas chuvas, pelo mar, pelo porto, pelos rios, pelas pontes. Eles nos contam histórias sem fim, histórias de alegrias e de tristezas.

Menino nascido nas Graças, todo inverno corríamos à Torre e Madalena para ver as águas gigantes das cheias passarem.

Do alto da ponte ou à margem da torrente, presenciávamos, todo ano, aquele espetáculo cantado pelo poeta Manuel Bandeira:

“Cheias! As cheias! Barro, boi morto,
árvores, destroços, redemoinhos,
E nos pregões das pontes do trem de
ferro, os calados destemidos
em jangadas de bananeiras.”

As águas, prenhes de baronesas, vinham se avolumando, entravam no quintal da casa do Comber, inundavam alguns casebres ribeirinhos e iam embora sem maiores desgraças.

Ouvíamos falar da cheia de 24, muitas vezes superior às dos nossos tempos de criança.

Em nossa mente e inconsciências infantis, como desejávamos que ela se repetisse, extravasando para a avenida, alcançando a Rua Amélia, onde morávamos. . . Mal sabíamos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que, mais tarde — homem feito e detentor de um mandato popular — esse se tornaria um dos mais angustiantes problemas da cidade em que nascemos.

Sim, o ano de 65 seria um doloroso marco na história das enchentes dos rios pernambucanos, em face de uma inusitada inundação em dezenas de municípios, incluindo o do Recife. Foi comum afirmar-se, então, que tal fenômeno só ocorria de 100 em 100 anos. . .

Mas. . . eis que chega 66 e, em cores mais trágicas ainda, repete 65. É a destruição de lavouras e criações, de fábricas, de casas, de vidas. São os prejuízos, de toda ordem, à zona canavieira, golpeando de morte milhares de pequenas e médias empresas, levando ao desespero a classe média e sacrificando, mais ainda, a gente pobre e traba-

lhadora. Sessenta por cento da capital ficara submersa pelas águas. Evidenciava-se, assim, o caráter catastrófico de nossas cheias.

Criaram-se, então, comissões especiais. Determinaram-se as causas de tais enchentes: extensas regiões baixas, deficiências do sistema de esgotos pluviais, áreas desordenadamente aterradas, coincidência de chuvas na bacia do Capibaribe, confluindo, para ele, as águas multiplicadas dos seus vários afluentes.

Grupo de trabalho, constituído pela SUDENE, estabeleceu, em curto prazo, metas saneadoras do mal, entre as quais a construção de meia dúzia de barragens e utilização dos reservatórios constituídos para redução da descarga de água no Recife. O custo previsto era de Cr\$ 41.300.000,00 (quarenta e um milhões e trezentos mil cruzeiros).

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o tempo passou. O dinheiro não veio. Houve corte no orçamento da SUDENE. As barragens não foram construídas. E, em julho e agosto de 70, novas grandes cheias se repetem. Mais de dez mil mocos destruídos. Quilômetros de muros derrubados. Prédios de alvenaria atingidos, comércio, indústria e agricultura, prejudicados. Hospitais e mercados paralisados. Canais, estradas, ruas, praças, pontes, destroçados. Milhares de pessoas desabrigadas. Centenas entre mortos e feridos.

O “Leão do Norte”, molhado e respingando lama, recomeça a rugir, ante mais esse descaso comprovado do Governo em relação aos nossos problemas.

Aqui temos artigo que foi escrito, então, pelo sociólogo Gilberto Freyre:

“A desgraça que acaba de atingir, de modo tão terrível, a desprezada cidade do Recife, Capital do abandonado Estado de Pernambuco e metrópole regional do agora apenas retórico lembrado Nordeste, é uma advertência a todos os responsáveis políticos pelos destinos nacionais do Brasil. Uma dura advertência.

Não é possível que esses responsáveis continuem alheios a esta cidade, a este Estado, a esta região, ou apenas a simular interesse no que essa tão importante porção do todo nacional representa, em termos de vida, de esforços e de valores humanos.”

E mais adiante:

“O nordestino tem direito a que o Governo Federal atenda às suas necessidades humanas imediatas, em vez de sacrificá-lo ao plano, de certo sedutivo, da Transamazônica, plano que tudo indica devesse ter iniciada, a sua execução com a ajuda dos brasileiros menos pobres, não com o sangue, o suor e as lágrimas dos mais pobres.”

E finalmente, ao concluir este artigo:

“Há catástrofes inevitáveis. Sofreu há pouco uma delas o Peru, atraindo a solidariedade de todas as Nações. A desgraça que acaba de atingir o Recife e Pernambuco poderia ter sido evitada, como evitados poderiam ter sido os recentes efeitos de uma seca no Nordeste, já sem razões para ter sido devastadora. Os Governos Federais, pelos tecnocratas seus assessores, vêm falhando na realização de obras reclamadas por futuros próximos, para atender a futuros grandiosos, porém distantes.” (Diário de Pernambuco, 26-7-70.)

Vários Deputados, inclusive do partido governista, também bradaram, como noticia esse mesmo jornal, em 24-7-70, segundo o qual,

“Todos pediram providências, apontaram falhas das autoridades, que não foram preventivas ou não cuidaram em tempo das medidas necessárias para controlar os grandes volumes de água dos rios que despejam no Capibaribe.

Em milhares de casos, as vítimas das cheias de 1966 ainda estavam com dívidas a saldar e eis que o fenômeno se

repete, nas mesmas ou em proporções maiores: de surpresa, sem aviso — e não seria exagero afirmar que a população confiava nas autoridades, desde que as promessas em 1966 deixaram a população como que tranqüila. Mas, o que se viu, se notou e se sentiu foi que nada, na verdade, de concreto foi realizado. Não se deu prioridade à construção de barragens ao longo do Capibaribe nem se tomaram providências para controlar seus afluentes.

A imprensa registrava igualmente:

História que se repete

Mais uma vez a dolorosa história se repete. Depois de uma longa estiagem a abrasar grande parte do Agreste e do Sertão, dizimando lavouras, matando o gado e tangendo os camponeses do meio rural, quando ainda o Governo Federal convergia suas atenções para as frentes de trabalho de emergência destinadas ao emprego de flagelados, eis que a Zona da Mata de Pernambuco e a cidade do Recife voltam a sofrer os efeitos de enchentes catastróficas. Quase três dias de chuvas na capital e no interior fizeram transbordar os principais rios do Estado, inundando povoados e cidades, arrebentando pontes, danificando estradas, causando dezenas de mortes e deixando milhares de pessoas ao desabrigo.

Escada, Ribeirão, Cabo, Gameleira, Palmares, Ipojuca, Vitória, São Lourenço são, entre outras, as cidades do interior mais atingidas. Seus prejuízos materiais são incalculáveis. Foram elas que sofreram maiores perdas de vidas humanas. E o drama social que as águas deixarão, no seu rasto de destruição e de morte, por certo vão perdurar por muitos meses, com as milhares de famílias desabrigadas, de famintos, de enfermos a exigirem assistência e cuidados que as administrações municipais não estão financeiramente capacitadas a prestar.

As aflições do Recife começaram à noite de anteontem, quando se divulgavam as primeiras notícias de enchentes no interior. As populações das zonas mais baixas prepararam-se então para o pior. Receberam os sinistros avisos do transbordamento do Capibaribe e, depois, todas as horas, todos os minutos foram de angustiados preparativos de salvamento, de busca de refúgio, de pedidos de ajuda.

E mais uma vez outra história se repete: a falta dos capitães que não cuidaram. Nas enchentes de 1965 e 66, sobre os escombros de milhares de casas semidestruídas, restaram as esperanças de que o Governo Federal não deixaria sem execução os planos de defesa do Recife contra as inundações. Fizeram-se estudos prolongados. A SUDENE colocou-se à frente da empresa, fortalecendo a confiança da população de que tudo chegaria a bom termo. Houve promessas formais. Iniciaram-se inclusive os serviços de construção das barragens do Tapacurá, uma das obras recomendadas no projeto de controle do nível do Capibaribe. E depois, cada vez mais foi se formando uma cortina de silêncio em torno desses trabalhos, até que ontem novas inundações flagelaram a cidade.

Quatro longos anos se passaram desde as cheias de 66, desde o começo do planejamento dessas barragens, e praticamente ainda está tudo por fazer. Agora se pode constatar que a população está quase tão desprotegida quanto no passado, sujeita aos mesmos perigos, exposta às mesmas dores, prejuízos, sofrimentos. Não fosse a chamada Operação Alívio, comandada pelo Exército, que advertiu oportunamente, que ajudou as populações ribeirinhas, orientou o povo, encarregou-se, enfim, de todo sistema de proteção de emergência, e o Recife estaria a sofrer muito mais os resultados da imprevidência e desacertos daqueles que não souberam prevenir.

E o próprio Governador de então desabafava:

Presenciamos todos e estamos assistindo o Recife novamente quase destruído por uma inundação, em pouco menos de quatro anos. Ainda estão ecoando as palavras do Presidente Médici aqui: "Quanta coisa que deixou de ser feita".

Os estudos foram feitos, a SUDENE cumpriu a sua missão. E a barragem não foi construída. Agora nós vamos pagar o preço de dez barragens, e o Recife foi novamente destruído.

Não adianta analisar o que passou. Adianta, Senhor Ministro Costa Cavalcanti, com a responsabilidade que tem Vossa Excelência, e que eu tenho como Governador de Pernambuco, nesta hora, encontrar os recursos para que daqui a quatro anos esta cena não se repita, porque então nós seremos mais maltratados e não teremos perdão por hoje e sempre.

(Diário de Pernambuco de 22-7-70.)

O Sr. Ruy Santos (Bahia) — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Com toda a honra, concedemos o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Ruy Santos (Bahia) — Estou inteiramente solidário com as palavras de V. Ex^a quanto ao clamor que faz para a construção de barragens que poupem Recife desse flagelo quase que cíclico a que está submetido. Mas, tenho a impressão de que, de 1970 para cá, pelo menos, uma barragem foi construída, porque ouvi no noticiário, inclusive, um alarme quanto a uma dessas barragens a que se referiu V. Ex^a, que ia se arrebentar. Desejo a informação de V. Ex^a, se de 1970 para cá foi construída alguma barragem.

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Agradecemos sensibilizados a solidariedade que nos traz o ilustre Senador Ruy Santos, da Bahia, que também tem sido, vez por outra, vítima das águas. No decorrer do nosso pronunciamento, teremos a oportunidade de esclarecer o ponto solicitado pelo ilustre representante da Bahia.

O Sr. Ruy Santos (Bahia) — Quando V. Ex^a começou o seu discurso, eu que sou filho das margens do São Francisco e conheço o drama das suas enchentes, lembrei-me de que muitas vezes minha família teve que se mudar porque o rio entrava casa adentro. Eu mesmo, com 15 dias de nascido — e V. Ex^a sabe que naquele tempo o resguardo das mães era de um mês — minha mãe teve que sair comigo porque as águas do São Francisco entravam em casa. De maneira que sou inteiramente solidário com o sofrimento de todas as vítimas das águas. Águas que são benéficas mas que, também, trazem no seu descontrolado prejuízo às populações ribeirinhas.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — O orador me honra com a concessão de um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Agradecemos uma vez mais a renovação de solidariedade do ilustre Senador Ruy Santos, e com honra ouviremos o ilustre Senador Eurico Rezende, do Espírito Santo.

O SR. EURICO REZENDE (Espírito Santo) — O Sr. Senador Ruy Santos perguntou a V. Ex^a se, realmente, de 1970 para cá foi construída alguma barragem e V. Ex^a "deixa as águas rolarem" e não responde à pergunta, o que seria muito interessante para o debate. Se negativa a resposta, realmente houve uma falha do Governo; mas, se afirmativa a resposta, houve atenção governamental. De modo que eu pediria a V. Ex^a que não deixasse a resposta para depois que o "DETRAN da Mesa" anunciasse o fim do tempo de V. Ex^a. Senador, foi feita alguma barragem de 70 para cá? Esses apelos começaram a ter, pelo menos, princípios de atenção, de concretização, de execução?

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Senador Eurico Rezende, se V. Ex^a, o Senador Ruy Santos e talvez a Casa, decorridos apenas dez minutos da minha explanação, ficam ansiosos para saber se a barragem foi construída, que dizer das populações do Recife e dos municípios atingidos por aquelas catástrofes sucessivas que, como acabamos de referir, em 1966 tiveram todas as promessas do Poder Público de emprenderem as obras necessárias para sanear o mal e que, chegando 1970, se viram novamente envolvidas pelas águas sem que nenhuma barragem tivesse sido construída?!

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Em 1966?

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Certo!

Cinco anos se passaram desde que o então Governador Nilo Coelho, pateticamente, na reunião da SUDENE, disse exatamente, da necessidade de se encontrar recursos para que

“... daqui a quatro anos, essa cena não se repita, porque, então, todos nós seremos malsinados e não teremos perdão por hoje e para sempre.”

Com as enchentes de 70, portanto, verdadeiro clamor se levantou. Novos protestos, apelos e exigências foram feitos e — contentamos a V. Ex^a! — veio a ser construída a barragem de Tapacurá, finalmente inaugurada no ano passado.

O SR. EURICO REZENDE (Espírito Santo) — Com que má-vontade e amargura revoltada V. Ex^a confessa que foi construída a barragem! Mas quero dizer que com a construção dessa barragem houve até muito otimismo, tanto que V. Ex^a desfila para a memória da Casa, artigos de jornal e discursos parlamentares pedindo providências, reclamando medidas e V. Ex^a nunca se manifestou pessimista, porque se tivesse V. Ex^a feito algum discurso na Câmara congênera abordando o assunto, este faria parte do seu atual pronunciamento.

O Sr. Ruy Santos (Bahia) — V. Ex^a me permite? (Assentimento do orador.) Porque o plano não pedia a construção de uma barragem só...

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Exato, Excelência! Daí porque S. Ex^a o representante do Espírito Santo disse que, talvez, tivéssemos má-vontade e amargura em revelar aqui a construção de Tapacurá. Boa-vontade, alegria e felicidade nós teríamos, imenso, em poder dizer a S. Ex^a, que não apenas Tapacurá foi feita, mas sim o sistema de barragens múltiplas e de várias obras que haviam sido indicadas pela SUDENE e que, na realidade, não foram efetivadas. Mas, ainda...

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Permita-nos, pelo menos, responder ao seu aparte anterior. No que se refere a nenhuma citação de pronunciamento nosso, até o momento, não poderíamos tê-lo feito, realmente, porque falávamos de fatos ocorridos até o ano de 1970 e o nosso primeiro mandato legislativo nós o conseguimos a partir do ano de 1971. Mais adiante, entretanto, V. Ex^a verá que teremos oportunidade de referir que inúmeras vezes este assunto foi devidamente tratado.

Mas, Sr. Presidente, não apenas um erro...

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Permita-me prosseguir, Ex^a!

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Serei rápido; apenas para dizer o seguinte: é obviamente lamentável a tragédia que desabou sobre o Grande Recife e outras regiões de Pernambuco. V. Ex^a mesmo disse que só a SUDENE fez uma avaliação em torno de 41 milhões de cruzeiros.

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Para ser mais preciso, se V. Ex^a quiser, 41 milhões e 300 mil cruzeiros, custo previsto à época.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Houve, parece, um descompasso na estimativa de outros órgãos do Governo...

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Não, declaramos isso.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Mas, o fato é que foi feita uma barragem. A atenção governamental voltou-se para a região. V. Ex^a há de convir que o País não tem um orçamento de dólares, nós somos um País em desenvolvimento, com regiões subdesenvolvidas. Mas, a atenção do Governo ficou caracterizada com a implantação de uma barragem.

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Excelência, não procuremos confundir as coisas. Na análise e retrospectivo histórico feitos, encontrávamos-nos ainda no ano de 1970, quando se deram todas as críticas aqui transcritas, tempo em que nenhuma barragem havia sido feita, embora os estudos tivessem sido apresentados pela agência desenvolvimentista do Nordeste, desde 1967.

Realmente, os anos se passaram e nesse ínterim, Tapacurá foi construída. E, no entanto, a catástrofe repetiu-se, nesses últimos dias. Pior que a de 70. Que a de 66 e 65. Pior que todas. O mesmo cortejo de miséria e dor elevado ao quadrado.

Falhou-se, antes de mais nada, em ter-se construído apenas Tapacurá. Mas houve um erro maior. E o mal maior parece ter sido o de iludir-se o povo, convencendo-o de que esse empreendimento isolado, sozinho, era a solução para prevenir novas enchentes, como se, na verdade, ele não fosse, tão-somente, o elo de um sistema de barragens e de uma série de obras outras que, como já assinalamos aqui, ficaram a meio caminho.

Era preciso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, falar claro, nem que fosse para dizer isso, como S. Ex^a, agora, o fez, improvisando argumento de defesa, apanhado no ar. Esclarecer, pois, se fosse o caso de não ter havido recursos para tudo e que, por tal motivo, apenas Tapacurá teria sido feito. Mas, isso nunca foi dito. Nem essa terá sido a razão verdadeira. O fato é que o Governo enganou o povo. Ludibriou-o. Mistificou.

O Sr. Ruy Santos (Bahia) — Ai é que V. Ex^a não tem razão.

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Vamos ver, Excelência.

Temos aqui em mãos, Sr. Presidente...

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — V. Ex^a, agora, transformo o seu discurso em um pronunciamento político-eleitoral! V. Ex^a, dizendo que o Governo enganou o povo, pratica um delito de linguagem. Excede-se, porque este Governo não é de mistificação; este Governo não é de engodo; este Governo é de seriedade absoluta! A posição de V. Ex^a é meramente eleitoreira, para explorar a tragédia que se abateu sobre Pernambuco, a fim de auferir dividendos políticos.

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — O Senador Eurico Rezende, sem pedir aparte, forçou uma oportunidade para, uma vez mais, defender este Governo. Inútil, contudo, pois não é ele que está em jogo, no momento, porque ainda estamos nos referindo a uma época anterior à atual administração.

Mas, respondíamos ao Senador Ruy Santos quando ele discordou da nossa afirmativa, e vimos responder com documento na mão, com uma publicação da imprensa oficial do Estado, das oficinas gráficas da “Companhia Editora de Pernambuco”, que traz uma conferência do então Governador do Estado, sob o título “Pernambuco está mudando”. Trata-se de palestra proferida perante a Escola Superior de Guerra, no Recife, em 29 de agosto de 1972, em que S. Ex^a o Chefe do Executivo pernambucano diz, com todas as letras:

"Tapacurá está na etapa final de construção. Quando vier 1974, estaremos **totalmente** livres das enchentes."

E o povo acreditou no seu Governador!...

Como vê, Sr. Presidente, não poderia haver afirmativa mais categórica, mais autorizada do que esta, feita sem condicionamentos de qualquer espécie e constante, como afirmamos, de publicação oficial.

Por isso mesmo não entendemos como possa agora S. Ex^a asseverar que

"em se falando de Tapacurá, nunca se afirmou que essa barragem resolveria o problema das enchentes no Recife."
(*Diário de Pernambuco*, 23 de julho de 1975).

O Sr. Roberto Saturnino (Rio de Janeiro) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Com toda a satisfação.

O Sr. Roberto Saturnino (Rio de Janeiro) — Nobre Senador, acho que V. Ex^a tem inteira razão ao focalizar este ponto como o ponto fundamental a ser discutido. Realmente, a situação é aquela em que o Governo tinha o monopólio da informação, quando todos os jornais, todas as estações de rádio e televisão propagavam apenas as informações e os pontos de vista do Governo; quando não havia a palavra de contestação da Oposição; quando esta não se manifestava através dessa ação oposicionista divulgada, porque a ação oposicionista morria nas Casas do Congresso. Não se divulgando esta ação oposicionista, não se geravam as correntes de demanda que fossem capazes de levar o Governo a tomar as providências necessárias, porque o Governo tinha o monopólio da informação. Tudo o que o Governo fazia era tido como absolutamente certo e capaz de resolver, cabal e integralmente, todos os problemas. E foi o que sucedeu em Recife. O Governo iludiu o povo, como muito bem V. Ex^a acaba de dizer; iludiu, sustentando e afirmando, com o monopólio da informação e da divulgação, que apenas aquela barragem resolveria inteiramente o problema das enchentes do Recife. E este é o ponto fundamental. Só através da livre circulação de idéias é que se geram as demandas, é que se geram as pressões políticas para que se resolvam os problemas que são realmente de interesse da maioria da população. Sem livre jogo, sem esse livre debate, incorre-se em erros desta gravidade, capazes de produzir tragédias desta dimensão.

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Agradecemos o aparte do ilustre Líder do MDB, podendo-se assinalar, como consequência, que não foram poucos os que também incorreram em erros de apreciação. Assim, o convencimento em contrário da realidade foi tão grande que o escritor Gilberto Freyre, acre crítico da catástrofe de 70, não titubeou em colaborar para documento publicitário do Governo, sob o título **O Rio Domado**, afirmando:

"Águas não faltam à cidade anfíbia que é o Recife. Veneza ao seu modo. Uma veneza tropical. O que lhe vinha faltando era o disciplinamento dessas águas. Problema agora resolvido. Resolvido parcialmente, é verdade — acrescente-se que num percentual tranquilizador — com as obras de Tapacurá, que marca um dos melhores triunfos da engenharia brasileira especializada no assunto. Um triunfo para essa engenharia e um triunfo para a população do Recife."

Era a inauguração, no ano passado, da grande obra que permitiria "o controle das cheias do Capibaribe", segundo nos afirmava outra publicação, o PRAC — Programa de Ação Integrada — 1972/75. Publicação de caráter oficial. Isto faria com que o Governador, ao final de seu mandato, em seu relatório final intitulado **Assim servi a Pernambuco**, considerasse, de novo, contidas as enchentes que assolavam periodicamente a Capital, dizendo, inclusi-

ve, que para a solução do problema das cheias os planos se acumulavam, mas faltava, até, então e até ele, a decisão política de executá-los. Ainda a esse propósito...

O Sr. Ruy Santos (Bahia) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — ... o folheto impresso em policromia e fartamente distribuído pela Assistência de Comunicação da Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA), o ano passado, alardeava:

"Inundação agora, só se os recifenses deixarem abertas as torneiras de suas casas."

Quanta ironia, Sr. Presidente e Srs. Senadores!...

O Sr. Ruy Santos (Bahia) — Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Com toda satisfação, Senador Ruy Santos.

O Sr. Ruy Santos (Bahia) — Não sou pernambucano,...

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Lamentavelmente para nós.

O Sr. Ruy Santos (Bahia) — ... mas sou um grande admirador de sua gente e da terra de Pernambuco. O Governador não poderia dizer o que disse porque o próprio plano elaborado pelos técnicos exigia a construção de várias barragens.

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Exato, Excelência! É isto que estamos procurando assinalar aqui, para mostrar que Governo se faz com responsabilidade. Mesmo quando não se pode atender aos reclamos coletivos, tem-se que falar claramente, tem-se que dizer das dificuldades de toda ordem que o Executivo possa estar enfrentando. O que não se pode, realmente, é ilaquear a opinião pública.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Com toda satisfação, Excelência.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Quero pedir desculpas a V. Ex^a por não ter solicitado o aparte anteriormente.

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Sempre os acatamos, mesmo sem solicitação.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Isso acontece no afogadilho dos debates.

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Pois não, Excelência.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Mas, agora, eu entro em convalescença regimental para dizer que a parte da conferência feita para os diplomados da Escola Superior de Guerra, pelo Sr. Governador da época, não confere com os qualificativos adotados por V. Ex^a. O Sr. Governador, diante da grande obra inaugurada, teve uma expressão de otimismo, de euforia, mas não teve, jamais, o propósito de enganar o povo, de mistificar o povo, de realizar a política do engodo. E o povo teve, também, o depoimento de uma outra figura eminente de Pernambuco, o escritor Gilberto Freyre, a dizer no jornal, cujo recorte V. Ex^a leu, que a inauguração daquela obra não resolvia, definitivamente, o problema. Daí porque o povo não foi enganado. O povo sentiu, no Governador da época, a euforia, a impressão, a certeza dele, Governador, de que o problema estava resolvido. Então, a divergência entre mim e V. Ex^a é como a que se

verificou no relacionamento, na interlocução oratória entre os Srs. Senadores Petrônio Portella e Roberto Saturnino, de ordem semântica. É que V. Ex^a transforma o otimismo do Governador na mistificação. Ora, em termos de verdade, entre uma fronteira e outra há um desnível absoluto.

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Excelência, uma vez mais queremos agradecer a interferência do ilustre Líder da ARENA que serviu para comprovar que S. Ex^a procura usar de todos os argumentos para defender o indefensável, inclusive quando atribui o exagero da afirmativa do Sr. Governador de então a euforia diante da obra inaugurada. Acontece, Ex^a que ela só o viria a ser no ano de 1974, e a afirmativa transcrita data de 29 de agosto de 1972...

Quanto ao engodo generalizado, inclusive ao ilustre escritor citado, vejamos como ele reage, agora, à atitude que o levou, no ano passado, a escrever aquele artigo.

Damos a palavra a S. Ex^a para ver como o sociólogo Gilberto Freyre não aceita, tão mansamente como faz V. Ex^a, o engano que pegou a quase todos nós. Ele indaga, antes de mais nada, se o Recife — e também Pernambuco — não tem sido, nos anos recentes, vítima inerme de homens de governo despreparados para defendê-la e resguardá-la. E, prossegue:

— Agora mesmo é o que se vê; a desgraçada Capital de Pernambuco é metrópole do Nordeste sob uma praga do Velho Testamento que a castigasse por pecados que não são seus, mas daqueles ineptos homens públicos.

Pergunta-se por Tapacurá e ninguém dá à pergunta uma resposta exata. O Recife foi apanhado de surpresa pela maior cheia que já afligiu uma cidade brasileira, das grandes. Cidade confiante em Tapacurá. Tranquilamente confiante em Tapacurá. Com Tapacurá, o Capiharibe seria contido nas suas piores fúrias. Elas não passariam dos fundos de quintais.

— Pois não era o que asseguravam vozes oficiais? — Não era o que sustentavam técnicos também oficiais? Não levava a engenharia oficial quatro anos a levantar essa sua anunciada obra-prima? Não recebera o Governo do Estado, responsável por Tapacurá, auxílio federal para obra tão necessária, tão essencial, tão urgente?

— Como se explica que, depois de tanto reclame de Tapacurá e de tanto bom dinheiro gasto em suas obras, o Recife viesse a sofrer a enormemente, cruelmente, estupidamente maior cheia de toda a sua história da cidade por vezes mártir?

Inépcia governamental — não do Governo atual, mas do seu predecessor? Incompetência de engenheiros? Desonestidade de fornecedores de material ou desonestidade no uso perverso desse material? O Recife, ainda ferido, ainda a sangrar, ainda a gemer sob os efeitos de tão brutal calamidade, como esta cheia sinistra do ano de 1975, está no direito de ser esclarecido ou informado sobre o assunto. Os responsáveis por Tapacurá estão na obrigação de falar, de explicar, de esclarecer, de informar, de pedir perdão aos recifenses mistificados ou iludidos por vozes oficiais, de pedir perdão a Deus pelo terrível pecado contra a vaidade, contra os pertences, contra a saúde de tantos dos seus irmãos, sobretudo dos mais pobres e mais confiantes".

Dispensamo-nos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, de descrever em detalhes a nova tragédia. Basta dizer que ela tem cores dantescas. Falamos assim porque a vimos de perto, percorrendo bairros do Recife e cidades de Pernambuco. Enfrentamos correntezas e nos embrenhamos na lama fétida. Assistimos ao drama de milhares de famílias, inteiramente ao desabrigo. Vimos casas cobertas pelas águas. Prédios e móveis inteiramente destruídos. Fábricas, lojas e campos arrasados. Os prejuízos são enormes, vão a bilhões. Foi a maior catástrofe que atingiu o Recife, em toda a sua existência.

Já enterramos os nossos mortos, mas precisamos cuidar dos nossos vivos.

Há, ainda, abrigos improvisados, cheios de homens, mulheres e crianças sem saberem para onde voltar. Mas, o que mais dói mesmo, nisso tudo, é o desengano do povo; fizeram-no acreditar, como já esclarecemos, que não haveria mais cheias. E a cheia veio; e foi pior que qualquer outra.

Hoje, não se acredita mais em nenhuma Tapacurá. A manipulação da propaganda oficial ou oficiosa, a última campanha eleitoral, a bajulação aos poderosos do dia, superdimensionaram os seus aspectos positivos — que os há — atribuindo-lhes poderes que não podiam ter. Daí a frustração de agora e o próprio descrédito do Poder Público.

Que pode fazer o povo, diante de uma cidade destruída? É o *Jornal do Commercio* do último dia 22 que testemunha:

"A cidade parece ter sido vítima duma guerra, com todos os horrores: destruição, fome, abandono. As doenças virão depois."

E, mais adiante:

"O Recife saiu duma guerra: a guerra das águas. Essa calamidade nunca mais será esquecida. Vivemos o auge do sofrimento. Nunca tivemos tão pungente desafio."

E o jornalista Marco Aurélio de Alcântara, por sua vez, mostra que

"De nada serviram as lições das cheias de 66 e 70: repetiram-se os mesmos erros, este ano."

E pergunta:

"Por que não se tomou, a nível do Governo Federal, uma solução final, definitiva, para o problema, há dez anos? Ou Recife terá que ser riscada, mesmo, do mapa? Ou os portugueses tinham razão: a cidade é mesmo Olinda (os altos)? Mudar a Capital?"

Ainda no último dia 29, cientistas, professores e pesquisadores pernambucanos — sem posição "eleitoreira" ou qualquer intuito de tirar partido político ou proveitos eleitorais, Sr. Senador Eurico Rezende — entre os quais os Professores Clóvis Cavalcanti; João Vasconcelos Sobrinho; Waldemar Valente; José Antônio Gonçalves de Melo e Roberto Martins, bem como os escritores Renato Carneiro Campos e Gilberto Freyre, divulgaram um memorial sobre os problemas de Pernambuco face à última enchente, intitulado "Uma Ponderação sobre a Cheia". E dizem:

"Muito embora hidrólogos e engenheiros hidráulicos, concededores das minúcias do controle e do uso dos recursos hídricos através de grandes reservatórios, pudessem estar cientes das modestas dimensões de Tapacurá como barragem e como instrumento para contenção das cheias do Recife, o fato é que as demais camadas da população — dos mais instruídos aos menos letrados de seus membros — estavam crenças na veracidade das afirmações de representantes do Governo estadual do quilate da que assegurava, em 1973, que "inundação agora só se os recifenses deixarem abertas as torneiras de suas casas". Esta crença, se tranquilizava os habitantes do Recife, submetidos antes a uma "psicose de cheia", como seqüela dos dramas vividos, sobretudo em 1966 e 1970, tornava-os também excessiva e candidamente confiantes na impossibilidade de uma nova catástrofe hidráulica castigar impiedosamente a cidade.

Tapacurá, talvez a mais importante obra pública realizada no Estado nos últimos quatro anos, com efeito, estava destinada — segundo publicação da Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA) — a eliminar definitivamente o perigo das cheias, além de vir fornecer água abundante ao Recife até o ano 2000".

O Governo Eraldo Gueiros Leite, em Assim Servi a Pernambuco (Recife, março 1975), ratificava a posição oficial, garantindo à página 23 que deixava "resolvidos dois problemas importantes que as águas impunham ao Recife: o da contenção das enchentes que assolavam periodicamente a Capital e o da satisfação da demanda do seu sistema de abastecimento". Nada contribuía, pois, para que os recifenses temessem até mesmo deixar abertas as torneiras de suas casas, mesmo porque em muitos casos esse gesto seria absolutamente inútil quanto à finalidade que o deveria mover: fazer cair água. A cheia tinha sido definitivamente arquivada, conforme o atesta a tranquilidade com que se realizavam negócios imobiliários em áreas normalmente inundáveis, sendo comum inclusive ouvir-se aqui e acolá: "Pode morar neste local sem receio. Com Tapacurá não teremos mais grandes cheias".

Não espanta, portanto, — e aqui, mais uma vez, o Senador Eurico Rezende encontra resposta a algumas de suas indagações — que pronunciamentos de pessoas de projeção na comunidade pernambucana, após a inundação de 1975, pareçam até contradizer posições anteriormente assumidas. É que antes se aceitava sem contestação o teor das garantias oferecidas em termos oficiais pelas autoridades do Estado — garantias que inclusive se estendiam, já sob o amparo de afirmações igualmente categóricas referentes à erradicação da miséria da sofrida gente pernambucana, a projetos econômicos grandiosos do Governo estadual.

Parece ocasião, assim, de se pedir que, ao invés de custosa propaganda financiada pelos cofres públicos, seja assumida pelo setor competente atitude mais discreta de implantação de projetos com verdadeiro alcance social, projetos que realizem as metas desejadas pela população. É preciso igualmente que se modere a linguagem da propaganda oficial, feita via de regra por agências que obviamente não sujeitam a linguagem utilizada a um código de ética publicitária, com o qual se pudesse evitar o alardeamento de fantásticas e inexistentes virtudes de projetos de obras públicas, como se neste caso se aplicasse a técnica de promoção de vendas de um refrigerante ou de um dentífrico.

Quando no início de abril deste ano subscrevemos documento pedindo moderação na tentativa de se "vender" a imagem do complexo de Suape, nossa posição foi apodada de um desserviço a Pernambuco, de paroquial, de mesquinha. Naquela ocasião afirmamos que Suape era preocupação eventual de uma posição de princípio, adotada especialmente no que toca ao desenvolvimento econômico e social e à defesa do meio ambiente e do patrimônio histórico e natural de nosso Estado. Dentro dessa posição é que consideramos apropriado manifestar agora, fazendo eco do sentimento de ampla margem da população pernambucana, que a comunidade de profissionais que integramos exige que se dê mais atenção às aspirações da coletividade, aspirações que residem particularmente na esfera de um melhor estar, de uma vida urbana mais aprazível, de uma dissipação dos gritantes desníveis sociais que presenciamos em nosso meio. Não é difícil projetar canais e lagos para a área metropolitana recifense; de modo algum parece inviável a implantação de um inflexível código de ocupação do espaço, que impeça a especulação imobiliária nas áreas de mangues e alagados ou nos antigos quintais dos subúrbios do Recife, por onde o escoamento da água se processava com melhor vazão do que sucede nos quarteirões petrificados de cimento dos edifícios que ora vêm ocupando tais domínios; tampouco é demais insistir em que se podem urbanizar as áreas da cidade em que a infra-estrutura de serviços públicos ou é precária ou inexistente, cabendo propor, enfim, que antes de se partir para empreendimentos faraônicos, é in-

dispensável dotar o Recife de condições aceitáveis de habitabilidade.

Sr. Presidente, se trouxemos estes testemunhos aqui, foi exatamente para comprovar, perante a Casa Legislativa mais alta desta País, que é Pernambuco todo que se levanta, novamente, para pedir as outras barragens que não foram feitas, os trabalhos de retificação e alargamento dos nossos rios, a elevação de suas margens, o assoreamento dos seus leitos, a construção e desobstrução de canais. E não apenas do Capibaribe.

Aí está, por exemplo, o Beberibe, a pedir passagem, também, para as suas enchentes. Impõem-se urgentes desapropriações de imóveis que, malgrado todas as advertências reiteradas vezes feitas, até hoje não foram efetivadas. Estudos vêm sendo feitos, inclusive da lavra do competente Professor Jefferson Teixeira da Costa, mostrando que, em relação ao Beberibe, o estudo de sua regularização apresenta uma facilidade maior do que a solução do problema do Capibaribe.

Nem por isso as obras foram executadas, embora com prejuízo para bairros do próprio Recife, como Encruzilhada, Rosarinho, Ponto de Parada, Arruda, Mangabeira, Água Fria, Fundão, Fundão de Dentro, Cajueiro, Cajueirinho, Porto da Madeira, Beberibe, etc. E, em Olinda, locais como Caixa d'Água, Beberibe, Sapucaia, Aguazinha, Peixinhos, Vila Popular, Salgadinho, Santa Tereza e Varadouro continuam à mercê da violência das águas do Beberibe. Agora, por sinal, com a situação agravada pela construção do Complexo Rodoviário de Salgadinho. É que esse empreendimento transformou-se numa verdadeira barragem, tendo represado, inclusive, as águas do Capibaribe, nesta última enchente, prejudicando, como nunca, alguns daqueles bairros. Já em 1971, advertíamos para a necessidade de se prever e evitar tal coisa, o que, infelizmente, não parece ter sido levado em conta.

Como Deputado federal e no início deste ano, já como Senador da República, alertamos, reiteradas vezes, pela imprensa e da tribuna parlamentar, para o problema das cheias e, em especial, do Beberibe. Finalmente o DER contratou, nesse primeiro semestre, relatório preliminar para saber a influência que teria a PE—6 sobre as enchentes. Esperemos que partamos agora, quando a evidência trágica da última hecatombe não mais deixa margem a qualquer dúvida, para soluções reparadoras do problema. Sejam lagos e construção de duas ou três barragens no seu leito ou no do rio Morno, seu afluente, sejam melhoramentos e alargamento do Beberibe, seja, ainda, o seu desagameento direto no mar, na altura da Ilha do Maruim, obstado o seu percurso pelo istmo em direção ao Recife.

Aliás, o sociólogo Pessoa de Moraes, em entrevista concedida ao *Diário de Pernambuco* (27-7-75), mostra que o "calcanhar de Aquiles" das enchentes na área urbana do Recife reside no estrangulamento do rio nesse perímetro, fruto de um urbanismo pessimamente orientado. Entre outros erros, cita a "nefasta repercussão do aterro da BR—101, que liga Caxangá a Macaxeira, trecho concluído em 1955" — época, exatamente, que abriu o ciclo de cheias catastróficas no Recife. Segundo ele, esse aterro — a exemplo do que denunciemos, no início dessa década, em relação ao Complexo Salgadinho — impede a livre passagem do rio, formando como que um dique, com capacidade para armazenar cerca de 32 milhões de metros cúbicos de água, por ocasião das enchentes. Talvez aí encontremos a razão da intensidade da destruição que sofreram certos locais como a Várzea e Cidade Universitária. Daí a fúria das águas, investindo em certas áreas urbanas do Recife, antes não atingidas.

É que pretenderam enjaular as águas enfurecidas do Capibaribe — que antes escoavam pelo largo estuário que ia de Caxangá a Dois Irmãos, num comprimento de vazão de cerca de 1.500 metros — apenas aos vãos de duas pontes: a do Riacho Camaragibe, com apenas 50 metros, e a do Riacho Capibaribe, com 70 metros de largura. Assim, estrangulado, o rio refluxu para outras bandas, devastando, por exemplo, a Avenida Afonso Olindense.

Há que cuidar, igualmente, dos aterros indiscriminados que vêm sendo feitos numa cidade que, como já previa Maurício de Nassau, deveria, ao contrário, ser cortada de canais.

Mas o problema das enchentes não atinge apenas a Capital e os Municípios inundados pelo Capibaribe ou Beberibe. Há outros rios a exigir iguais atenções, como o Pirapama, o Ipojuca, o Serinhaém, o Una, o Sirigi, e outros, à espera de estudos e equacionamentos de soluções amplas e integradas, para um mais efetivo aproveitamento e disciplinamento de suas águas. E aqui teríamos de estender o pedido de providências a outros rios do Nordeste, todo ele, em especial Alagoas e Sergipe, também vítimas das águas, nesses últimos dias.

É preciso incluí-los, sem exceção, todos, no Programa Especial de Controle de Enchentes e Recuperação de Vales, estabelecido no ano passado, pelo Governo federal.

Soluções técnicas existem. Bastaria lembrar as enchentes do Vale do Tennessee, nos Estados Unidos, tornando a região — das mais sacrificadas do País — numa das mais prósperas, graças a um sistema de obras várias de resultados auspiciosos.

E não há como regatear despesas para enfrentar o problema de nossos rios, em face, mesmo, dos prejuízos e do custo social, inclusive humano, que as enchentes têm representado para a Nação brasileira.

Da catástrofe não escapou, sequer, nosso acervo cultural, atingido no Museu do Estado, no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, no Museu do Açúcar, na Coleção Abelardo Rodrigues, nas Universidades de Pernambuco, em bibliotecas particulares do mais alto valor etc.

Por tudo isso, é o caso de repetir, aqui, o trecho inicial do editorial do *Diário de Pernambuco*, do último dia 22:

“Não se concebe que um país capaz de construir o Maracanã, a ponte Rio—Niterói, o metrô de São Paulo, a Transamazônica, Itaipu e outras obras colossais não tenha recursos materiais e técnicos para proteger uma cidade como o Recife, a quarta do Brasil em população, berço ilustre da História, teatro das mais nobres lições de civismo.”

E que não se fique, somente, no campo das medidas urgentes e assistenciais, em face da hecatombe havida. Ou que, como ocorreu em vezes anteriores, passado o trauma das primeiras horas, não se efetivem as soluções técnicas cabíveis e profundas ou se as efetivem apenas parcial e precariamente.

No que diz respeito àquele primeiro elenco de medidas, as classes empresariais elaboraram, através da Federação e do Centro das Indústrias de Pernambuco, Federação do Comércio Varejista e Atacadista, Associação Comercial de Pernambuco e Federação da Agricultura de Pernambuco, circunstanciando documento em que reivindicam a reparação dos danos e prejuízos ocasionados. Esse memorial, elaborado por uma comissão de alto nível, instituída pela FIEP, sugeria providências concretas, de alto alcance, em favor de toda a coletividade e, em especial, do parque produtivo do Estado, cuja especificação se segue:

1. Impostos Estaduais e Municipais

Prorrogação, por 180 (cento e oitenta) dias dos prazos para pagamentos de impostos estaduais e municipais, com vencimento no período de 16 de julho a 15 de setembro deste, sem juros, multas e correção monetária, para as empresas comprovadamente alcançadas pelos prejuízos das enchentes, pagáveis, ao término do prazo, em três parcelas iguais, de vencimentos mensais e sucessivos, com a contrapartida de assistência financeira, por parte do Governo Federal, ao Estado e Municípios, para ocorrer às necessidades decorrentes da diminuição temporária de receitas.

2. Imposto de Renda

Prorrogação, por 180 (cento e oitenta) dias dos prazos para os pagamentos, sem juros, multas e correção monetária,

das parcelas do Imposto de Renda, devidas por pessoas físicas ou jurídicas e cujos vencimentos estejam compreendidos entre 16 de julho e 15 de outubro do corrente ano, que serão pagas no exercício de 1976, em seis parcelas iguais e sucessivas a partir de junho.

3. IPI

Prorrogação, por 180 (cento e oitenta) dias dos prazos para pagamentos do IPI com vencimentos no período de 16 de julho a 15 de setembro do corrente ano, sem juros, multas e correções monetárias, para as empresas comprovadamente atingidas pelos prejuízos das enchentes, pagáveis, ao término do prazo, em três parcelas iguais e sucessivas.

4. PIS, PASEP e FGTS

Liberação pelo PIS, PASEP e FGTS, dos depósitos existentes a fim de possibilitar aos depositantes beneficiários a reconstrução de imóveis e aquisição de bens duráveis, desde que comprovem ter sido o imóvel atingido pela cheia.

5. Instituto Nacional de Previdência Social

Tolerância de até 180 (cento e oitenta) dias para o desconto e recolhimento das contribuições devidas pelo empregado e empregador ao INPS, relativas aos meses de julho, agosto e setembro, dispensados juros, multas e correção monetária. Os débitos decorrentes serão descontados e recolhidos em dezoito parcelas iguais, a partir do término do período de carência.

6. Banco Nacional da Habitação

a) Prorrogação, por 180 (cento e oitenta) dias dos prazos para pagamento das prestações devidas pelos adquirentes de casa própria perante o Banco Nacional da Habitação e cujos vencimentos compreendidos entre 16 de julho e 15 de setembro, do corrente ano, dispensados juros, multas e correção monetária, assegurado, ainda, o direito do devedor de pleitear nova avaliação do imóvel na hipótese de depreciação deste, em consequência das enchentes, deduzido o valor da depreciação constatada do saldo devedor da operação; e

b) tratamento diferencial, segundo o qual o BNH aplicará os juros mais reduzidos possíveis nas operações para reforma ou reconstrução de imóvel comprovadamente danificado pelas enchentes, autorizada a realização dessas operações em índice superior ao da capacidade de endividamento do proprietário, de acordo com as tabelas usuais.

7. Banco do Nordeste do Brasil

Liberação da verba de Cr\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de cruzeiros) dos recursos do Finor para 1975, com a finalidade de abertura de uma linha de crédito pelo BNB, a juros de 6% (seis por cento) ao ano, a ser deferida em favor das empresas localizadas em Pernambuco, como antecipação do processo de incorporação definitiva no capital da empresa, ficando as mesmas obrigadas a sua regularização no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, junto ao Finor.

8. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

Repasso do BNDE e BANDEPE de recursos especiais para financiamento e reconstrução de indústrias, inclusive reequipamento e capital de giro, dentro de modalidades que permitam ao BANDEPE estabelecer juros de 8% (oito por cento) ao ano, com prazo de 5 (cinco) anos e 2 (dois) anos de carência.

9. Banco do Brasil

Abertura de uma linha de crédito de emergência pelo Banco do Brasil, no valor de Cr\$ 800.000.000,00 (oitocentos

milhões de cruzeiros), à indústria e ao comércio, a juros de 8% (oito por cento) ao ano, com prazo de 5 (cinco) anos, com 2 (dois) anos de carência. No deferimento devem ser considerados novos valores que permitam a ampliação da capacidade de endividamento, através de:

- a) garantias fidejussórias;
- b) garantias contábeis e as decorrentes das novas inversões oriundas do financiamento de emergência;
- c) reavaliação do ativo, avaliação por peritos, segunda hipoteca, ou, mesmo,
- d) através de projeção dos lucros anuais e de nova capacidade de pagamento, superior às garantias reais.

10. Caixa Econômica Federal

Abertura de linha de crédito especial pela Caixa Econômica Federal, para pessoas físicas, dentro de limites preestabelecidos, de acordo com o salário do solicitante, com o mínimo de garantias e dispensada a exigência de saldo médio.

11. Indústria Açucareira

Prorrogação, pelo Banco do Brasil S/A., do pagamento dos financiamentos de capital de giro, custeio e investimento para as Usinas de açúcar atingidas pela enchente, pagamento a ser distribuído pelas próximas safras.

Financiamento a fundo perdido, com recursos do Fundo de Exportação de Açúcar, para a reconstrução de obras de infraestrutura das empresas açucareiras atingidas pela enchente.

12. Governo Federal

Construção, pelo Governo Federal, de obras de infraestrutura colocando-se as prioritárias, as barragens planejadas para a bacia do Capibaribe, com a finalidade de proteção de cidades, inclusive do Recife, além da reconstrução, com recursos extraordinários, das obras afetadas.

13. Avaliação dos Prejuízos

Tendo em vista que a avaliação dos prejuízos, a serem compensados com o Imposto de Renda, é processada em "vistoria ad perpetuum rei memoriam", e que os serviços da Justiça Federal, já acumulados, serão extraordinariamente aumentados por requerimentos de inúmeras empresas, importando em maiores delongas, sugerimos ao Governo Federal que, por Decreto-lei, permita que a avaliação dos prejuízos, para os efeitos previstos na legislação do Imposto de Renda, possa ser feita por dois peritos, de reconhecida idoneidade, nomeados em A.G.E., sendo um deles indicado pela Delegacia da Receita Federal, devendo o laudo de avaliação ser apreciado também em A.G.E."

Por sinal, as providências já anunciadas pelo Poder Público vêm, em grande parte, ao encontro dos vários apelos que lhe foram feitos por todos nós, desde os primeiros instantes da tragédia.

O apoio, sobretudo financeiro, destinado à indústria, ao comércio, à agropecuária, às empresas de serviços, ao próprio Estado, é daqueles que não poderiam faltar, sob pena de esfalçar, de vez, a economia já tão sacrificada de nossa região.

Por isso mesmo, julgamos da maior valia — embora ainda insuficiente, face ao número de empresas a serem atendidas — a abertura do crédito especial de Cr\$ 700 milhões para financiamento a empresas localizadas nas áreas dos Municípios atingidos pelas enchentes, anunciada pelo Chefe da Nação a 24 de julho último. É necessário que se atente, entretanto, que as atividades empresariais foram, elas também, vítimas do desastre, que poderia ter sido evitado, se o Poder Público tivesse, em tempo, providenciado as medidas preventivas que agora novamente anuncia. Como tal, deveriam fazer jus a essa ajuda financeira, resgatável a longo prazo, sem os gravames de

quaisquer ônus, nem muito menos correção monetária. Seria uma maneira mais justa de reparar os danos sofridos e o abalo nos capitais de giro das empresas atingidas pela catástrofe, responsabilizando-se os que, porventura, viessem a desvirtuar a destinação específica do dinheiro recebido. Não se pode esquecer de que, em situação como essas, o endividamento constitui-se em mais um ônus a ser acrescido às empresas, já tão assoberbadas de compromissos.

Dai não ser despropositada a concessão de uma anistia fiscal e uma moratória financeira ampla, conforme solicitamos, ainda no período e sob o impacto das cheias, pelo rádio, TV e imprensa, inclusive através do *Diário de Pernambuco*, do último dia 22 de julho.

Tais medidas justificam-se amplamente, como, por sinal, o Jornalista Marco Aurélio de Alcântara, no dia 24 daquele mesmo mês, no mesmo *Diário*, teve oportunidade de mostrá-lo de maneira sintética e eloquente. Assim mostrou ele:

— anistia fiscal: não se compreende que se vá exigir da comunidade, agora, o sacrifício do Tributo. O tributo, o imposto, só pode ser pago quando se produz, quando se tem riqueza gerada. E, agora, ninguém produz, ninguém gera riquezas, todos perderam tudo ou quase tudo. Cerca de 80% da produção industrial de Pernambuco — são dados sumários levantados pelo Centro das Indústrias do Estado — estão paralisados. Então, não se pode exigir das classes produtoras, das empresas industriais, comerciais e de serviços, o pagamento de tributos. O tributo é um ônus econômico que o Estado impõe, quando existe uma estrutura econômica em funcionamento e operação normais. Não é este o caso, agora, de Pernambuco. Estamos vivendo uma calamidade.

— moratória financeira: no momento em que as fábricas estão com a sua produção paralisada, não é admissível que as empresas sejam compelidas a pagar obrigações financeiras sem encaixe financeiro. Moratória em prazo razoável, quer na rede bancária privada, quer na rede bancária oficial, seria medida não somente de apoio e suporte, como também alternativa mais rápida para permitir a recuperação do parque industrial, das casas comerciais que formam a estrutura de escoamento da produção e da indústria de serviços que atende a esses dois setores indispensáveis na economia de um Estado.

Por outro lado, Sr. Presidente e Srs. Senadores, foi ressaltada, na fala presidencial de 23 de julho último, "a dramaticidade do problema social" criado, "que afetou diretamente cerca de 700 mil pessoas".

São, em grande parte, homens pobres, que viviam em casas modestas destruídas pelas águas. Em tal hipótese, o BNH — em vez de pequenos empréstimos que desempregados ou os que ganham um, dois ou três salários mínimos, não têm como resgatar — deve abrir uma linha especial de atendimento, através de fornecimento gratuito de material de construção para reparação dos estragos havidos, mesmo de imóveis não vinculados diretamente ao Plano Nacional de Habitação.

As famílias de classe média, duramente atingidas pelas enchentes, vivem, muitas vezes, o drama de terem perdido tudo o que haviam acumulado durante toda uma vida de trabalho. Seus imóveis, utensílios domésticos, talvez o aparelho de televisão de que ainda pagavam a prestação. Foram destruídos da noite para o dia. Por que não indenizá-los, pela incúria do Governo, em vez de estabelecer apenas "mecanismo especial" de crédito subsidiado, através da Caixa Econômica Federal?

Mas o que nos parece da maior gravidade e odiosa injustiça é a "liberação", para os trabalhadores residentes nas áreas atingidas, dos seus Fundos de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Ora, o trabalhador, que já não tem sua estabilidade, e que foi atingido pelas cheias, vai-se despojar dos poucos recursos que são seus, acumulados compulsoriamente para as necessidades do futuro. O pouco que rece-

berá, agora, não dara para repor as coisas que perdeu, mas o deixará sem nada, se amanhã vier a perder o seu emprego.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Tão logo complete o nosso raciocínio.

Afigura-se-nos verdadeira burla ao espírito da Lei nº 5.107, de 13-9-66, pois a própria hipótese de “necessidade grave e premente, pessoal ou familiar”, prevista no item II do art. 8º, não se enquadraria, rigorosamente, em casos de catástrofes coletivas, sobretudo decorrentes de dissídios governamentais.

Ouçamos o nobre Senador Eurico Rezende.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Preliminarmente, o ponto de vista de V. Ex^a, no sentido de que não há enquadramento legal nessa liberação, é contestável. Entendo que a lei o permite. Trata-se, evidentemente, de uma necessidade não grave, e sim gravíssima, e, mais do que gravíssima, dramática. Mesmo que a lei especificamente oferecesse alguma dúvida, V. Ex^a, que é brilhante bacharel em Direito, veria que se poderia aplicar a Lei de Introdução ao Código Civil. Na interpretação da lei busca-se, em outras palavras, o fim social a que se destina. O Governo não tinha outro caminho para oferecer recursos, de imediato, à massa trabalhadora. Teve que, no meio das medidas urgentes, adotar um critério, e esse foi o da liberação do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço. Mas poderá o Governo, se esse prejuízo vaticinado por V. Ex^a for real, se se concretizar a previsão de V. Ex^a, reformular ...

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Será uma grande coisa.

O Sr. Eurico Rezende (Pernambuco) — ... e estender o gesto assistencial, que poderia ser, digamos assim, uma anistia quanto a essa liberação. V. Ex^a há de convir que, na velocidade das providências a serem adotadas, esta pareceu ao Governo a mais disponível no momento. Tenho a impressão de que o trabalhador gostou dessa medida e que V. Ex^a está apenas sendo cauteloso, senão mesmo pessimista, quanto aos efeitos da providência adotada.

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Sinceramente, agradecemos a colaboração que o Líder Eurico Rezende traz ao nosso pronunciamento, porque permite que se esclareçam determinados ângulos.

Antes de mais nada, não afirmamos que a liberação desse Fundo não teria enquadramento legal. Apenas defendemos que, rigorosamente, aqueles casos previstos no item II do art. 8º não deveriam dizer respeito a catástrofes coletivas, decorrentes de dissídios governamentais. Por sua vez, apraz-nos muito sentir que a tese que defendo não se afigura, ao próprio Líder da ARENA, de todo improcedente, porque o nobre Senador Eurico Rezende não a repele de todo e admite, até mesmo que o Governo possa vir a reformular a sua atitude, o que, no nosso entender, seria de fato um gesto auspicioso em favor do trabalhador brasileiro atingido por aquela catástrofe.

Não negamos, por outro lado, que o trabalhador poderá ter gostado dessa liberação. Afirmamos mais, Excelência: o trabalhador brasileiro vive em tal estado de dificuldades financeiras, recebe um salário tão degradado que, em qualquer época, independentemente de catástrofes como essa, se o Governo liberar o seu Fundo de Participação, ele correrá para buscar os poucos recursos que possam, de repente, vir minorar um pouco seu sofrimento de cada dia.

Mas o que defendemos exatamente aqui é que essa poupança forçada — que poderá vir em seu socorro amanhã, em determinadas hipóteses configuradas pela lei — não deveria ser sacrificada num momento de catástrofe coletiva.

Sim, sem nenhum **parti pris**, achamos que o Governo tem o direito, aliás reconhecido na própria Constituição, de cobrar, por exemplo, contribuições de melhoria, para que o patrimônio de um

particular não se enriqueça às custas do Erário, quando, por exemplo, executa uma obra, um serviço público.

Parece-nos, então, que o inverso deveria ocorrer também. Quando o Poder público faz, como no caso presente, uma obra anunciada como sendo a solução do problema das enchentes, e essa obra foi ineficaz ou insuficiente, o particular, que teve prejudicado seu patrimônio, deveria vir a ser, em verdade, indenizado.

Se não se lhe permite enriquecer às custas dos cofres públicos, também que não se lhe permite empobrecer por obras malfeitas ou insuficientes a cargo do Poder público.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Permite V. Ex^a outro aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Pois não.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — A questão de ressarcimento de danos é prevista em lei. Cabe aos interessados, aí, demonstrar que houve inércia do Governo e reclamar os seus direitos por via administrativa ou judicial. É uma questão a discutir-se. A doutrina é abundante, a jurisprudência é farta a esse respeito, mas a matéria fica remetida ao direito probatório. Parece, no entanto, que V. Ex^a está querendo quebrar o Governo ...

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Estou querendo amenizar a quebra do povo!

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Não, Excelência. O que o Governo podia fazer para injetar na algibeira do trabalhador um pouco de recurso?

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Esperamos dizê-lo, se V. Ex^a nos deixar tempo para tal.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Era liberar aquilo que estava disponível para o trabalhador no Banco do Brasil, que é o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço. Não tinha outra providência a tomar. A indenização de propriedade é uma questão a ser estudada. Entendo que V. Ex^a — como representante de Pernambuco, porque V. Ex^a representa o Poder público também — não deveria advogar, estimular, incentivar demandas contra o Poder público. Quer-me parecer que esta não é nossa função. Pelo contrário, função contrária é que seria a nossa.

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Como se vê, Sr. Presidente, fomos acusados de estimular demandas contra o Poder público, quando foi S. Ex^a o Senador Eurico Rezende, exatamente, que trouxe à tona a hipótese de demandas sobre o Poder público. Pelo contrário, advogamos que não se deixe campo para demandas contra o Poder público. Advogamos que o Poder público se antecipe a essas possíveis demandas, segundo as conjecturas do Senador Eurico Rezende.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Pior ainda.

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Da mesma forma que o Poder público abriu créditos especiais para atender à situação de emergência do Estado de Pernambuco, por exemplo, para reparar pontes, estradas, obras viárias em geral, também o faça em relação à massa de trabalhadores sofrida e sacrificada mais ainda no último flagelo. Que o Governo, ao invés de estabelecer 450 milhões do FGTS liberados, para fazer face às necessidades do operário de Pernambuco, destinasse igual verba de 450 milhões, a fundo perdido, para socorrer aqueles que vão usar esses milhões. A diferença, que poderia parecer sutil, é substancial: a “ajuda” aos flagelados não seria com os seus próprios recursos, de que, como as coisas estão, vão ser desembolsados.

O Sr. Alexandre Costa (Maranhão) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — O fato é que milhares de trabalhadores pernambucanos empobreceram mais — eles que

já são naturalmente desprovidos de recursos. E empobreceram mais em face da omissão governamental. Não é justo, portanto, que venham a ser ajudados, entre aspas, com as minguadas reservas desse Fundo.

Portanto, parece-nos que essa é uma tese que poderia ser objeto de estudos, por parte do Poder público, em favor do povo.

Ouvimos V. Ex^a, ilustre Senador Alexandre Costa.

O Sr. Alexandre Costa (Maranhão) — Nobre Senador Marcos Freire, compreendo perfeitamente o estado de espírito de V. Ex^a, refletindo, da tribuna do Senado, a angústia do povo pernambucano. Não tenho outro caminho senão solidarizar-me com V. Ex^a

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Agradecemos a V. Ex^a

O Sr. Alexandre Costa (Maranhão) — Permito-me divergir apenas num ponto, num assunto que não se prende, absolutamente, aos argumentos que V. Ex^a vem expondo da tribuna do Senado: quando V. Ex^a pede a contrapartida do Governo no tocante à contribuição de melhorias cobrada. Sinceramente, não sei, a não ser que seja no Estado de V. Ex^a, onde o Governo cobra contribuição de melhoria. Aliás, há uma lei federal e foi objeto de um discurso que aqui pronunciei no Senado, em separata achando que o Governo deveria cobrar, e se o fizesse estaria tirando daqueles ricos e que enriquecem às custas das obras públicas, para levar a obras, como essa, que causaram tais danos em Pernambuco. No Governo Castello Branco, essa lei foi oficializada, mas não tenho conhecimento de ter sido posta em prática, em qualquer cidade ou em qualquer Estado do Brasil.

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Agradecemos o aparte do ilustre Senador Alexandre Costa, que tem, pelo visto, posição igual à minha, e não qualquer ponto de divergência. Com efeito, o que afirmamos aqui foi, exatamente, e tão-somente, que reconhecíamos o direito de o Governo cobrar essa contribuição de melhoria, direito esse, por sinal, previsto e assegurado na própria Constituição da República.

O Sr. Presidente nos adverte de que o tempo está concluído, de forma que vamos tentar sintetizar o muito que resta, porque muito mais se poderia dizer, tal a profundidade do mal que nosso Estado sofreu.

Ao lado disso tudo, de medidas eminentemente emergenciais e assistenciais, não se pode esquecer, Sr. Presidente e Srs. Senadores, as providências de natureza estrutural para sanar o mal em suas raízes. Não nos cabe, por certo, estabelecer quais, exatamente, devem ser elas, em busca de soluções definitivas para o problema.

Aliás, pelo próprio noticiário da imprensa, constata-se divergências de opiniões em relação às causas do ocorrido e aos remédios para evitar a repetição dessa hecatombe. Desde 1663 que há referências sobre as cheias do Recife, desde 1870 que se elaboram estudos sobre elas e suas soluções. Citamos aqui opiniões de várias pessoas, apontando essas ou aquelas soluções. Mas é difícil que se chegue, algum dia, a um diagnóstico unanimemente aceito.

Hoje, culpa-se o aterro dos mangues e dos alagados, mostrando-se a necessidade de dragá-los e de transformá-los em grandes lagos — aliás, o Prof. Vasconcelos Torres aponta, para isso, as áreas de Salgadinho, em Olinda, e do Canal do Setúbal, no Recife. Há os que defendem a abertura de outra saída do Capibaribe para o mar ou o desvio de suas águas para outras bacias hidrográficas. Propugna-se a restauração da cobertura vegetal em pontos críticos do Capibaribe, em sua nascente principal e nas de todos os seus afluentes, bem como nas encostas com mais de 25% de declive.

Não somos técnicos e não temos como condenar essa ou aquela tese. Em princípio, no entanto, perante esta Casa e perante a Nação brasileira, não temos por que colocar em dúvida o acerto do relatório apresentado, a respeito, pelo Grupo de Estudos constituído pela SUDENE, em 1967, sob o título "Controle das Enchentes na Bacia do Capibaribe e Política de Aproveitamento Integrado dos Recursos

Naturais Renováveis". Nele, encontramos conclusões que dão uma solução global para o problema das enchentes do Recife e Olinda, levando em consideração, inclusive, o aspecto econômico das medidas preconizadas. Dava-se como altamente prioritárias as obras de construção das barragens de Tapacurá (3) e de Glória do Goitá (2), constituindo dois reservatórios que, ligados entre si, possibilitariam:

- a) redução de cerca de 40% dos picos de descargas no Recife;
- b) complementação do abastecimento d'água da Capital;
- c) construção de uma usina hidrelétrica;
- d) irrigação complementar de uma área de 3.000 ha a 30 km do Recife;
- e) produção de 1 tonelada por dia de pescado;
- f) desenvolvimento da indústria de turismo, com lago artificial e centro de recreação a ser criado em Glória do Goitá.

Apresentava-se como 2ª prioridade a construção da barragem de Oncinha, em Toritama, e no boqueirão dos Morcegos — Poço Fundo, no alto-Capibaribe. Num 3º plano, indicava-se, ainda, a execução da barragem de Malhadinha, acima de Limoeiro, e do Canal Capibaribe-Tracunhaém. Como se vê, um complexo de obras, de serviços que precisam ser atacados de rijo e integralmente.

Tudo isso, sem esquecer, evidentemente, a necessidade de dragagem do leito do rio, presentemente assolado, fazendo com que a calha do Capibaribe tenha mais capacidade para escoamento das enchentes. E é bom lembrar, também, que os funestos resultados da enchente de 70 se devem, em grande parte, ao estado dos nossos esgotos e galerias pluviais.

O fato é que, da elaboração dos estudos da SUDENE, já decorreram oito anos e apenas o Sistema de Tapacurá foi parcialmente executado.

Agora, após a nova tragédia, o governo anuncia a construção de uma barragem em Carpina e a retificação e alargamento do rio. E o faz como um novo "abre-te, Sésamo". Está aqui, não é a "imprensa-marrom;" é o próprio **Diário Oficial** do Estado de Pernambuco. Eis o título: "Barragem Carpina e Retificação do Capibaribe Evitarão Outras Enchentes."

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, os planos dos órgãos técnicos mostram a complexidade no enfrentar o problema, a multiplicitude de obras públicas a fazer.

Por favor, não reincidam nos mesmos erros de anunciarem que com isso Recife, em breve, estará livre das cheias. Por quê? Porque se decidiu construir mais uma barragem! Nem caiam no ridículo de dizerem que "mais difícil foi a construção da Muralha da China, que está erguida há séculos."

Sejamos sensatos e objetivos. Evitemos as manchetes em que o povo não acredita mais. É de se rejeitar igual posição simplista e mistificadora dos que, nesse mesmo diapasão, construíram Tapacurá.

Compreendamos a extensão e complexidade do problema, a exigir naturalmente soluções igualmente complexas, num conjunto de obras a serem enfrentadas com destemor para que, amanhã, não estejamos a chorar as mesmas tristezas e os mesmos desencantos.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — V. Ex^a focaliza, agora, um noticiário oficial, como fez, da vez passada, um discurso do Governador Eraldo Gueiros. Agora, faz referência ao eminente Governador Moura Cavalcanti.

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Normalmente, preferimos não nominar pessoas, mas apenas referir-nos a cargos ou funções. Mas já que V. Ex^a prefere assim...

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — A mim não me dá nenhuma repugnância citar nomes, nomear pessoas, mormente quando são homens de reconhecido espírito público como o atual Governador e seu antecessor.

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Preferimos não entrar na análise desse aspecto.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — O *Diário Oficial* anuncia um fato auspicioso, qual seja, a construção de mais uma barragem.

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Ninguém o nega. Fato auspicioso.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Muito bem. Isso naturalmente obedeceu a estudo de ordem técnica, como V. Ex^a o reconhece. A construção dessa segunda barragem poderá resolver o problema.

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Deus queira!

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Então, tudo é questão de adivinhação. V. Ex^a adivinha...

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Governo não pode adivinhar, Excelência.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Mas V. Ex^a está adivinhando que apenas a segunda barragem não resolverá o problema.

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Longe de nós tal coisa. Estamos apenas dizendo a V. Ex^a que os estudos da SUDENE, inclusive especificados neste nosso pronunciamento, apresentam um elenco de medidas, uma multiplicidade de barragens...

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — O Governador Moura Cavalcanti aponta a construção dessa segunda barragem como uma segunda peça importante; talvez decisiva para a solução do problema.

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Mas é isto, Excelência, que precisa ser colocado nos devidos termos. Há cinco anos, e nas datas aqui especificadas, Tapacurá foi considerada, apresentada e vendida ao público como sendo a solução do problema...

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Mas agora são duas barragens...

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — ... e se comprovou que não era verdadeiro.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Agora são duas barragens, Senador.

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Por isso mesmo, julgamos temerário apresentar a construção de mais uma nova barragem como sendo a solução do problema. O Governo, que saiu desacreditado com a última cheia, precisa ter precaução, inclusive, para recuperar a credibilidade pública. Portanto, existindo planos tão complexos do órgão desenvolvimentista do Nordeste, parece-nos cauteloso, não que não se façam barragens — faça-se a barragem! — mas não se vir novamente anunciar que mais um elo dessa cadeia complexa, por si mesmo, bastará para evitar outras enchentes no Recife.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Naturalmente, o Governo do Estado, com a colaboração do Governo federal, está com um esquema de medidas, visando à solução global do problema...

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Por isso mesmo, dificilmente uma barragem só resolverá o problema.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Isso eu não sei, Excelência, se resolverá ou não. Por exemplo, não entendo do assunto.

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Mas, Excelência, já nos referimos aos estudos técnicos da SUDENE. Não são nossos; não temos títulos para tal.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Mas os estudos técnicos, às vezes, são conflitantes. E eles talvez já necessitem de atualização, porque, parece-me, já têm oito anos de idade.

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Datam de 1967.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Então, têm oito anos de idade. Necessitam de atualização. O fato, Excelência, é que, a esta altura, o anúncio de uma segunda barragem é notícia auspiciosa.

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — O anúncio da barragem, sim, Excelência. O que nos parece temerário, repetimos, é anunciar-se uma barragem a mais como a solução do problema, mesmo que ela venha a ser a solução. Mesmo assim, a precaução manda primeiramente explicar-se ao povo o que não funcionou em relação à última enchente, malgrado as obras realizadas. E procurar convencê-lo com dados, com elementos, com gráficos, etc.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Não mais é preciso explicar, ou convencer o povo. O povo a compreendeu!

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Isso é que não! Temos o povo em alta conta. Nem todos têm...

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Pelas obras que vão ser realizadas, o povo vai compreender por que houve a tragédia. O fato de já estarem o Governo federal e o Governo do Estado anunciando uma segunda grande barragem deve ser recebido por V. Ex^a com otimismo. Até parece que V. Ex^a não quer que se resolva o problema, tendo em vista presumir-se que V. Ex^a terá uma longa vida pública.

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Ai V. Ex^a entra no terreno da deturpação, porque, evidentemente, quem acompanha todo o nosso pronunciamento vê o alto espírito público — perdoemos a imodéstia — com que estamos nos comportando. Na verdade, como representante do nosso Estado, o que nos interessa, sobretudo, são soluções definitivas para o problema; soluções de profundidade, para as quais não regatearemos apoio e aplausos. Mas parece-nos, em verdade, que o povo já está cansado de ser iludido.

O Sr. Teotônio Vilela (Alagoas) — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Com toda a satisfação, ilustre Senador.

O Sr. Teotônio Vilela (Alagoas) — Nobre Senador Marcos Freire, não pretendia apartear V. Ex^a, mas apenas, ao final do seu discurso, dar a minha palavra de solidariedade e de dor pelo que passaram Recife e cidades do interior de Pernambuco. Em porte muito menor, sofreu e está sofrendo o meu Estado. A cidade de Maceió foi também vitimada por problemas resultantes de desidias, acumulados ao longo do tempo, em relação à abertura da barra que liga o mar à lagoa. Mas, ouvindo V. Ex^a que descreve, com serenidade, a tragédia pernambucana, a insistência com que o meu colega, Senador Eurico Rezende, pretende distorcer a dor para, única e exclusivamente, defender o indefensável, constrange-me. Sinto-me não somente triste e sofrido, mas atingido por essa insistência. Permita Deus que o Presidente Geisel considere, de uma vez por todas, que o Nordeste não é uma zona de sombra, não é um eterno problema, um perigo para a Nação: é uma terra de gente, de 38 milhões de brasileiros que iniciaram, neste País, o pioneirismo da economia nacional. De lá partiram braços, inteligências e cultura para o resto do País. E o que nós pedimos, para correção dessas tragédias, ora de enchente, ora de seca, é muito pouco, para o muito que já demos ao Brasil. Se não podemos pagar hoje, já pagamos antes o que agora pedimos. Terrível, deplorável é se tripudiar em cima da dor, da devastação. Eu vi Recife destruído, eu vi milhares de lares destruídos, eu vi, na Biblioteca do Instituto Joaquim Nabuco, cerca de trinta mil volumes perdidos, abandonados. A cheia não atingiu só o homem, ameaçou a própria cultura. E quando contamos as nossas tragédias, nesta Casa, através de jornal, ou em qualquer parte, há sempre quem diga que estamos exagerando. E, se nestas horas há um olho vesgo do Poder Central para o pobre Nordeste, ainda há quem reclame, salte em cima de nós e encontre argumentos

super-humanos para abafar a dor humana. Meu nobre colega, quero solidarizar-me não somente com a dor de Pernambuco, mas com as palavras de V. Ex^a. Quero sirvam mais uma vez de advertência. Ainda que nada seja cumprido, nós continuaremos falando. Nem sempre empreendemos as batalhas para vencer, mas muitas vezes somos obrigados a travá-las, mesmo sabendo que iremos perdê-las. É uma função da condição humana, da solidariedade humana, da inteligência humana. **(Muito bem! Palmas.)**

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, nenhum depoimento mais precisa ser acrescido ao nosso pronunciamento. Não poderia haver testemunho mais eloquente. Não poderíamos, nesta tarde, ser mais bem recompensado do que com esse aparte do ilustre representante de Alagoas, o Senador Teotônio Vilela, homem bravo, honrado, que, sem dúvida alguma, marca sua presença nesta Casa como um daqueles grandes varões da República. Por isso mesmo, Sr. Presidente, vou concluir.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Sr. Presidente, nada mais ter-se-ia acrescentar...

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Eu pediria um aparte, e V. Ex^a há de compreender que eu não poderia deixar de praticar esta intervenção.

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Concedo a V. Ex^a o aparte.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Todos nós gostaríamos mesmo que o Sr. Senador Teotônio Vilela cumprisse a sua promessa de falar, e freqüentemente, nesta Casa.

O Sr. Teotônio Vilela (Alagoas) — Estou falando.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — S. Ex^a vai, como homem honrado que é, executar esse pacto de, freqüentemente, desfraldar aqui a bandeira das grandes reivindicações do País, notadamente do seu Estado, e aqui estaremos para aplaudi-lo. Mas S. Ex^a foi profundamente injusto para com o seu colega, ao dizer que estamos tripudiando sobre a dor do povo pernambucano.

O Sr. Teotônio Vilela (Alagoas) — Já não é a primeira vez.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — S. Ex^a, agora, com este aparte clandestino, deixa de ser injusto, para ser injurioso. Não cometi nenhuma distorção, nem estou, absolutamente, fora dos meus deveres de solidariedade para com o nobre e ativo povo pernambucano. Estou discutindo aspectos setoriais do discurso do Senador Marcos Freire, jamais menosprezando as amarguras revoltadas do povo de Recife e de outros Municípios. Daí por que quero, nesta oportunidade, de um lado, repelir a insinuação ou afirmativa injuriosa do Sr. Senador Teotônio Vilela...

O Sr. Teotônio Vilela (Alagoas) — Eu não insinuei, afirmei!

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — ... que, ao receber os aplausos de V. Ex^a e de seus companheiros de Bancada, não causou nenhuma surpresa a nós outros.

O Sr. Teotônio Vilela (Alagoas) — Sabíamos que era aí que V. Ex^a queria chegar.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Nobre Senador Marcos Freire, a Presidência faria um apelo a V. Ex^a para que concluísse o discurso, que já excedeu trinta minutos do seu tempo.

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Sr. Presidente, temos a impressão de que, como Senador da República, neste primeiro ano de mandato falamos reiteradas vezes da tribuna parlamentar. Por isto, estamos muito à vontade para afirmar que nem sempre os

que falam mais vezes são os que dizem mais coisas e confessar, perante a Casa, que o Senador Teotônio Vilela é um daqueles que mais têm dito, no Senado Federal.

O Sr. Teotônio Vilela (Alagoas) — Obrigado a V. Ex^a

O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco) — Concluimos, Excelência, pedindo desculpas pelo prolongamento do tempo em que aqui nos encontramos e agradecendo a tolerância de V. Ex^a. Desejamos apenas assinalar — em meio à tragédia, que fez mais de uma centena de mortos — a solidariedade dos homens e das instituições. A Polícia Militar de Pernambuco, cujo Corpo de Bombeiros não mediu esforços em sua faina de salvar vidas, mesmo que à custa das dos seus próprios componentes. Assim, morreu o Soldado José Soares da Silva do 7º Batalhão Dias Cardoso, Cavalaria, e o Bombeiro Josué Barbosa da Silva, cujo cadáver levamos, na triste tarde de sábado, 19, ao Cemitério de Beberibe, em Olinda. A presença das Forças Armadas, identificando-se com a angústia do povo. Governantes e governados, acima de divergências partidárias, dando o que podiam dar para minorar o sofrimento coletivo. O homem anônimo das ruas, de calção ou nu de cintura para cima, tentando salvar alguém ou alguma coisa. A imprensa — escrita, falada e televisada — oferecendo a mais valiosa das colaborações. Os clubes de serviços e as associações várias, juntando-se às famílias, improvisando abrigos para os flagelados. Os jovens se dando, sem intuítos de qualquer retribuição. Organizações internacionais e as várias Igrejas se irmanando para auxiliar o próximo.

E, aqui, talvez a única nota mesquinha de todo o drama: a circular, às emissoras de rádio, de não se referirem, sequer, ao trabalho de assistência a que Dom Helder Câmara, ao lado de Dom Lamartine Távora, vinha-se dedicando desde os primeiros instantes da tragédia — inclusive responsável pela distribuição de víveres, postos à disposição da Arquidiocese de Olinda e Recife pela "CARITAS" americana ou enviados pelas dioceses de cidades do interior, em especial a de Petrolina. Nem por isso, deixou o Arcebispo de colaborar com o próprio Governo, inclusive cedendo à CODECIPE cerca de 10 toneladas daqueles mantimentos.

Atitude pior que aquela, numa hora de tanta dor, somente a possível irresponsabilidade de mentes doentias — ao que parece pressuposta e não devidamente comprovada — após o baixar das águas, anunciando nova enchente em face de arrombamento, na verdade inexistente, da barragem de Tapacurá. Em tal hipótese, quanta maldade! E com que intuítos indecifráveis?

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Recife, a cidade de maior densidade demográfica do Brasil, tem, hoje, agravados os seus problemas, que não são poucos nem pequenos.

Seu crescimento populacional vertiginoso deve-se, sobretudo, aos contingentes migratórios que vêm do interior e de outros Estados. Daí seu crescimento não sadio, que a faz conhecida como "cidade inchada". Vivendo metade de sua população em casebres miseráveis, já foi chamada de "Mocambópolis", por Orlando Parahym. Ou de "vasto império por mocambos coroado", no dizer do poeta César Leal.

Exangues, sofridos, martirizados, Recife, Olinda e os outros Municípios atingidos pelas últimas enchentes sentem-se, igualmente, ludibriados em sua boa fé. Por isso, voltam, hoje, à "psicose da cheia" que, durante anos, lhes atormentou a vida. Já não lhes adiantam juras nem promessas...

Para reabilitar-se a credibilidade no Poder público, Sr. Presidente, Srs. Senadores, só há um caminho: executar, sem mais tardanças, grandes obras de engenharia hidráulica. É o que Pernambuco reclama, nesta hora, através de nossa voz. Aqui estaremos, no futuro, para aplaudir o Governo, se ele souber cumprir o seu dever. Ou exprobrá-lo, sem ódio e sem medo, se, passado o momento doloroso da tragédia, formos, uma vez mais, esquecidos e desamparados. **(Muito bem! Palmas.)**

MESA

Presidente:
Magalhães Pinto (ARENA—MG)

1º Vice-Presidente:
Wilson Gonçalves (ARENA—CE)

2º Vice-Presidente:
Benjamim Farah (MDB—RJ)

1º Secretário:
Dinarte Mariz (ARENA—RN)

2º Secretário:
Marcos Freire (MDB—PE)

3º Secretário:
Lourival Baptista (ARENA—SE)

4º Secretário:
Lenoir Vargas (ARENA—SC)

Suplentes de Secretários:

Ruy Carneiro (MDB—PB)
Renato Franco (ARENA—PA)
Alexandre Costa (ARENA—MA)
Mendes Canale (ARENA—MT)

LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA

Líder
Petrônio Portella
Vice-Líderes
Eurico Rezende
Jarbas Passarinho
José Lindoso
Mattos Leão
Osires Teixeira
Ruy Santos
Saldanha Derzi
Virgílio Távora

LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA

Líder
Franco Montoro
Vice-Líderes
Mauro Benevides
Roberto Saturnino
Itamar Franco
Evandro Carneira

COMISSÕES

Diretor: José Soares de Oliveira Filho
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 23-6244 e 24-8105 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 24-8105 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Orestes Quércia
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

Titulares

Suplentes

1. Vasconcelos Torres
2. Paulo Guerra
3. Benedito Ferreira
4. Itálio Coelho
5. Mendes Canale

ARENA

1. Alveir Leal
2. Otair Becker
3. Renato Franco

MDB

1. Agenor Maria
 2. Orestes Quércia
1. Adalberto Sena
 2. Amaral Peixoto

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Coelho Rodrigues" — Anexo II — Ramal 613.

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares

ARENA

1. Cattete Pinheiro
2. José Guimard
3. Teotônio Vilela
4. Osires Teixeira
5. José Esteves

Suplentes

1. Saldanha Derzi
2. José Sarney
3. Renato Franco

MDB

1. Agenor Maria
2. Evandro Carneira

1. Evelásio Vieira
2. Gilvan Rocha

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Accioly Filho
1º Vice-Presidente: Gustavo Capanema
2º Vice-Presidente: Paulo Brossard

Titulares

ARENA

1. Accioly Filho
2. José Sarney
3. José Lindoso
4. Helvídio Nunes
5. Itálio Coelho
6. Eurico Rezende
7. Gustavo Capanema
8. Heitor Dias
9. Orlando Zancaner

Suplentes

1. Mattos Leão
2. Henrique de La Rocque
3. Petrônio Portella
4. Renato Franco
5. Osires Teixeira

MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Leite Chaves
3. Nelson Carneiro
4. Paulo Brossard

1. Franco Montoro
2. Mauro Benevides

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Clávis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Heitor Dias

Vice-Presidente: Adalberto Sena

Titulares**ARENA**

1. Helvídio Nunes
2. Eurico Rezende
3. Renato Franco
4. Osires Teixeira
5. Saldanha Derzi
6. Heitor Dias
7. Henrique de La Rocque
8. Otair Becker

MDB

1. Adalberto Sena
2. Lázaro Barboza
3. Ruy Carneiro

Suplentes

1. Augusto Franco
2. Luiz Cavalcante
3. José Lindoso
4. Wilson Campos
5. Virgílio Távora

1. Evandro Carreira
2. Nelson Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral

Vice-Presidente: Renato Franco

Titulares**ARENA**

1. Milton Cabral
2. Vasconcelos Torres
3. Wilson Campos
4. Luiz Cavalcante
5. Arnon de Mello
6. Jarbas Passarinho
7. Paulo Guerra
8. Renato Franco

MDB

1. Franco Montoro
2. Orestes Quéricia
3. Roberto Saturnino

Suplentes

1. Benedito Ferreira
2. Augusto Franco
3. Ruy Santos
4. Cattete Pinheiro
5. Helvídio Nunes

1. Agenor Maria
2. Amaral Peixoto

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Építácia Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Tarso Dutra

Vice-Presidente: Henrique de La Rocque

Titulares**ARENA**

1. Tarso Dutra
2. Gustavo Capanema
3. João Calmon
4. Henrique de La Rocque
5. Mendes Canale

MDB

1. Evelásio Vieira
2. Paula Brossard

Suplentes

1. Arnon de Mello
2. Helvídio Nunes
3. José Sarney

1. Franco Montoro
2. Itamar Franco

Assistente: Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

Titulares**ARENA**

1. Saldanha Derzi
2. Benedito Ferreira
3. Alexandre Costa
4. Fausto Castelo-Branco
5. Jessé Freire
6. Virgílio Távora
7. Mattos Leão
8. Tarso Dutra
9. Henrique de La Rocque
10. Helvídio Nunes
11. Teotônio Vilela
12. Ruy Santos

MDB

1. Amaral Peixoto
2. Leite Chaves
3. Mauro Benevides
4. Roberto Saturnino
5. Ruy Carneiro

Suplentes

1. Daniel Krieger
2. Wilson Campos
3. José Guimard
4. José Sarney
5. Heitor Dias
6. Cattete Pinheiro
7. Osires Teixeira

1. Danton Jobim
2. Dirceu Cardoso
3. Evelásio Vieira

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 303.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nelson Carneiro
Vice-Presidente: Jessé Freire

Titulares

1. Mendes Canale
2. Domicio Gondim
3. Jarbas Passarinho
4. Henrique de La Rocque
5. Jessé Freire

ARENA

Suplentes

1. Virgílio Távora
2. Eurico Rezende
3. Accioly Filho

MDB

1. Franco Montoro
2. Nelson Carneiro

1. Lázaro Barboza
2. Ruy Carneiro

Assistente: Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307.

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon
Vice-Presidente: Domicio Gondim

Titulares

1. Milton Cabral
2. Arnon de Mello
3. Luiz Cavalcante
4. Domicio Gondim
5. João Calmon

ARENA

Suplentes

1. Paulo Guerra
2. José Guimard
3. Virgílio Távora

MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Itamar Franco

1. Gilvan Rocha
2. Leite Chaves

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Danton Jobim
Vice-Presidente: Renato Franco

Titulares

1. José Lindoso
2. Renato Franco
3. Orlando Zancaner

ARENA

Suplentes

1. Virgílio Távora
2. Mendes Canale

MDB

1. Danton Jobim
2. Orestes Quéricia

1. Dirceu Cardoso

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134.

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
1º-Vice-Presidente: Luiz Viana
2º-Vice-Presidente: Virgílio Távora

Titulares

1. Daniel Krieger
2. Luiz Viana
3. Virgílio Távora
4. Jessé Freire
5. Arnon de Mello
6. Petrônio Portella
7. Saldanha Derzi
8. José Sarney
9. João Calmon
10. Augusto Franco

ARENA

Suplentes

1. Accioly Filho
2. José Lindoso
3. Cattete Pinheiro
4. Fausto Castelo-Branco
5. Mendes Canale
6. Helvidio Nunes

MDB

1. Danton Jobim
2. Gilvan Rocha
3. Itamar Franco
4. Leite Chaves
5. Mauro Benevides

1. Nelson Carneiro
2. Paulo Brossard
3. Roberto Saturnino

Assistente: Cândido Hippert — Ramal 676.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fausto Castelo-Branco
Vice-Presidente: Gilvan Rocha

Titulares

1. Fausto Castelo-Branco
2. Cattete Pinheiro
3. Ruy Santos
4. Otair Becker
5. Altevir Leal

ARENA

Suplentes

1. Saldanha Derzi
2. Wilson Campos
3. Mendes Canale

MDB

1. Adalberto Sena
2. Gilvan Rocha

1. Evandro Carneira
2. Ruy Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares**ARENA**

1. Luiz Cavalcante
2. José Lindoso
3. Virgílio Távora
4. José Guimard
5. Vasconcelos Torres

MDB

1. Amaral Peixoto
2. Adalberto Sena

Suplentes

1. Jarbas Passarinho
2. Henrique de La Rocque
3. Alexandre Costa

1. Agenor Maria
2. Orestes Quêrcia

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:30 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Lázaro Barboza
Vice-Presidente: Orlando Zancaner

Titulares**ARENA**

1. Augusto Franco
2. Orlando Zancaner
3. Heitor Dias
4. Accioly Filho
5. Luiz Viana

MDB

1. Itamar Franco
2. Lázaro Barboza

Suplentes

1. Mattos Leão
2. Gustavo Capanema
3. Alexandre Costa

1. Danton Jobim
2. Mauro Benevides

Assistente: Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Coelho Rodrigues" — Anexo II — Ramal 613.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Alexandre Costa
Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

Titulares**ARENA**

1. Alexandre Costa
2. Luiz Cavalcante
3. Benedito Ferreira
4. José Esteves
5. Paulo Guerra

MDB

1. Evandro Carreira
2. Evelásio Vieira

Suplentes

1. Orlando Zancaner
2. Mendes Canale
3. Teotônio Vilela

1. Lázaro Barboza
2. Roberto Saturnino

Assistente: Cândido Hipertt — Ramal 676.

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Coelho Rodrigues" — Anexo II — Ramal 613.

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**Comissões Temporárias**

Chefe: Ruth de Souza Castro

Local: Anexo II — Térreo.

Telefone: 24-8105 — Ramal 303.

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.
- 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos.
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito, e
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: José Washington Chaves — Ramal 762;
Heraldo Pereira Fernandes — Ramal 674; Marília de Carvalho
Bricio — Ramal 314; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598.

SENADO FEDERAL**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES****SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES****HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL PARA O ANO DE 1975**

| HORAS | TERÇA | S A L A | ASSISTENTE | HORAS | QUINTA | S A L A S | ASSISTENTE |
|-------|--------|-----------------------------------|--------------|-------|----------|-----------------------------------|-----------------|
| 10:00 | C.A.R. | EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615 | LÊDA | 09:00 | C.D.F. | RUY BARBOSA Ramaís - 621 e 716 | RONALDO |
| | | | | | C.E.C. | CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623 | CLEIDE |
| 10:00 | C.C.J. | CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623 | MARIA HELENA | 10:00 | C.E. | EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615 | DANIEL |
| 10:30 | C.R.E. | RUY BARBOSA Ramaís - 621 e 716 | CÂNDIDO | | C.S.P.C. | COELHO RODRIGUES Ramal - 613 | CLÁUDIO LACERDA |
| | C.A. | COELHO RODRIGUES Ramal - 613 | MAURO | 10:30 | C.F. | RUY BARBOSA Ramaís - 621 e 716 | MARCUS VINICIUS |
| 11:00 | C.R. | CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623 | MARIA CARMEM | | C.M.E. | EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615 | MAURO |
| 11:30 | C.S.N. | CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623 | LÊDA | | C.L.S. | CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623 | CLÁUDIO LACERDA |
| | | | | 11:00 | C.S. | EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615 | RONALDO |
| | | | | | C.T. | COELHO RODRIGUES Ramal - 613 | CÂNDIDO |

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

· Emendas Constitucionais

nº 1, de 1969,

nº 2, de 1972, e

nº 3, de 1972.

(formato bolso)

136 páginas

Preço: Cr\$ 6,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR.

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL.
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS

(obra elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas)

Histórico da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971

"Lei Orgânica dos Partidos Políticos",
e de todas as Leis que a alteraram

Edição: julho de 1974

2 tomos (956 páginas)

Preço: Cr\$ 70,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR.

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 7, DE 7-9-70

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 15,00

**TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo 1, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL E COMPLEMENTAR

**EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nºs 1 A 3,
ATOS INSTITUCIONAIS Nºs 1 A 17,
ATOS COMPLEMENTARES Nºs 1 A 96,
LEIS COMPLEMENTARES Nºs 1 A 12.**

CONTENDO LEGISLAÇÃO CITADA E SINOPSE

2 SUPLEMENTOS { **ATOS COMPLEMENTARES Nºs 97 A 99**
LEIS COMPLEMENTARES Nºs 13 A 20

Preço: Cr\$ 25,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

(Obra elaborada e revisada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal)

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo 1, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 7, DE 7-9-70

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 15,00

**TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS —
SENADO FEDERAL**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50